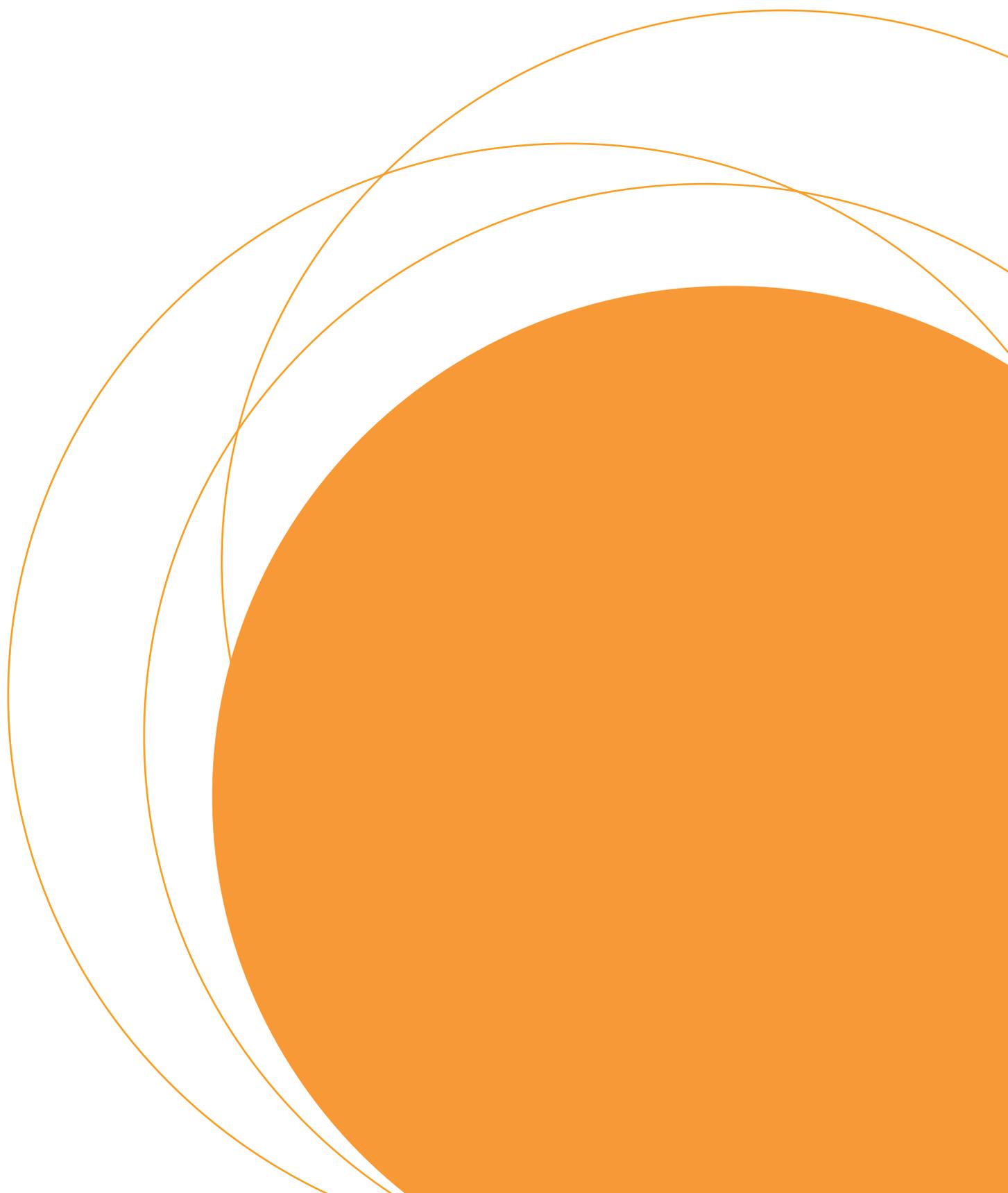


ESTRATÉGIA NACIONAL DE EDUCAÇÃO PARA O DESENVOLVIMENTO

RELATÓRIO DE ACOMPANHAMENTO 2015





MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
E CIÊNCIA



Instituto Politécnico de Viana do Castelo
Escola Superior
de Educação

FICHA TÉCNICA

RESPONSABILIDADE

Comissão de Acompanhamento da Estratégia Nacional de Educação para o Desenvolvimento

Camões - Instituto da Cooperação e da Língua, I.P

CIDAC - Centro de Intervenção para o Desenvolvimento Amílcar Cabral

Direção-Geral da Educação

Plataforma Portuguesa das Organizações Não Governamentais para o Desenvolvimento

REDAÇÃO

La Salette Coelho

Colaboração: Jeni Martins

Consultoria Informática: Manuela Coelho

Gabinete de Estudos para a Educação e o Desenvolvimento (GEED)

Escola Superior de Educação - Instituto Politécnico de Viana do Castelo (ESE-IPVC)

ÍNDICE

A – SUMÁRIO EXECUTIVO	5
B – OBJETIVOS DO RELATÓRIO.....	9
C – METODOLOGIA.....	10
D – COBERTURA DAS MEDIDAS.....	17
Objetivo 1	17
Objetivo 2	21
Objetivo 3	25
Objetivo 4	29
LEITURA DE DADOS POR OBJETIVO	34
LEITURA DE DADOS POR TIPOLOGIA DE ATIVIDADE	40
Objetivo 5	44
Objetivo 6	45
E - APRESENTAÇÃO DE DADOS POR CRITÉRIO	49
CONTEÚDOS	49
PARCERIAS.....	51
PÚBLICOS.....	52
ENTIDADES FINANCIADORAS	57
COBERTURA GEOGRÁFICA	60
CONCLUSÕES.....	64
G – ANEXOS	72
ANEXO 1	73
ANEXO 2	78
ANEXO 3	81
ANEXO 4	82
ANEXO 5	84
ANEXO 6	105

LISTA DE SIGLAS

ACEP - Associação para a Cooperação Entre os Povos (ONGD)

ACM - Alto Comissariado para as Migrações, I.P.

ADPM - Associação de Defesa do Património de Mértola (ONGD)

ADRA - Associação Adventista para o Desenvolvimento, Recursos e Assistência (ONGD)

AIDGLOBAL - Ação e Integração para o Desenvolvimento Global (ONGD)

APA - Agência Portuguesa do Ambiente

APEDI - Associação de Professores para a Educação Intercultural

ARIPese - Associação de Reflexão e Intervenção na Política Educativa das Escolas Superiores de Educação

ASPEA - Associação Portuguesa de Educação Ambiental

CAD - Comité de Ajuda ao Desenvolvimento

CE - Comissão Europeia

CEAUP - Centro de Estudos Africanos da Universidade do Porto (ONGD)

CIDAC - Centro de Intervenção para o Desenvolvimento Amílcar Cabral (ONGD)

CIG - Comissão para a Cidadania e Igualdade de Género

CICL - Camões – Instituto da Cooperação e da Língua, I.P

CNE - Conselho Nacional de Educação

CNJ - Conselho Nacional da Juventude

CNJP - Comissão Nacional Justiça e Paz

CNU - Comissão Nacional da UNESCO

CPR - Conselho Português para os Refugiados

DGE - Direção-Geral da Educação

ED - Educação para o Desenvolvimento

ENED - Estratégia Nacional de Educação para o Desenvolvimento

ESE - Escola Superior de Educação

ESE-IPB - Escola Superior de Educação do Instituto Politécnico de Bragança

ESE-IPCB - Escola Superior de Educação do Instituto Politécnico de Castelo Branco

ESECS-IPL - Escola Superior de Educação e Ciências Sociais do Instituto Politécnico de Leiria

ESE-IPLx - Escola Superior de Educação do Instituto Politécnico de Lisboa

ESE-IPP - Escola Superior de Educação do Instituto Politécnico do Porto

ESE-IPPg - Escola Superior de Educação do Instituto Politécnico de Portalegre

ESE-IPVC - Escola Superior de Educação do Instituto Politécnico de Viana do Castelo

FCLx – Fundação Cidade de Lisboa (ONGD)

FEC - Fundação Fé e Cooperação (ONGD)

FGS - Fundação Gonçalo da Silveira (ONGD)

GEED - Gabinete de Estudos para a Educação e Desenvolvimento

GENE - Global Education Network Europe

IMVF - Instituto Marquês de Valle Flôr (ONGD)

IP - Instituição Pública

IPDJ - Instituto Português do Desporto e da Juventude

MaS – Mundo a Sorrir

NUTS - Nomenclatura de Unidades Territoriais para fins Estatísticos

OCDE - Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Económico

ODM - Objetivos de Desenvolvimento do Milénio

ONGD - Organização Não Governamental para o Desenvolvimento

OSC - Organização da Sociedade Civil

PA - Plano de Ação

PPONGD - Plataforma Portuguesa das Organizações Não Governamentais para o Desenvolvimento

RostoSol - Rosto Solidário (ONGD)

SOLSEF - Sol sem Fronteiras (ONGD)

SOPRO – Solidariedade e Promoção (ONGD)

UCCLA – União das Cidades Capitais de Língua Portuguesa

UE - União Europeia

VIDA - Voluntariado Internacional para o Desenvolvimento Africano (ONGD)

WACT - We Are Changing Together (ONGD)

A – SUMÁRIO EXECUTIVO

O presente relatório de acompanhamento da Estratégia Nacional de Educação para o Desenvolvimento (ENED) diz respeito ao ano de 2015 e é um dos mecanismos estipulados no dispositivo de acompanhamento e avaliação da ENED, da responsabilidade da Comissão de Acompanhamento. A Escola Superior de Educação do Instituto Politécnico de Viana do Castelo (ESE-IPVC), de acordo com um contrato-programa celebrado entre a citada entidade e o Camões – Instituto da Cooperação e da Língua, I.P. (CICL), é uma das intervenientes no processo de planeamento, acompanhamento e avaliação da ENED, apoiando a Comissão de Acompanhamento.

Com as informações, conclusões e recomendações plasmadas no relatório pretende-se fornecer dados e fundamentos de reflexão aos atores de ED e ao público em geral que tenham interesse na ENED, a nível local, regional e internacional.

A metodologia de recolha de dados do presente relatório manteve as alterações introduzidas no relativo ao ano anterior, decorrentes da existência de uma base de dados anterior resultante do processo de Planificação de 2015. Assim, foram enviadas, a todas as instituições envolvidas no processo da referida planificação, as respetivas informações, no sentido de estas confirmarem a execução total ou parcial do que estava previsto ou de informarem da sua não execução. Para as instituições não envolvidas no processo de planificação anteriormente referido, foram enviadas grelhas de recolha de dados para serem preenchidas, na continuidade dos anos anteriores.

No presente relatório verificou-se uma diminuição no número de atividades reportadas: foram recebidos menos 17 inquéritos/grelhas com informação relevante sobre atividades/projetos realizados.

Receberam-se respostas das quatro instituições constituintes da Comissão de Acompanhamento da ENED, de todas as demais instituições subscritoras do Plano de Ação da ENED, embora duas tivessem reportado a não execução das atividades previstas, de 28 ONGD registadas na Plataforma Nacional, embora 7 tenham sido a reportar a não execução de atividades de ED, e de 8 Escolas Superiores de Educação. Comparativamente ao relatório anterior, podemos verificar que se perderam 5 entidades, todas ONGD. De salientar que se verificou a manutenção de todos os atores das entidades subscritoras do PA da ENED, apesar de duas entidades terem reportado não terem conseguido executar as atividades planeadas. Relativamente à participação das ESE, foi mantido o contacto próximo com as oito que já têm participado nos relatórios anteriores, tendo sido ainda realizado um encontro alargado com a presença de quase todas as escolas, de forma a estreitar relações. A grande novidade nesta

tipologia de instituições foi a de ter presente, este ano, a própria ARIPESE como promotora e executante de atividades.

Foram reportados 35 (32%) projetos de ED (menos 6 do que no ano anterior, mantendo-se no entanto, a percentagem do total), 32 (29%) atividades inseridas noutra tipo de projetos (mais 5 do que no ano anterior) e 43 atividades avulsas (menos 16 do que no ano anterior), não inseridas em nenhum projeto, representando estas 39% das grelhas preenchidas, de um total de 110 (menos 17 do que em 2014, contrariando uma tendência ascendente verificada de 2013 para 2014).

Na distribuição dos inquéritos por objetivo, verificou-se a manutenção do objetivo 2 como o objetivo mais coberto e o objetivo 1 como o objetivo menos coberto, tendo-se alterado o lugar dos objetivos 3 e 4, passando o objetivo 3 para segundo mais coberto e o 4 para terceiro lugar.

No objetivo 1 (capacitação e diálogo institucional), há a destacar face ao relatório anterior uma redução das referências que se traduz também numa redução de projetos na área da ED (de 10 para 6). As variações verificam-se pela diminuição quer do número de projetos nas entidades (de 4 para 2) quer nas ONGD (de 5 para 3). No entanto, é de lembrar que diminuíram quer o número de entidades executantes quer o número de ONGD a participar no processo de recolha de dados. As outras tendências gerais mantêm-se, nomeadamente a presença predominante, neste objetivo, das entidades subscritoras do PA da ENED. No objetivo 2, dedicado à educação formal, mantêm-se as tendências relativamente aos projetos de ED (há o aumento de 1 projeto da parte das ESE e a diminuição de 1 projeto nas entidades e nas ONGD). Verifica-se, no entanto, as seguintes alterações: o aumento de atividades inseridas noutra tipo de projetos, retomando os valores de 2013 (de 4 para 8) e a diminuição das atividades não inseridas em projeto (de 23 para 19). De salientar que as ONGD são a tipologia de entidade que mais dados apresenta para este objetivo e que este é o objetivo para o qual as ESE mais contribuem, como seria expectável dado o carácter intrínseco das mesmas. No objetivo 3, dedicado à educação não formal, há um aumento do número de projetos nas ONGD, de 7 para 9, assistindo-se à diminuição de um projeto nas entidades. Os valores referentes às atividades inseridas noutra tipo de projeto mantêm-se, apesar de com uma nova distribuição ao nível dos atores. Verifica-se ainda uma diminuição dos valores das atividades não inseridas em projeto. A predominância das ONGD enquanto atores privilegiados neste objetivo mantêm-se, tendo reforçado a sua posição com mais projetos do que no ano anterior. O objetivo 4 está direcionado para atividades de sensibilização e influência política, sendo que as quatro primeiras medidas nos remetem para a sensibilização e as quatro últimas para a influência política. Neste objetivo mantêm-se a tendência de diminuição no número de projetos reportados – de 10 para 8 projetos – mantendo-se apenas os projetos

realizados pelas ONGD. Verifica-se ainda uma diminuição das atividades não inseridas em projeto. Mantém-se o papel preponderante das ONGD na execução de atividades/projetos neste objetivo.

Foi ainda realizada uma análise por critérios específicos: temáticas, parcerias, públicos, entidades financiadoras e distribuição geográfica.

Ao nível das temáticas ou conteúdos analisados, manteve-se a categorização do relatório anterior: temáticas mais trabalhadas, com mais de 60 referências, temáticas mediamente trabalhadas (entre 30 a 60 referências) e temáticas menos trabalhadas, até 30 referências. Os grupos sofreram apenas ligeiras alterações, mantendo-se os temas do desenvolvimento, educação e direitos humanos como os mais referidos.

Conclui-se, a exemplo do ano anterior, que existe uma prática generalizada de trabalho em parceria, uma vez que 75% (menos 2% do que no ano anterior) dos projetos são realizados em parceria, na linha do verificado no relatório anterior.

Relativamente aos públicos, verifica-se a predominância dos seguintes públicos:

- Objetivo 1 – Entidades públicas e OSC;
- Objetivo 2 – Professores, alunos dos três níveis de ensino (básico, secundário e universitário) e comunidade escolar;
- Objetivo 3 – Estudantes, comunicação social e agentes educativos;
- Objetivo 4 – População em geral e decisores técnicos e políticos.

De salientar, a diminuição da referência a “jovens”, o aumento das categorias “investigadores”, “técnicos de desenvolvimento” e a manutenção da quase ausência de referências ao “setor privado”, no objetivo 1 e, no objetivo 3, a acentuada diminuição da referência a “agentes educativos” e “estudantes”, nomeadamente pelas entidades e o aumento relativo à comunicação social, muito referenciada pelas ONGD.

Analisando as entidades financiadoras, e note-se que se refere à frequência de referência e não ao valor do financiamento, verifica-se, nos três tipos de instituições, que, geralmente, o financiamento das atividades é misto, ou seja, provém de diversas entidades financiadoras e não apenas de uma. Mantém-se a predominância da rubrica “fundos próprios” em todo o tipo de entidades, o que significa que grande parte das atividades reportadas é realizada recorrendo em parte ou na totalidade a fundos próprios das instituições. Para além dos fundos próprios convém destacar: o CICL, como entidade financiadora referenciada mais frequentemente, a União Europeia, as

entidades de ensino, as autarquias, as fundações, “outras entidades públicas” e “outros nacional”.

Face à distribuição geográfica das atividades, mantém-se claro que esta se encontra relacionada com a existência de atores na mesma região, com preponderância para a região de Lisboa, nos casos das entidades subscritoras do PA e das ONGD. De salientar o valor significativo do somatório das atividades integradas nas categorias “nacional” e “internacional” e o papel das ESE enquanto atores de descentralização, através da sua maior dispersão geográfica.

Das atividades transversais de planificação, acompanhamento e avaliação da ENED, foram levados a cabo, durante o ano de 2015: um relatório de acompanhamento (2014), um encontro entre todas as entidades subscritoras do Plano de Ação da ENED, vários encontros com subgrupos das mesmas e 11 reuniões da Comissão de Acompanhamento.

No ano de 2015, realizaram-se as IV Jornadas de Educação para o Desenvolvimento, sob o tema “A Avaliação no contexto da Educação para o Desenvolvimento”, que tiveram lugar no dia 29 de abril de 2015, na Sala A da Fundação Cidade de Lisboa e congregaram 58 participantes em representação de entidades públicas e da sociedade civil, incluindo a maior parte dos membros do chamado grupo das entidades subscritoras do Plano de Ação da Estratégia Nacional de Educação para o Desenvolvimento (ENED) e vários outros atores da ED em Portugal.

O ano de 2015 representa um momento fundamental para a ENED uma vez que seria o último ano da vigência da mesma. No entanto, e para colmatar o previsível hiato temporal entre o fim da vigência da ENED e o início da vigência de uma nova Estratégia, foi publicado o Despacho n.º 9815/2015 que determinou o prolongamento da vigência da ENED, bem como do protocolo de colaboração entre as entidades subscritoras do Plano de Ação da ENED para sua implementação, até dezembro de 2016. Teve ainda início o processo de Avaliação final da ENED que decorrerá no 1º semestre de 2016.

B – OBJETIVOS DO RELATÓRIO

O principal objetivo do presente relatório, no seguimento dos relatórios dos anos anteriores, é o de monitorizar a execução da ENED em Portugal, no ano de 2015.

Este objetivo geral desdobra-se em diversos objetivos específicos:

- identificar as medidas que estão a ser cobertas e as que não estão a ser cobertas pelas atividades em curso;
- reconhecer os principais atores que intervêm na área de ED em Portugal.
- identificar os públicos-alvo das atividades de ED;
- identificar as temáticas a serem trabalhadas pelas organizações;
- identificar as áreas geográficas de maior e de menor intervenção;
- identificar as principais entidades financiadoras das atividades da ENED;
- obter uma perspetiva evolutiva face ao relatório dos anos anteriores;
- refletir criticamente sobre os resultados, permitindo formular conclusões e recomendações.

Para além destes objetivos específicos que se pretendem alcançar, também se considera que o relatório anual é um passo importante para:

- analisar o processo de planeamento, acompanhamento e monitorização da ENED, permitindo o ajuste do mesmo;
- contribuir para a avaliação do mecanismo de avaliação da ENED.

C – METODOLOGIA

Dadas as adendas realizadas à ENED e ao protocolo de colaboração entre as Entidades Subscritoras do PA da ENED que prolongam a sua vigência até dezembro de 2016, o presente relatório decorre no último ano da execução do Plano de Ação da ENED, e no ano em que decorrerá o processo da sua avaliação final.

Desta forma, e para que o presente relatório ainda pudesse ser utilizado neste processo de avaliação final, mantiveram-se os prazos apresentados no ano anterior, tendo a recolha de dados decorrido durante o mês de março.

A metodologia de recolha de dados do presente relatório também se manteve face ao ano anterior, tendo sido utilizada a base de dados resultante do processo de Planificação de 2015. Assim, foram enviadas, a todas as instituições envolvidas no processo da referida planificação, as respetivas informações, no sentido de estas confirmarem a execução total ou parcial do que estava previsto ou de informarem da sua não execução. Para as instituições não envolvidas no processo de planificação anteriormente referido, foram enviadas grelhas de recolha de dados para serem preenchidas.

Receberam-se respostas das quatro instituições constituintes da Comissão de Acompanhamento da ENED¹ e das instituições subscritoras do Plano de Ação da ENED² que têm vindo a contribuir para a execução da ENED. É importante salientar que este ano, pela primeira vez durante a vigência da ENED, a ARIPESE, associação que congrega treze Escolas Superiores de Educação nacionais, reportou atividades enquanto tal, não delegando apenas a execução das atividades nas ESE, o que é um sinal bastante positivo. De ressaltar ainda que duas das ESPA ENED informaram que não conseguiram executar as atividades previstas.

A exemplo dos relatórios dos anos anteriores, foram contactadas as organizações registadas na Plataforma Portuguesa das ONGD, membro da Comissão de Acompanhamento, para que se possa ter uma visão mais completa do trabalho realizado na área da ED em Portugal, uma vez que estas são uma das grandes

¹ O CICL, o Ministério da Educação, através da DGE, a Plataforma Portuguesa das ONGD e a ONGD CIDAC (apesar de ser um dos elementos da Comissão de Acompanhamento e de ser uma instituição subscritora do Plano de Ação da ENED, o CIDAC aparece listado como ONGD e os seus dados são tratados nessa qualidade).

² APA - Agência Portuguesa do Ambiente; ACIDI - Alto Comissariado para a Imigração e o Diálogo Intercultural, atual ACM – Alto Comissariado para as Migrações; CIG - Comissão para a Cidadania e Igualdade de Género; Comissão Nacional da UNESCO; Instituto Português do Desporto e da Juventude; APEDI - Associação de Professores para a Educação Intercultural; ASPEA – Associação Portuguesa de Educação Ambiental; Comissão Nacional Justiça e Paz e Conselho Nacional da Juventude.

promotoras do trabalho nesta área, e as treze Escolas Superiores de Educação associadas da ARIPESE³.

Manteve-se a opção por não alargar a recolha de dados a outros atores, para manter alguma homogeneidade na recolha dos dados.

Ficou ainda definido que, a exemplo dos relatórios anteriores, os dados do CICL, enquanto financiador de projetos e atividades de ED, dinamizador da ENED e participante em redes e organizações europeias e internacionais na matéria, seriam apresentados numa secção específica para o mesmo. No entanto, e dada a especificidade do ano de 2015, Ano Europeu para o Desenvolvimento, o CICL também reportou as atividades que promoveu e executou, preenchendo a base de dados.

Foram contactadas 66 ONGD registadas na Plataforma nacional acima referida, tendo sido possível recolher respostas de 28 organizações (43%, sendo que no ano passado tinha sido atingido um valor de 52% de respostas)⁴. Sete instituições (11%) informaram que não realizaram atividades de ED e 21 (32%, contra os 43% do relatório do ano anterior) foram respostas positivas, com o envio dos seus dados para tratamento.



No campo das ESE, foram contactadas as treze associadas da ARIPESE, sendo que foi conseguido o reporte de 8 instituições⁵, um número que já se tinha atingido no ano anterior.

³ Para lista completa dos participantes no relatório, ver anexo 2.

⁴ Para mais informações consultar Anexo 2.

⁵ De Bragança, Castelo Branco, de Leiria, de Lisboa, de Portalegre, do Porto, Santarém e de Viana do Castelo.

No total, 42 entidades participaram neste relatório através do envio dos seus dados (4 entidades da CA, 10 restantes entidades subscritoras do PA da ENED, 21 ONGD e 8 ESE)⁶.

Comparativamente ao relatório anterior, podemos verificar que se perderam 5 entidades todas das ONGD. De salientar que se verificou a manutenção de todos os atores das entidades subscritoras do PA da ENED, apesar de duas entidades terem reportado não terem conseguido executar as atividades planeadas. A grande novidade nesta tipologia de instituições foi a de ter presente, este ano, a própria ARIPESE como promotora e executante de atividades.

As relações com as ESE foram reforçadas através da manutenção dos laços estabelecidos e de um encontro realizado em dezembro de 2015, com a finalidade de se partilharem boas experiências em ED em cada ESE e de se planificar o ano de 2016, onde estiveram representantes de onze ESE. De realçar que a ARIPESE colocou na sua Planificação para 2016 um eixo estratégico dedicado à ED.

A exemplo dos relatórios anteriores, mantemos a certeza de que existem outras instituições que trabalham em ED mas que não se encontram dentro da tipologia de entidades que definimos para o presente relatório.

Em termos gerais ainda é notório que quando os contactos são demasiado assentes numa pessoa individualizada nas organizações e o processo de institucionalização é mais fraco, o risco de se perder a participação da entidade é maior, uma vez que saindo a pessoa de contacto, consequentemente também se perde a entidade. No entanto, verifica-se que a institucionalização, em alguns casos, começa a ser mais forte e visível.

No processo de recolha dos dados, realizado através do envio da base de dados relativo ao processo de Planificação do ano de 2015, seguiu-se a estrutura dos anos transatos, para se permitir a comparabilidade dos dados:

⁶ Para a lista completa dos participantes no relatório, ver Anexo 2. O CIDAC reporta como ONGD, embora também pertença à CA ENED, daí o desfasamento dos números totais.

Secção 1 – Instituição
Pergunta 1 – Nome da instituição
Pergunta 2 – Tipo de instituição
Secção 2 – Atividade
Pergunta 3 – Tipo de atividade (inserida ou não em projeto de ED ou outro)
Pergunta 4 – Nome do projeto/atividade; enumeração das atividades do projeto
Secção 3 – Objetivo, Medidas e Tipologias das Atividades
Pergunta 5 – Objetivo
- Medidas e tipologias
Secção 4 – Conteúdos
Pergunta 6 – Temáticas
Secção 5 – Promotores e parcerias
Pergunta 7 – Entidade Promotora
Pergunta 8 – Entidades Parceiras
Secção 6 – Públicos-alvo
Pergunta 9 – Públicos-alvo
Secção 7 – Custos, financiadores e cronograma
Pergunta 10 – Custo do projeto/atividade
Pergunta 11 – Financiadores
Pergunta 12 – Calendário do projeto/atividade
Secção 8 – Dados geográficos
Pergunta 13 – Âmbito geográfico do projeto/atividade
- Local
Secção 9 – Outras informações
Pergunta 14 – Comentário final

Este ano foi ainda mais difícil o acesso a algumas organizações não-governamentais, ficando por esclarecer se este facto se deve a contactos desatualizados, à sobrecarga de trabalho, o que deixa pouco tempo para este tipo de tarefas, ou à falta de reconhecimento das próprias instituições relativamente ao tema. A demora sentida nas respostas das instituições, o que motivou a persistência nos contactos e a ultrapassagem dos prazos inicialmente estabelecidos, continua a verificar-se.

O tratamento dos dados foi feito em dois momentos distintos, à semelhança dos relatórios anteriores:

- numa primeira fase, fez-se a análise das atividades realizadas e da sua alocação às tipologias, medidas e objetivos, de forma a poder ter-se uma visão global sobre quais estavam a ser atingidas e quais não estavam;
- numa segunda fase, analisaram-se os dados segundo critérios pré-definidos nos Termos de Referência deste relatório: distribuição geográfica, grupos-alvo, temáticas, entidades financiadoras e parcerias.

Comparando o presente relatório com os relativos a 2013 e 2014, podemos afirmar que se mantêm os principais aspetos, dos quais gostaríamos de salientar:

- a divisão da recolha dos dados por tipologia de instituições, com a qual se obteve o seguinte gráfico, onde observamos que, das instituições que responderam ao inquérito, 16 são públicas (37%) e 26 são privadas sem fins lucrativos (63%), mantendo-se, em termos gerais, a situação verificada no ano anterior⁷ (30% públicas e 70% privadas sem fins lucrativos), tendo no entanto diminuído a diferença entre ambas as tipologias, sobretudo pela diminuição da presença das ONGD no presente relatório;



- a organização dos dados por três tipologias de “entrada” assentou em: reporte de projeto de Educação para o Desenvolvimento, reporte de atividades inseridas noutra tipo de projetos e reporte de atividades não inseridas em qualquer tipo de projeto. Como este já é o terceiro ano em que a recolha de dados é feita deste modo, podem realizar-se comparações mais seguras e não apenas por tendências.

⁷ Para uma leitura comparativa com 2014, consultar o gráfico da página 13 do Relatório de Acompanhamento 2014.

Atente-se no gráfico seguinte, que fornece informação relevante sobre a tipologia das atividades recolhidas:



Pela observação do gráfico, pode verificar-se que foram reportados 35 (32%) projetos de ED (menos 6 do que no ano anterior, mantendo-se no entanto, a percentagem do total), 32 (29%) atividades inseridas nouro tipo de projetos (mais 5 do que no ano anterior) e 43 atividades avulsas (menos 16 do que no ano anterior), não inseridas em nenhum projeto, representando estas 39% das grelhas preenchidas, de um total de 110 (menos 17 do que em 2014, contrariando uma tendência ascendente verificada de 2013 para 2014)⁸.

Este ano, a exemplo do ano anterior, e pela especificidade do processo de recolha de dados, pode-se analisar um âmbito novo, comparando os dados da planificação com os do relatório de execução. Analisando estes dados, conclui-se que das 127 grelhas preenchidas e recebidas (menos 13 do que em 2014):

- 105 se referiam a atividades/projetos realizados;
- 2 a atividades/projetos realizados com alterações;
- 6 a atividades/projetos parcialmente realizados;
- 4 entidades tinham participado no processo de planificação e não confirmaram os seus dados para o presente relatório (3 ONGD e uma ESE);
- 3 entidades não tinham participado no processo de planificação e enviaram agora os seus dados (2 ONGD e uma ESE);
- e 11 reportaram a impossibilidade de cumprir algo previsto durante o processo da planificação.

⁸ Para uma leitura comparativa com 2014, consultar o gráfico da página 14 do Relatório de Acompanhamento 2014.

O relatório passou por diversas fases de elaboração e de validação. A primeira foi pela Comissão de Acompanhamento. Posteriormente, foi validado em encontros com os principais atores envolvidos na recolha dos dados.

A exemplo do ano transato, foram estabelecidos os Termos de Referência que enquadram o que é esperado do presente relatório anual de acompanhamento da ENED. Estes encontram-se apresentados em Anexo⁹, constituindo as linhas mestras deste relatório.

Verificou-se, na prática, à semelhança dos relatórios anteriores, mas muito especialmente neste último ano de vigência da atual ENED, que o próprio processo de elaboração dos relatórios anuais - desde o contacto com as instituições, à recolha de dados, ao seu tratamento e interpretação e à redação final – tem permitido um processo de aprendizagem a ser tido em conta no processo de avaliação final e nas decisões a tomar relativas ao futuro da ENED.

⁹ Anexo 1.

D – COBERTURA DAS MEDIDAS

Em seguida, apresenta-se cada objetivo, respetivas medidas e tipologias de atividade, seguidos pelo mapeamento dos dados recolhidos, ao nível da tipologia de atividade.

OBJETIVO 1

Promover a capacitação das entidades públicas e das organizações da sociedade civil relevantes enquanto atores de ED e criar dinâmicas e mecanismos de diálogo e de cooperação institucional.

Medida 1.1. Aumento e diversificação do perfil dos agentes capacitados para promover ações de ED de qualidade.

1.1.1 Criação das condições para a constituição de sistemas de reconhecimento pelos pares de módulos de capacitação em ED

1.1.2 Promoção de ações de capacitação sobre ED, formas de intervenção e questões metodológicas implicadas na conceção, no acompanhamento e na avaliação de ações, projetos e programas de ED

1.1.3 Incentivo à introdução da ED na missão e nas perspetivas estratégicas das entidades públicas e da sociedade civil

	2015		
	Entidades Subscritoras do PA	ESE	ONGD
1.1.1	PPONGD	ESE-IPVC	FGS
1.1.2	PPONGD	ESE-IPVC	IMVF
1.1.3	PPONGD	ESECS-IPL	IMVF FGS

Medida 1.2. Criação de espaços e de condições para o aprofundamento concetual, temático e metodológico da ED.

1.2.1 Organização de seminários, conferências, debates sobre conceitos, temáticas e metodologias associadas à ED

1.2.2 Produção e apoio à produção de artigos e ensaios de reflexão sobre conceitos e metodologias associadas à ED

	2015		
	Entidades Subscritoras do PA	ESE	ONGD
1.2.1	ARIPESE CICL PPONGD	ESE-IPVC	AIDGLOBAL MVFPAR FGS
1.2.2	-	ESECS-IPL ESE-IPVC	PAR FGS

Medida 1.3. Disponibilização de informação relevante, bem como de dispositivos pedagógicos e de instrumentos de apoio à ED.

1.3.1 Reforço dos centros de recursos educativos existentes na área da ED

1.3.2 Incentivo à criação de dispositivos de informação sobre a intervenção em ED em Portugal

	2015		
	Entidades Subscritoras do PA	ESE	ONGD
1.3.1	APA	ESE-IPVC	AIDGLOBL CIDAC IMVF FGS
1.3.2	-	ESE-IPVC	PAR FGS

Medida 1.4. Criação de oportunidades e condições para a investigação e produção de conhecimento relevante para a capacitação dos atores de ED.

1.4.1 Promoção de trabalhos de produção de conhecimento sobre a ED, envolvendo iniciativas conjuntas de instituições de ensino superior e organizações da sociedade civil

2015			
	Entidades Subscritoras do PA	ESE	ONGD
1.4.1	CICL	ESECS-IPL ESE-IPVC	AIDGLOBAL CEAUP

Medida 1.5. Estruturação de oportunidades regulares de aprofundamento da reflexão e partilha de experiências, informação, metodologias e recursos pedagógicos entre organizações.

1.5.1 Organização de encontros entre organizações pares e encontros temáticos entre instituições públicas e organizações da sociedade civil

2015			
	Entidades Subscritoras do PA	ESE	ONGD
1.5.1	SIG APA CICL PPONGD	ESECS-IPL ESE-IPVC	AIDGLOBAL IMVF FGS

Medida 1.6. Implementação de mecanismos de consulta e participação no desenho e avaliação dos instrumentos de política na área da ED.

1.6.1 Identificação e criação de mecanismos de participação de representantes reconhecidos da sociedade civil no quadro dos instrumentos de conceção, tomadas de decisão e avaliação de políticas na área da ED

2015			
	Entidades Subscritoras do PA	ESE	ONGD
1.6.1	PPONGD	ESE-IPVC	-----

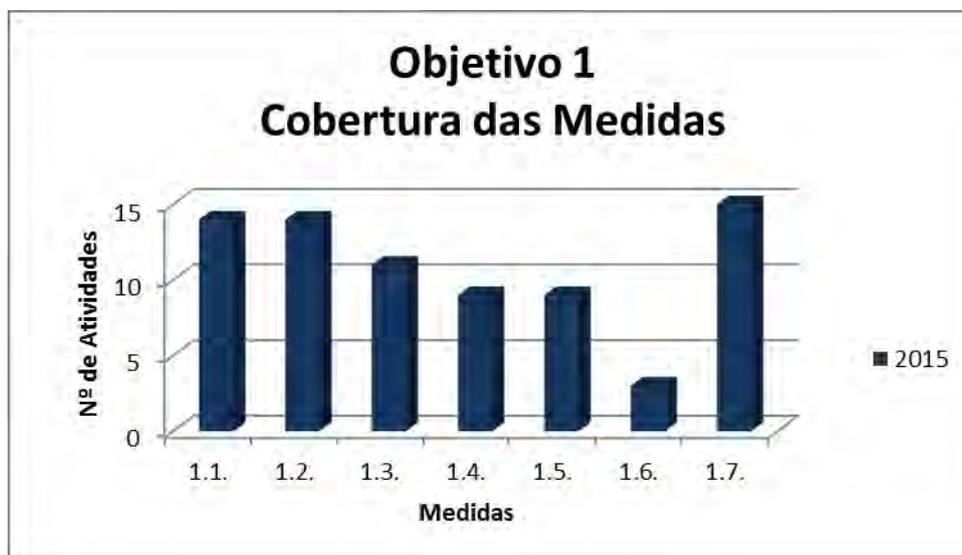
Medida 1.7. Alargamento do intercâmbio e reforço das relações entre organizações a nível nacional e internacional.

1.7.1 Organização de seminários, conferências, debates tendo por vocação o incentivo à troca de experiências entre organizações

1.7.2 Apoio e incentivo à participação de atores europeus e de países da CPLP em iniciativas de troca de experiências sobre ED

	2015		
	Entidades Subscritoras do PA	ESE	ONGD
1.7.1	SIG CICL PPONGD ACM	ESECS-IPL ESE-IPVC	CEAUP IMVF FGS
1.7.2	SIG CICL	-	IMVF

Pelo tratamento dos dados apresentados acima, pudemos encontrar os seguintes resultados face às medidas do objetivo 1¹⁰:



Da leitura do gráfico anterior, pode-se verificar que, no objetivo em análise, apesar de se manterem as tendências gerais, se encontram algumas alterações: as medidas que estão menos cobertas e, portanto, a necessitar de maior atenção, continuam a ser as 1.4, 1.5 e 1.6, que se referem, respetivamente, à investigação e produção de conhecimento relevante para a capacitação dos atores de ED, à criação de

¹⁰ Para uma leitura comparativa com 2014, consultar o gráfico da página 20 do Relatório de Acompanhamento 2014.

oportunidades regulares de aprofundamento da reflexão e partilha de experiências, informação, metodologias e recursos pedagógicos entre organizações e a mecanismos de consulta e participação no desenho e avaliação dos instrumentos de política na área da ED, embora a medida 1.6 seja, de facto, a que apresente valores mais baixos.

De realçar, face ao ano anterior:

- a diminuição verificada dos valores reportados nas medidas do objetivo 1 (de 91 referências para 75, sendo que ano anterior se tinha verificado um aumento);
- a alteração na medida mais coberta deste primeiro objetivo, que deixa de ser a 1.2., disponibilização de informação sobre a ED e passa a ser a 1.7, atividade de organização e dinamização de momentos de troca de experiências sobre ED, quer a nível nacional como a nível internacional.
- a manutenção da importância atribuída às medidas 1.2, referida no ponto anterior, e 1.1, ligada à formação de agentes de ED, ambas em segundo lugar, com os mesmos valores;
- a manutenção das referências à medida 1.3 (que até ao ano de 2013 era pouco expressiva);
- a ligeira melhoria dos valores relativos às medidas 1.4 (investigação e produção de conhecimento relevante para a capacitação dos atores de ED) e 1.5 (criação de oportunidades regulares de aprofundamento da reflexão e partilha de experiências, informação, metodologias e recursos pedagógicos entre organizações).

OBJETIVO 2

Promover a consolidação da ED no setor da educação formal em todos os níveis de educação, ensino e formação, contemplando a participação das comunidades educativas.

Medida 2.1 Integração da ED na formação inicial que profissionaliza para a função docente.

2.1.1 Identificação de módulos existentes sobre ED na formação inicial de educadores e professores

2.1.2 Conceção, realização e avaliação de módulos sobre ED na formação inicial de educadores e professores

2015			
	Entidades Subscritoras do PA	ESE	ONGD
2.1.1	-----	ESE-IPVC ESE-IPLx ESE-IPP ESE- IPBç	-----
2.1.2	-----	ESE-IPVC ESE-IPLx ESE-IPP ESE-IPBç	-----

Medida 2.2. Elaboração de materiais de orientação pedagógica para profissionais de educação e formação e outros agentes educativos e desenvolvimento de materiais didáticos que apoiem a realização de projetos e intervenções educativas de ED.

2.2.1 Elaboração de materiais de orientação pedagógica sobre ED dedicados aos educadores e professores dos vários níveis e ciclos de ensino e educação

2.2.2 Elaboração, divulgação e disponibilização de materiais didáticos e projetos elaborados por entidades diversas

2015			
	Entidades Subscritoras do PA	ESE	ONGD
2.2.1	CNU APEDI DGE	ESE-IPVC ESE-IPPg ESE-IPB	AIDGLOBAL SOPRO VIDA FGS IMVF UCCLA
2.2.2	CIG CNU	ESE-IPVC ESE-IPLx	CIDAC VIDA SOPRO IMVF FGS UCCLA FEC Oikos

Medida 2.3. Promoção de trabalho colaborativo entre os estabelecimentos de educação e ensino e formação e entidades públicas e privadas que intervêm em ED.

2.3.1 Promoção de projetos colaborativos de ED no setor da Educação Formal

2.3.2 Promoção a nível regional do registo de ações e projetos envolvendo estabelecimento de ensino e educação e atores de ED públicos ou privados

2.3.3 Promoção ao nível regional do registo de encontros envolvendo estabelecimento de ensino e educação e atores de ED público ou privados

2015			
	Entidades Subscritoras do PA	ESE	ONGD
2.3.1	CNU ASPEA APA DGE CNJ	ESE-IPLx ESE-IPVC ESE-IPP ESE-IPCB	VIDA CIDAC SOLSEF SOPRO FGS Oikos UCCLA
2.3.2	CNU	ESE-IPLx ESE-IPVC	CIDAC SOPRO UCCLA
2.3.3	CNU	ESE-IPVC	AIDGLOBAL CIDAC UCCLA

Medida 2.4. Desenvolvimento da formação contínua para profissionais de educação e formação e outros agentes educativos, e sensibilização dos e das responsáveis pela gestão dos agrupamentos de escolas e junto das comunidades educativas.

2.4.1 Conceção, realização e avaliação de módulos de formação contínua de educadores e professores

2015			
	Entidades Subscritoras do PA	ESE	ONGD
2.4.1	CIG CNU DGE	ESE-IPVC ESE-IPPg ESE-IPCB	AIDGLOBAL SOPRO UCCLA

Medida 2.5. Promoção de trabalho de investigação sobre ED nas instituições de ensino superior em relação com pares internacionais do Norte e do Sul.

2.5.1 Promoção de trabalhos de investigação sobre ED, de preferência com participação internacional

2015			
	Entidades Subscritoras do PA	ESE	ONGD
2.5.1	CNU ASPEA	ESE-IPLx ESE-IPVC	FGS SOPRO CEAUP

Medida 2.6. Criação de condições para a afirmação das escolas e agrupamentos como organizações de educação para a cidadania que inclua a dimensão do desenvolvimento.

2.6.1 Promoção de reflexão sobre a dimensão da Educação para a Cidadania Global dos projetos educativos das escolas e agrupamentos escolares

2015			
	Entidades Subscritoras do PA	ESE	ONGD
2.6.1	CIG ASPEA CNU	ESE-IPP ESE-IPVC ESE-IPLx ESE-IPB	AIDGLOBAL CIDAC FGS FEC IMVF SOPRO UCCLA

A análise dos dados apresentados acima permite apresentar os seguintes resultados face às medidas do objetivo 2, dedicado à educação formal¹¹:

¹¹ Para uma leitura comparativa com 2014, consultar o gráfico da página 25 do Relatório de Acompanhamento 2014.



Neste objetivo mantêm-se algumas tendências, como a clara predominância da medida 2.3, relativa à promoção do trabalho colaborativo entre estabelecimentos de educação e outras entidades públicas e da sociedade civil, e o menor relevo das medidas 2.1., 2.4, 2.5, 2.6. No entanto, há aspetos a salientar:

- o acentuado aumento do número de referências relativas às medidas do objetivo 2 (de 95 no ano anterior para 117, no presente relatório, número ainda superior aos 113 de 2013), o que marca o aumento dos valores absolutos de quase todas as medidas, com exceção da medida 2.1, que se refere à integração da ED na formação inicial de docentes;
- a franca evolução da medida 2.2, com um aumento de 9 referências, relativa à elaboração e divulgação de materiais pedagógicos;
- nas medidas 2.4 e 2.6, referentes a atividades como a formação contínua para profissionais de educação e a criação de condições para a afirmação das escolas e agrupamentos como organizações de educação para a cidadania que inclua a dimensão do desenvolvimento, assiste-se a uma ligeira subida dos valores absolutos;
- a medida 2.5 mantém-se a medida do objetivo 2 com o menor número de iniciativas reportadas em 2015, evidenciando a necessidade do reforço de trabalhos de investigação em ED nas instituições de ensino superior, apesar de já se ter verificado um ligeiro aumento dos valores.

OBJETIVO 3

Promover o reforço da ED na educação não formal, contemplando a participação de grupos diversos da sociedade portuguesa

Medida 3.1. Promoção do reconhecimento das OSC enquanto importantes dinamizadoras de atividades de educação não formal de ED.

3.1.1 Realização e apoio à divulgação de atividades entre organizações da sociedade civil e entidades públicas

2015			
	Entidades Subscritoras do PA	ESE	ONGD
3.1.1	CNU ASPEA APA CNJ	ESE-IPB	AIDGLOBAL ADPM CPR IMVF RostoSol FEC Oikos

Medida 3.2 Criação de condições para o incremento das ações de ED em contexto não formal e da sua qualidade.

3.2.1 Criação de iniciativas de promoção da colaboração entre organizações diversas de forma a potenciar a qualidade das ações de ED

3.2.2 Criação de iniciativas que incentivem a promoção de projetos de ED por parte de organizações de juventude

2015			
	Entidades Subscritoras do PA	ESE	ONGD
3.2.1	CNU ASPEA APA CNJ	-----	ADPM IMVF RostoSol Gaal FEC Oikos
3.2.2	CNU ASPEA CNJ	-----	CIDAC CPR IMVF RostoSol WACT

Medida 3.3 Promoção da formação de agentes que desenvolvem atividades de ED e reconhecimento das competências adquiridas através da sua prática formativa.

3.3.1 Organização de ações de capacitação dedicadas a formadores de ED sobre formas de intervenção e questões metodológicas implicadas na conceção, no acompanhamento e na avaliação de ações, projetos e programas de ED

3.3.2 Organização de ações de capacitação sobre o conceito de ED e as diferentes formas de intervenção, em particular a sensibilização e a influência política, dedicadas a jovens, com enfoque nos estudantes de comunicação social

3.3.3 Desenvolvimento de processos que tenham em vista a criação de um modelo de competências formativas na área da ED

	2015		
	Entidades Subscritoras do PA	ESE	ONGD
3.3.1	CNU ASPEA CNJ	ESE-IPVC	IMVF Graal
3.3.2	CNU ASPEA CNJ	-----	CPR PAR Oikos
3.3.3	CNU CNJ	-----	WACT IMVF

Medida 3.4 Promoção da elaboração e divulgação de materiais e recursos educativos de qualidade.

3.4.1 Identificação, divulgação, disponibilização e avaliação de materiais e recursos educativos existentes

	2015		
	Entidades Subscritoras do PA	ESE	ONGD
3.4.1	CNU ASPEA	-----	PAR AIDGLOBAL ADPM CPR IMVF RostoSol Graal FEC

Medida 3.5 Promoção da articulação, troca de experiências e conhecimento mútuo, a nível nacional e internacional, entre atores da educação não formal entre si e destes com a educação formal.

3.5.1 Organização de seminários, conferências, debates tendo por vocação o incentivo ao interconhecimento e a troca de experiências entre atores da educação formal e não formal

3.5.2 Apoio e incentivo à participação de atores europeus, de países do espaço de língua portuguesa e da América Latina em iniciativas de troca de experiências entre atores da educação formal e não formal

3.5.3 Apoio à participação de delegações portuguesas compostas por atores da educação formal e não formal em eventos e redes internacionais de ED

	2015		
	Entidades Subscritoras do PA	ESE	ONGD
3.5.1	CNU ASPEA	-----	CPR IMVF RostoSol WACT
3.5.2	CNU ASPEA	-----	RostoSol WACT
3.5.3	CNU	-----	IMVF WACT

Os dados apresentados permitem obter a seguinte análise das medidas do objetivo 3, cuja tónica recai sobre a educação não formal¹²:



¹² Para uma leitura comparativa com 2014, consultar o gráfico da página 29 do Relatório de Acompanhamento 2014.

No presente relatório, ao contrário do acontecido no do ano anterior, verifica-se uma diminuição das referências, ao nível das medidas, no objetivo 3, tendo-se passado de 136, em 2014, para 111, no ano agora em análise (ainda que longe das 92 referências do ano de 2013). No entanto, apesar da retração dos números absolutos, é interessante verificar que as tendências gerais da distribuição das referências pelas medidas se mantêm:

- a medida 3.2, relativa ao incremento de atividade de ED em contexto não formal, mantém-se a mais coberta no objetivo 3;
- as medidas 3.1, referente à promoção do reconhecimento das organizações da sociedade civil enquanto importantes dinamizadoras de atividades de educação não formal de ED, e 3.4, referente à promoção de materiais e recursos que, no relatório anterior, apesar de serem as únicas com um aumento do número de referências, mantêm-se como as menos expressivas dentro do objetivo, embora agora a menor distância das outras medidas.
- as medidas 3.3, formação de agentes de ED, e 3.5, dedicada à troca de experiências entre educação formal e não formal, a nível nacional e internacional, mantêm os seus lugares, apesar de terem perdido em valores absolutos de referências.

OBJETIVO 4

Promover atividades de sensibilização e de influência política implicando a concertação entre atores.

Medida 4.1 Promoção de ações de sensibilização que integrem dispositivos de reflexão e aprendizagem e de partilha das aprendizagens a partir das próprias experiências, no quadro da ED

4.1.1. Campanhas de sensibilização sobre temáticas de ED

4.1.2 Desenvolvimento de metodologias e elaboração de instrumentos que permitam a reflexão e a partilha de aprendizagens a partir de campanhas

4.1.3 Organização de campanhas que utilizam as metodologias e instrumentos que permitam a reflexão e a partilha de aprendizagens

2015			
	Entidades Subscritoras do PA	ESE	ONGD
4.1.1	CICL APA PPONGD	ESE-IPVC ESE-IPCB	CIDAC FCLx IMVF FGS Graal FEC
4.1.2	CICL CNJ	ESE-IPCB	CIDAC FEC ACEP
4.1.3	CICL PPONGD	-----	IMVF FEC ACEP

Medida 4.2. Promoção de ações de sensibilização que fomentem as capacidades e competências de concertação entre atores.

4.2.1 Ações de sensibilização de ED desenvolvidas em parceria com experiências registadas

2015			
	Entidades Subscritoras do PA	ESE	ONGD
4.2.1	CNJ CIG PPONGD	ESE-IPCB	IMVF FEC ACEP

Medida 4.3 Promoção de ações de sensibilização que consolidem a articulação com jornalistas e com os *media*, sejam estes de grande circulação, de alcance local, especializados ou de comunicação digital (blogues, wikis e redes sociais).

4.3.1 Ações de sensibilização de ED com a participação ativa de profissionais da comunicação social

4.3.2 Ações de sensibilização de ED que utilizam privilegiadamente os media

2015			
	Entidades Subscritoras do PA	ESE	ONGD
4.3.1	APA CICL CNJ PPONGD	-----	CIDAC IMVF PAR ACEP
4.3.2	CICL PPONGD	ESE-IPVC	PAR Oikos IMVF ACEP

Medida 4.4 Promoção da participação em ações de sensibilização de âmbito internacional que permitam ampliar os respetivos impactos.

4.4.1 Participação portuguesa em campanhas internacionais de sensibilização de ED

2015			
	Entidades Subscritoras do PA	ESE	ONGD
4.4.1	CICL CNJ PPONGD	ESE-IPVC	FGS IMVF FEC

Medida 4.5 Promoção de ações de influência política que integrem dispositivos de reflexão e aprendizagem e de partilha das aprendizagens a partir das próprias experiências, no quadro da ED.

4.5.1 Ações de influência política no quadro da ED

4.5.2 Ações de influência política no quadro da ED com registo de metodologias e produtos elaborados

2015			
	Entidades Subscritoras do PA	ESE	ONGD
4.5.1	CICL CNJ PPONGD	ESE-IPCB	FGS FEC
4.5.2	CNJ	-----	FEC

Medida 4.6 Promoção de ações de influência política que fomentem as capacidades e competências de concertação entre atores.

4.6.1 Ações de influência política no quadro da ED concebidas, executadas e avaliadas em parceria por conjuntos de atores diversos com a experiência registada

2015			
	Entidades Subscritoras do PA	ESE	ONGD
4.6.1	PPONGD CIG	ESE-IPCB	CIDAC IMVF FEC

Medida 4.7 Promoção de ações de influência política que consolidem a articulação com vários tipos de *media* e jornalistas.

4.7.1 Ações de influência política no quadro da ED que utilizam a colaboração com os profissionais da comunicação social e com os *media*

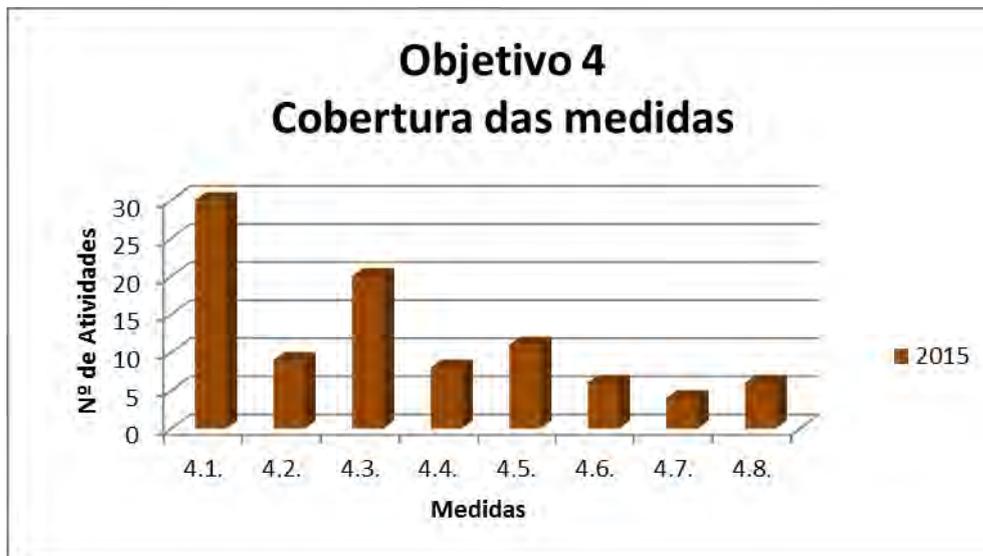
2015			
	Entidades Subscritoras do PA	ESE	ONGD
4.7.1	CNJ CICL	-----	IMVF ACEP

Medida 4.8 Promoção de participação em ações de influência política de âmbito internacional que permitam ampliar os respetivos impactos.

4.8.1 Participação portuguesa em ações de influência política no quadro da ED de iniciativa e âmbito internacionais

2015			
	Entidades Subscritoras do PA	ESE	ONGD
4.8.1	CNJ PPONGD	-----	CIDAC IMVF FGS FEC

Com os dados recolhidos para o objetivo 4, direcionado para atividades pudemos construir o seguinte gráfico¹³:



O objetivo 4 está direcionado para atividades de sensibilização e influência política, sendo que as quatro primeiras medidas nos remetem para a sensibilização e as quatro últimas para a influência política.

A análise deste gráfico permite-nos observar:

- uma diminuição do número de referências às medidas do objetivo 4, de 110 (em 2014) para 94, contrariando a tendência verificada no relatório anterior;
- a manutenção da grande preponderância da medida 4.1, referente a informação sobre atividades de promoção de ações de sensibilização;
- a medida 4.3, ligada à sensibilização através da comunicação social, reforça o seu lugar de segunda medida mais coberta, mantendo a tendência anterior;
- na medida 4.4, dedicada à promoção da participação em ações de sensibilização de âmbito internacional que permitam ampliar os respetivos impactos, assiste-se a uma ligeira subida;
- dentro das medidas de influência política (medidas 4.5, 4.6, 4.7 e 4.8) a medida 4.5, relativa à promoção de ações de influência política, mantém o seu lugar de destaque;
- a medida 4.7, relativa à promoção de ações de influência política que consolidem a articulação com vários tipos de *media* e jornalistas, diminui o seu valor, mantendo o último lugar neste objetivo.

¹³ Para uma leitura comparativa com 2014, consultar o gráfico da página 35 do Relatório de Acompanhamento 2014.

LEITURA DE DADOS POR OBJETIVO

Após uma leitura dos dados, medida a medida, julga-se ser importante uma leitura dos dados globais, por objetivo. Afinal, qual(is) o(s) objetivo(s) em que se apostou mais no último ano? Qual(is) o(s) que necessita(m) de maior atenção? Qual a tendência face aos últimos anos?

Iniciamos com uma leitura por número de inquéritos preenchidos¹⁴:



Este gráfico permite-nos perceber que das 110 grelhas recolhidas, relativas às atividades/projetos realizados em 2015:

- 19 se inserem no objetivo 1 – 17.7% (contra 24, 18.9%, no relatório anterior);
- 37 no objetivo 2 – 33.6% (contra 38, 29.9%, em 2013);
- 28 no objetivo 3 – 25.5% (contra 30, 23.6%, no ano anterior);
- 25 no objetivo 4 – 23.2% (contra 35, 27.6%, em 2013).

Optou-se não inserir nesta contagem os dados do CICL, relativo às atividades promovidas e implementadas no âmbito do Ano Europeu para o Desenvolvimento, que concorriam, claramente, para dois objetivos, o 1 e o 4.

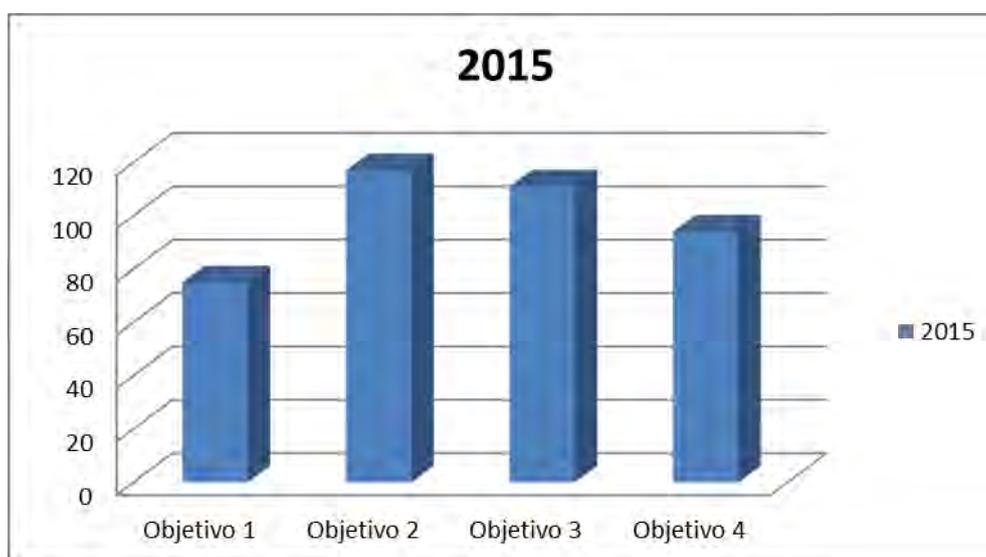
De salientar a diminuição global dos valores (relembra-se que no ano passado conseguiu-se o valor de 127 inquéritos preenchidos) e uma nova distribuição dos inquéritos por objetivos – o objetivo 2 mantém-se o mais coberto; no objetivo 4

¹⁴ Para uma leitura comparativa com 2014, consultar o gráfico da página 36 do Relatório de Acompanhamento 2014.

verifica-se uma grande diminuição de inquéritos, cedendo o segundo lugar ao objetivo 3; e o objetivo 1 mantém-se o menos coberto.

Detendo-nos numa análise mais aprofundada da variação do peso relativo dos objetivos, em percentagem, percebe-se que o objetivo 1 desceu ligeiramente (de 18.9% para 17.7%); o objetivo 2 aumentou cerca de 3.5%; o objetivo 3 subiu ligeiramente (de 23.6% para 25.5%) e o objetivo 4 diminuiu significativamente, de 27.6% para 23.2%.

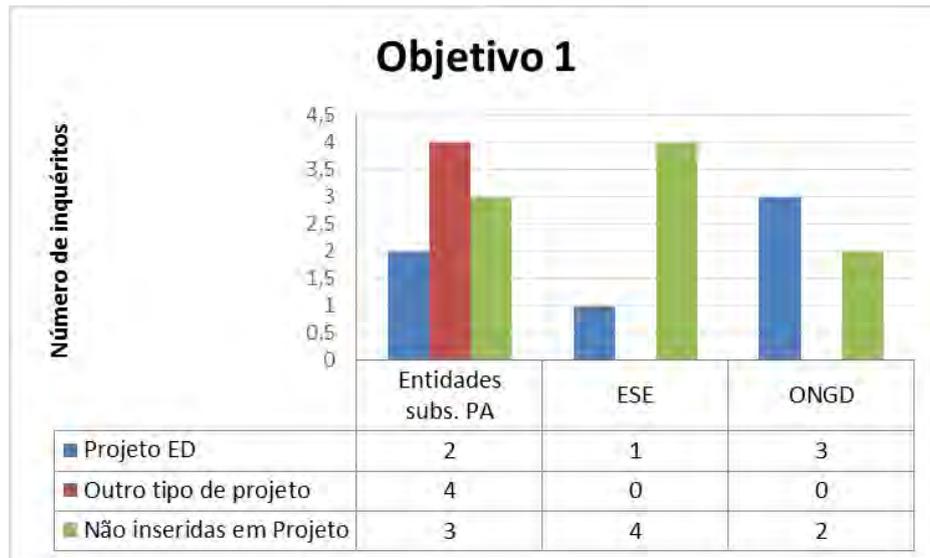
Após uma análise dos inquéritos, podemos efetuar uma análise pela alocação das medidas às tipologias, como vemos no gráfico seguinte¹⁵:



Verifica-se que, quer se faça uma análise por inquérito quer por número de referências (recorde-se que cada inquérito, caso reporte um projeto ou uma atividade pode fazer referência a diversas tipologias de atividades e, por isso, esta nossa análise diferenciada), as tendências mantêm-se estando os objetivos 2 e 3 em primeiro lugar e os 4 e 1 em último lugar. De salientar, relativamente ao ano anterior, a diminuição dos valores relativos ao objetivo 3, em termos de números de referências.

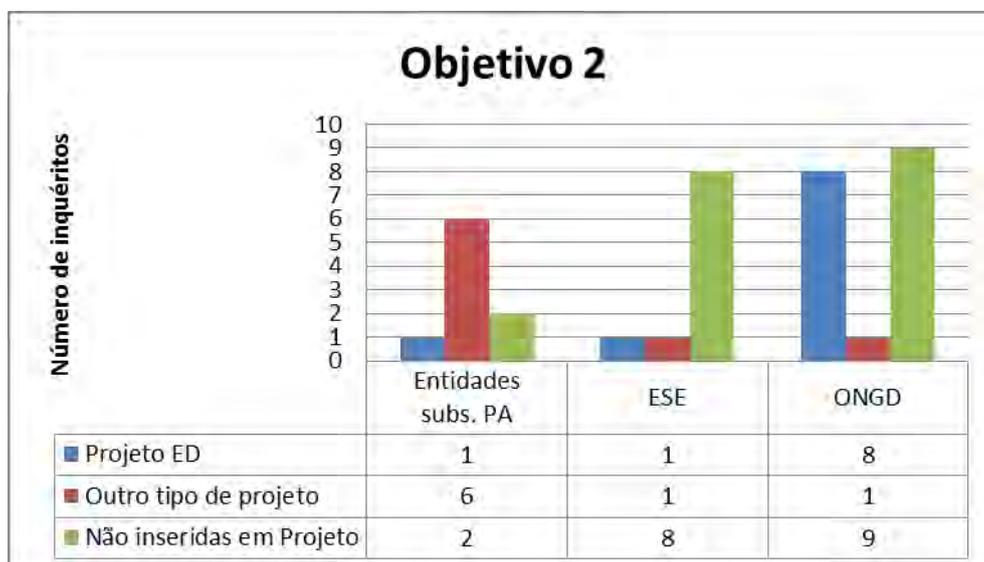
A exemplo dos três últimos relatórios, desde 2012, com a introdução das três categorias de inquérito - referente a projeto ED, a atividades inseridas noutra tipo de projeto ou atividades não inseridas em projeto - podemos observar como se relacionam o número de inquéritos preenchidos com os principais atores. Observemos os dados:

¹⁵ Para uma leitura comparativa com 2014, consultar o gráfico da página 37 do Relatório de Acompanhamento 2014.



Para o objetivo 1¹⁶ pode comprovar-se uma redução de projetos na área da Educação para o Desenvolvimento (de 10 para 6). As variações verificam-se pela diminuição quer do número de projetos nas entidades (de 4 para 2) quer nas ONGD (de 5 para 3). No entanto, é de relembrar que diminuíram quer o número de entidades executantes quer o número de ONGD a participar no processo de recolha de dados.

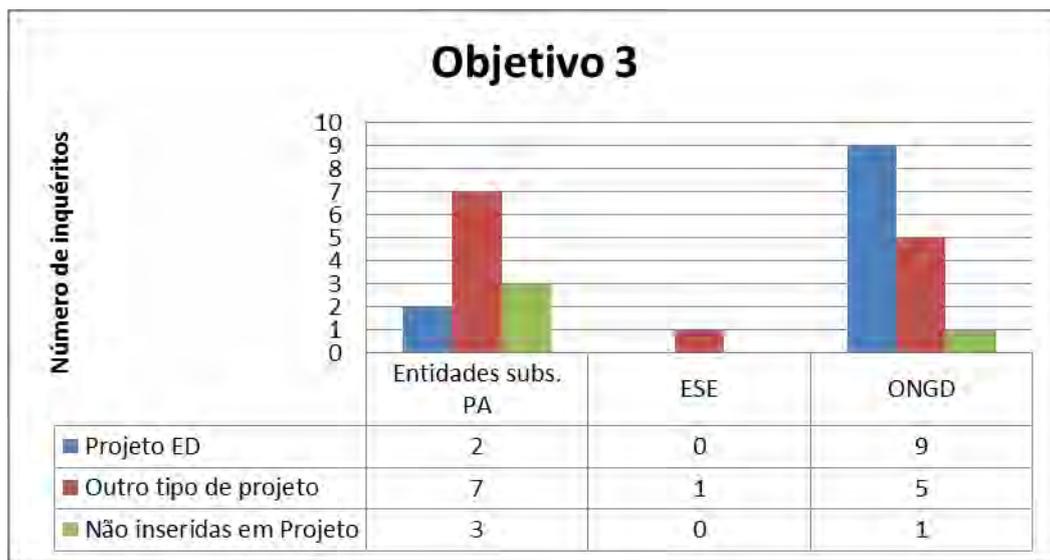
As outras tendências gerais mantêm-se, nomeadamente a maior presença das entidades subscritoras do PA da ENED.



¹⁶ Para uma leitura comparativa com 2014, consultar o gráfico da página 38 do Relatório de Acompanhamento 2014.

Relativamente ao objetivo 2¹⁷, mantêm-se as tendências gerais relativamente aos projetos de ED (há o aumento de 1 projeto da parte das ESE e a diminuição de 1 projeto nas entidades e nas ONGD). Verifica-se, no entanto, as seguintes alterações: o aumento de atividades inseridas noutra tipo de projetos, retomando os valores de 2013 (de 4 para 8) e a diminuição das atividades não inseridas em projeto (de 23 para 19).

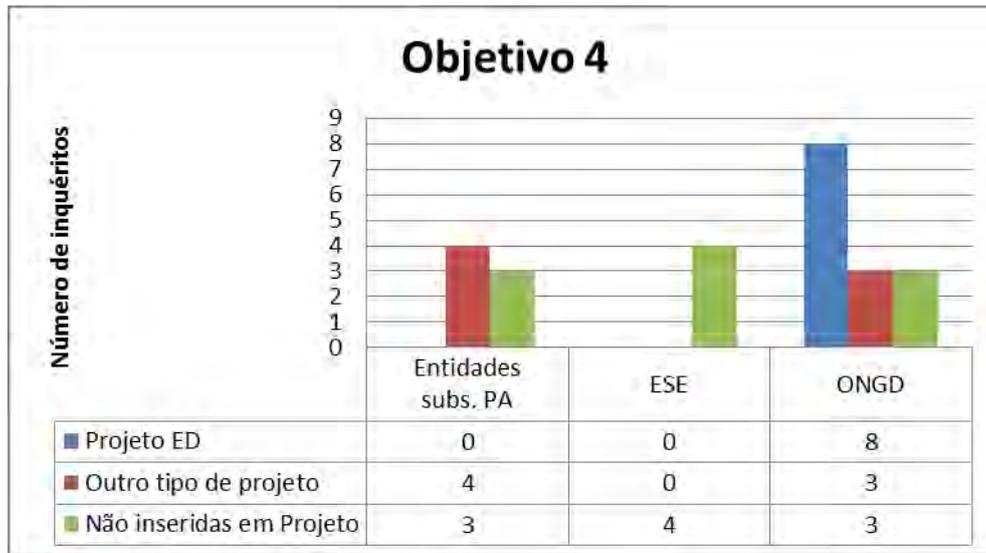
De salientar que as ONGD são a tipologia de entidade que mais dados apresenta para este objetivo e que este é o objetivo para o qual as ESE mais contribuem, como seria expectável dado o carácter intrínseco das mesmas.



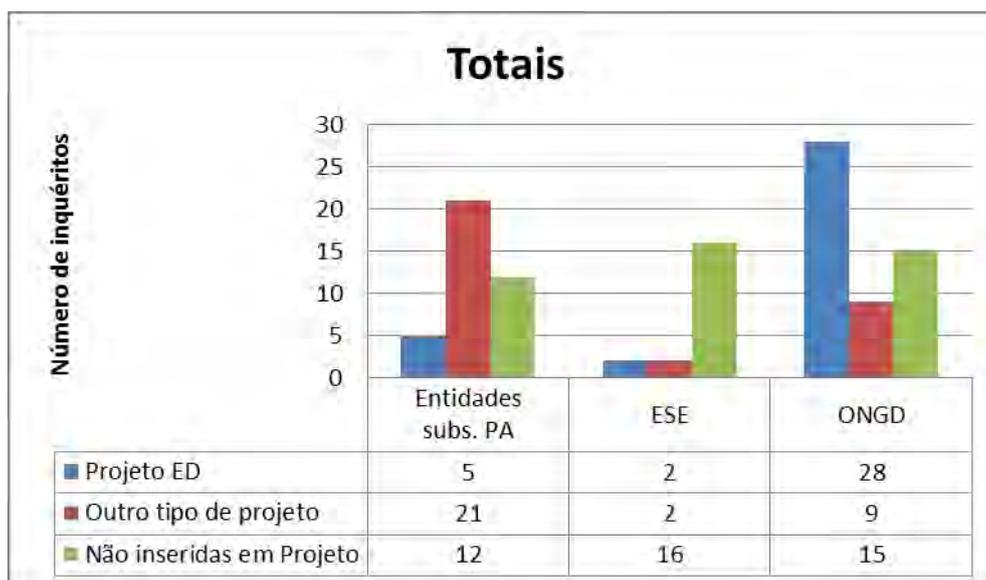
No objetivo 3¹⁸, dedicado à educação não formal, há um aumento do número de projetos nas ONGD, de 7 para 9, assistindo-se à diminuição de um projeto nas entidades. Os valores referentes às atividades inseridas noutra tipo de projeto mantêm-se, apesar de com uma nova distribuição ao nível dos atores. Verifica-se ainda uma diminuição dos valores das atividades não inseridas em projeto. A predominância das ONGD enquanto atores privilegiados neste objetivo mantém-se, tendo reforçado a sua posição com mais projetos do que no ano anterior.

¹⁷ Para uma leitura comparativa com 2014, consultar o gráfico da página 39 do Relatório de Acompanhamento 2014.

¹⁸ Para uma leitura comparativa com 2014, consultar o gráfico da página 39 do Relatório de Acompanhamento 2014.



Face ao objetivo 4¹⁹, mantém-se a tendência de diminuição no número de projetos reportados – de 10 para 8 projetos – mantendo-se apenas os projetos realizados pelas ONGD. Verifica-se ainda uma diminuição das atividades não inseridas em projeto. Mantém-se o papel preponderante das ONGD na execução de atividades/projetos neste objetivo.



Para termos uma ideia geral da distribuição do tipo de atividades a que nos referimos pela tipologia de atores promotores das mesmas²⁰, podemos verificar que:

- no geral, os valores absolutos diminuíram, o que pode corresponder também à diminuição do número de dados enviados;

¹⁹ Para uma leitura comparativa com 2014, consultar o gráfico da página 40 do Relatório de Acompanhamento 2014.

²⁰ Para uma leitura comparativa com 2014, consultar o gráfico da página 41 do Relatório de Acompanhamento 2014.

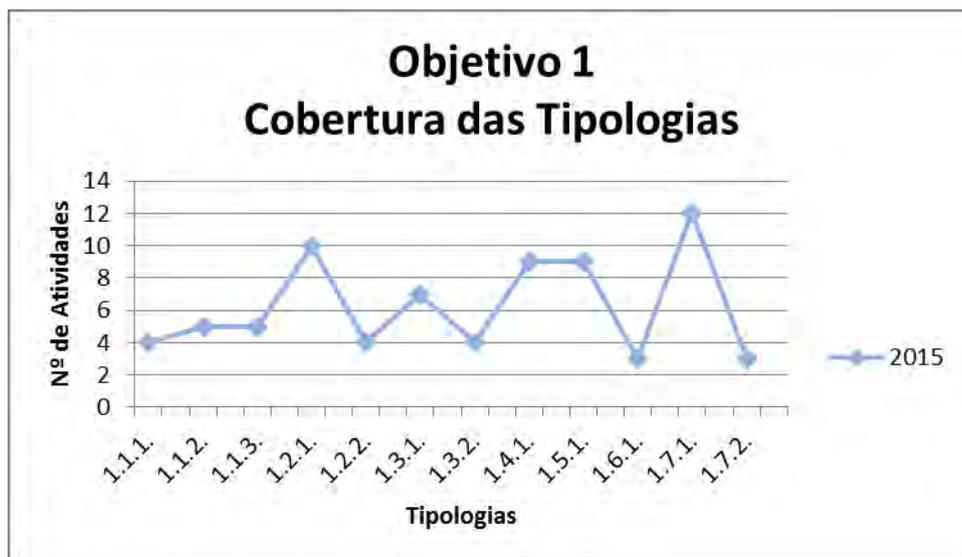
- as ONGD mantêm a sua posição de maior representatividade (são também a tipologia de atores mais numerosa) ao nível do número de atividades, no geral, e em particular no número de projetos de ED;
- a exemplo dos anos anteriores, existe um número significativo de outro tipo de projetos que englobam atividades de ED;
- mantém-se a grande expressividade de atividades não inseridas em qualquer tipo de projeto, representando, compreensivelmente, o maior número de atividades reportadas.

De salientar a grande diferença existente entre o reporte por projetos e o reporte por atividades, uma vez que os projetos, para além de mais estruturados e continuados, representam uma multiplicidade de atividades enquanto as atividades apenas dizem respeito a intervenções pontuais ou mais curtas e isoladas.

LEITURA DE DADOS POR TIPOLOGIA DE ATIVIDADE

Após uma análise dos dados com base nas medidas e com base nos objetivos, pode-se ainda ir ao nível das tipologias de atividade, verificando quais as tipologias que foram identificadas pelas entidades contactadas como sendo as tipologias mais cobertas pelas suas atividades. Os quadros seguintes apresentam essa informação, agrupada por objetivo.

Iniciemos pelo objetivo 1²¹:



A grande alteração observável dentro do objetivo 1 é o incremento da tipologia 1.5.1, relativa à organização de encontros entre organizações pares e encontros temáticos entre instituições públicas e organizações da sociedade civil, que aumentou consideravelmente.

Mantêm-se as tendências positivas das tipologias 1.7.1, organização de seminários, conferências e debates sobre ED, a nível nacional e internacional, e 1.2.1, organização de seminários, conferências, debates sobre conceitos, temáticas e metodologias associadas à ED.

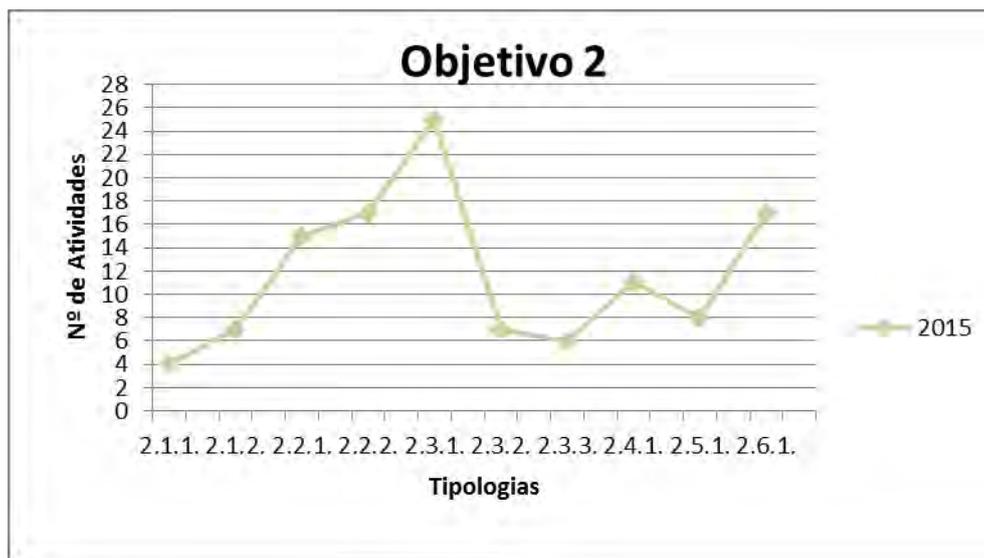
A tipologia menos coberta continua a ser a 1.6.1, referente à identificação e à criação de mecanismos de participação de organizações reconhecidas enquanto representantes da sociedade civil no quadro dos instrumentos de conceção, tomadas de decisão e avaliação de políticas na área da ED.

²¹ Para uma leitura comparativa com 2014, consultar o gráfico da página 42 do Relatório de Acompanhamento 2014.

A tipologia 1.1.1, que se debruça sobre a criação das condições para a constituição de sistemas de reconhecimento pelos pares de módulos de capacitação em ED, voltou aos resultados de 2012, verificou-se um ligeiro aumento.

Verificou-se, ainda, uma diminuição relativa às tipologias 1.2.2, referente à produção e apoio à produção de artigos e ensaios de reflexão sobre conceitos e metodologias associadas à ED e 1.3.2, dedicada ao incentivo à criação de dispositivos de informação sobre a intervenção em ED em Portugal

Passando para o objetivo 2²²:

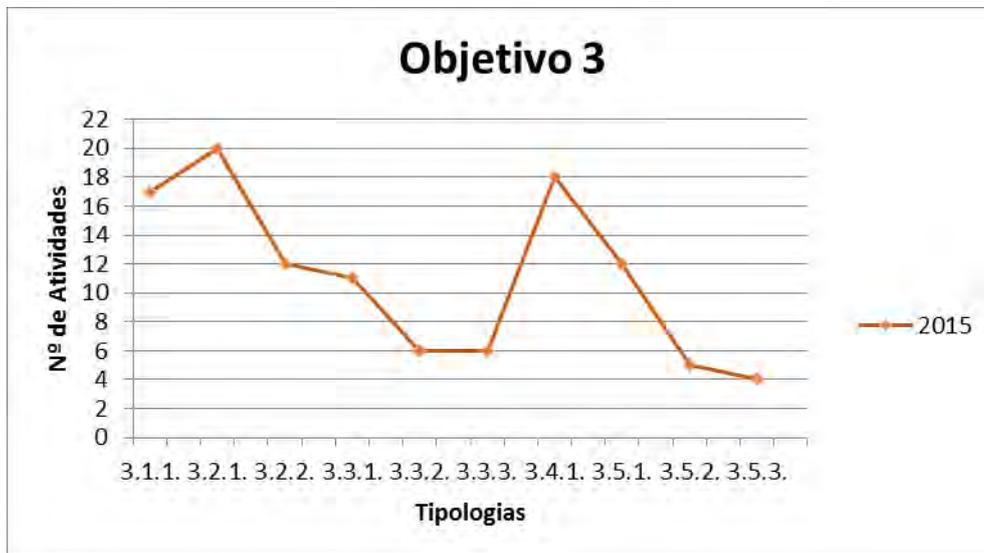


Relativamente ao objetivo 2 mantêm-se todas as tendências:

- a primazia das tipologias 2.3.1 e 2.6.1, referentes à promoção e projetos colaborativos de ED no setor da educação formal, o que é compreensível dada a clareza de redação das tipologias e a sua grande abrangência;
- as tipologias 2.1.1 (identificação de módulos existentes sobre ED na formação inicial de educadores e professores), 2.1.2 (conceção, realização e avaliação de módulos sobre ED na formação inicial de educadores e professores), 2.3.2 (promoção a nível regional do registo de ações e projetos envolvendo estabelecimento de ensino e educação e atores de ED públicos ou privados) e 2.3.3 (promoção ao nível regional do registo de encontros envolvendo estabelecimento de ensino e educação e atores de ED público ou privados) necessitam de maior atenção, uma vez que ocupam os últimos lugares.

²² Para uma leitura comparativa com 2014, consultar o gráfico da página 43 do Relatório de Acompanhamento 2014.

- a 2.5.1, relacionada com a promoção de trabalhos de investigação sobre ED, de preferência com participação internacional, ainda que com valores baixos, assinalou um ligeiro aumento.



O objetivo 3, dedicado à educação não formal, apresenta, a manutenção das tendências gerais da distribuição por tipologias de atividades²³.

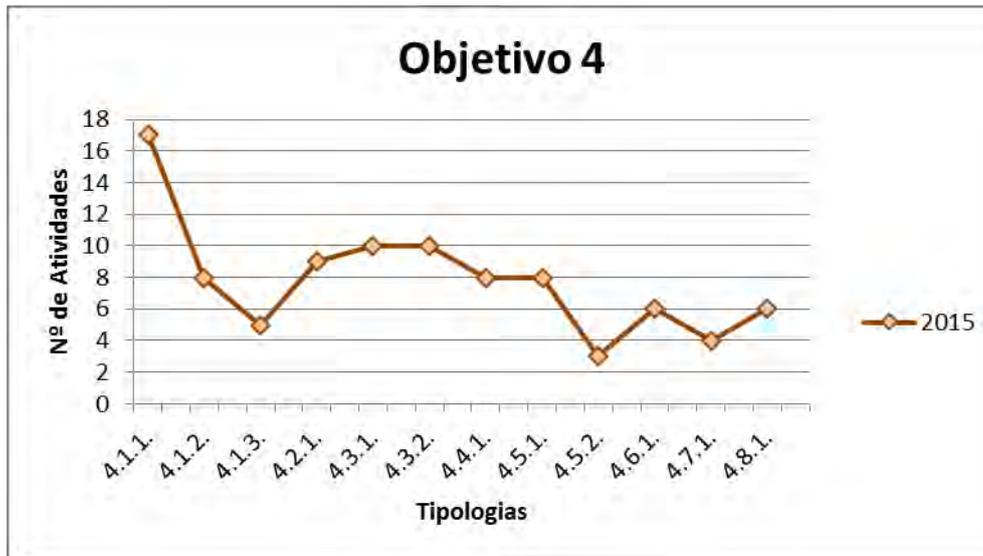
De salientar:

- o menor número dos valores absolutos;
- a manutenção da tipologia 3.2.1, criação de iniciativas de promoção da colaboração entre organizações diversas de forma a potenciar a qualidade das ações de ED, como a mais referenciada;
- a recuperação da tipologia 3.4.1, referente à identificação, divulgação, disponibilização e avaliação de materiais e recursos educativos existentes;
- a diminuição das tipologias 3.5.3, apoio à participação e delegações portuguesas compostas por atores da educação formal e não formal em eventos e redes internacionais de ED, e 3.5.1, organização de seminários, conferências, debates tendo por vocação o incentivo interconhecimento e a troca de experiências entre atores da educação formal e não formal;
- a manutenção da falta de cobertura da tipologia 3.3.2, sobre a organização de ações de capacitação sobre o conceito de ED e as diferentes formas de intervenção, em

²³ Para uma leitura comparativa com 2014, consultar o gráfico da página 44 do Relatório de Acompanhamento 2014.

particular a sensibilização e a influência política, dedicadas a jovens, com enfoque nos estudantes de comunicação social, à qual se junta a tipologia 3.3.3, desenvolvimento de processos que tenham em vista a criação de um modelo de competências formativas na área da ED;

- mantém-se a tendência diminuta referente à tipologia 3.5.2 (apoio e incentivo à participação de atores europeus, de países do espaço de língua portuguesa e da América Latina em iniciativas de troca de experiências entre atores da educação formal e não formal).



No objetivo 4²⁴, assiste-se a:

- manutenção da tipologia 4.1.1, relativa a campanhas de sensibilização sobre temáticas de ED, como a mais referenciada em todo o objetivo;
- diminuição da tipologia 4.1.3, organização de campanhas que utilizam as metodologias e instrumentos que permitam a reflexão e a partilha de aprendizagens, voltando-se a valores anteriores a 2014;
- recuperação da tipologia 4.3.1, ações de sensibilização de ED com a participação ativa de profissionais da comunicação social;
- manutenção da tipologia 4.5.2, ações de influência política no quadro da ED com registo de metodologias e produtos elaborados, no último lugar na cobertura do objetivo 4.

²⁴ Para uma leitura comparativa com 2014, consultar o gráfico da página 45 do Relatório de Acompanhamento 2014.

As tipologias relativas à influência política (4.4.1, 4.5.1, 4.5.2, 4.6.1, 4.7.1 e 4.8.1) mantêm a tendência negativa face às dedicadas à sensibilização, necessitando de uma atenção reforçada.

Os dois objetivos finais, respetivamente 5 e 6, estão relacionados com atividades específicas da Comissão de Acompanhamento enquanto principal responsável pelo cumprimento da ENED e pela execução do Plano de Ação. Estes serão analisados de seguida.

OBJETIVO 5

Atividades de dinamização da ENED

5.1 Organização de Jornadas anuais temáticas de formação em ED, por iniciativa, em paridade, de entidades públicas e da sociedade civil.

5.1.1 Promoção de uma mostra regular e contextualizada de materiais e recursos educativos no quadro das Jornadas anuais de ED

5.1.2 Participação de convidados internacionais (peritos e/ou representantes de uma entidade pública ou de organizações da sociedade civil relevantes, do Norte ou do Sul) em cada Jornada anual de ED

	2015
	Comissão de Acompanhamento da ENED
5.1	1

As IV Jornadas de Educação para o Desenvolvimento²⁵, sob o tema “A Avaliação no contexto da Educação para o Desenvolvimento”, tiveram lugar no dia 29 de abril de 2015, na Sala A da Fundação Cidade de Lisboa e congregaram 58 participantes em representação de entidades do Estado e da sociedade civil, incluindo a maior parte dos membros do chamado grupo das entidades subscritoras do Plano de Ação da Estratégia Nacional de Educação para o Desenvolvimento (ENED) e vários outros atores da ED em Portugal.

Este foi um momento importante para a preparação do processo de avaliação final da ENED a decorrer em 2016.

²⁵ Para saber mais sobre o Fórum, consultar a sua Memória http://d3f5055r2rwsy1.cloudfront.net/images/cooperacao/relatorio_4jornadas_ed15.pdf.

5.2 Organização de um Fórum anual de ED, por iniciativa, em paridade, de duas instituições públicas (uma delas, o IPAD) e duas plataformas da sociedade civil (uma delas, a Plataforma Portuguesa das ONGD).

5.2.1 Participação de convidados internacionais (representantes de entidades públicas ou de organizações da sociedade civil relevantes, do Norte ou do Sul) em cada Fórum anual de ED

5.2.2 Apresentação e reflexão sobre práticas que envolvam a articulação, troca de experiências e conhecimento mútuo, a nível nacional e internacional, entre atores da educação não formal e destes com a educação formal, no quadro do Fórum anual de ED

5.2.3 Participação dos atores envolvidos nas ações de sensibilização e presença das seguintes problemáticas nas edições do Fórum anual da ED: dispositivos de reflexão e aprendizagem e de partilha das aprendizagens a partir das próprias experiências e capacidades e competências de concertação entre atores

5.2.4 Participação dos atores envolvidos nas ações de influência política e presença das seguintes problemáticas nas edições do Fórum anual da ED: dispositivos de reflexão e aprendizagem e de partilha das aprendizagens a partir das próprias experiências e capacidades e competências de concertação entre atores

	2015
	Comissão de Acompanhamento da ENED
5.2	0

Em 2015 não se realizou o Fórum ED, tendo as atenções estado voltadas para a temática da avaliação da ENED.

OBJETIVO 6

Planificação, Acompanhamento e Avaliação da ENED

6.1 Planificação da ENED

6.1.1 Exercícios de Planificação anual

2015

Comissão de Acompanhamento da ENED	
6.1.1	1

Para o ano de 2015 foi possível realizar uma planificação anual das atividades de ED, onde constassem os dados das entidades subscritoras do Plano de Ação da ENED.

Os dados das instituições foram recolhidos através de um inquérito online, seguindo o modelo do reporte de atividades para os relatórios anuais de atividades. No final, foi elaborado um documento com os principais achados, o qual foi distribuído pelos atores envolvidos no processo (entidades subscritoras do PA da ENED, ONGD inscritas na Plataforma e ESE).

6.2 Acompanhamento da ENED

6.2.1 Conceção de um sistema de acompanhamento adaptado à complexidade de uma estratégia nacional multi-atores

6.2.2 Alimentação regular do dispositivo de acompanhamento por parte dos atores envolvidos

6.2.3 Elaboração regular de relatórios de acompanhamento da ENED

2015	
Comissão de Acompanhamento da ENED	
6.2.1	-
6.2.2	1
6.2.3	1

A tipologia 6.2.1 já estava cumprida com a construção do dispositivo de acompanhamento, criado para ser alimentado com as atividades das diversas instituições que concorrem para a execução do Plano de Ação da ENED. Em 2012 foi criado um sistema de recolha de dados informatizado que permitiu responder a recomendações do relatório anterior, facilitando a recolha da informação e aumentando a sua fiabilidade.

A tipologia 6.2.2 também foi cumprida uma vez que a Comissão de Acompanhamento manteve os seus encontros de forma regular, tendo sido realizadas 11 reuniões de trabalho.

O grupo das entidades subscritoras do PA da ENED reuniu uma vez no ano de 2015, a 28 de maio de 2015, com o objetivo de conversar sobre os relatórios anuais de atividades da ENED, sobre o processo de avaliação da ENED, a preparar em 2015 e decorrer em 2016, e sobre a proposta de assinatura de uma adenda ao protocolo de implementação do PA da ENED, no sentido de prolongar a sua vigência por mais um ano, até final de 2016.

Após esta reunião formal, foram ainda feitos diversos contactos bilaterais e multilaterais entre as entidades no sentido de se ratificar o texto final da adenda ao protocolo e de proceder à sua assinatura.

Uma das funções da Comissão de Acompanhamento é a divulgação nacional e internacional da própria ENED e da situação portuguesa face às temáticas da Educação para o Desenvolvimento²⁶. No ano de 2015, múltiplos foram os momentos em que se fez a apresentação pública da mesma. Apresentamos alguns desses momentos:

2015
<ul style="list-style-type: none"> - Abertura do Ano Europeu para o Desenvolvimento (Porto, 14 de fevereiro); - Encontro “Juventude e Desenvolvimento Local” (Lisboa, 17 de abril); - IV Jornadas de Educação para o Desenvolvimento (Lisboa, 29 de abril); - Inauguração da exposição do Ano Europeu para o Desenvolvimento (Lisboa, 9 de maio); - X Encontro de Educação para a Cidadania Global (Lisboa, 4 de julho); - Seminário “Global Schools: EYD 2015” (Viana do Castelo, 13 de maio); - Semana do Desenvolvimento da Plataforma Portuguesa das ONGD (Lisboa, 13-17 de maio) - Seminário “A articulação da Educação para a Cidadania Global com o currículo” (Sacavém, 10 de outubro); - Conferência “O Desenvolvimento Global é Realizável?” (Lisboa, 13 de outubro); - Mesa redonda “ED: Abordagens e Desafios” (Porto, 12 de novembro); - I Encontro Nacional de Clubes Europeus (Lisboa, 14 de novembro); - Sessão Dia Internacional da Tolerância (Cadaval, 16 de novembro); - Seminário “A ED e o Nosso Futuro” (Lisboa, 28 de novembro); - Encerramento do Ano Europeu para o Desenvolvimento (Lisboa, 15 de dezembro).

Durante o ano de 2015 foi redigido e apresentado o relatório de 2014²⁷, no âmbito do projeto "Capacitação da Escola Superior de Educação do Instituto Politécnico de Viana do Castelo em Educação para o Desenvolvimento (ED) e em matéria de planeamento, acompanhamento e avaliação da Estratégia Nacional de Educação para o

²⁶ Para consultar referências e atividades internacionais relacionadas com a ENED, ver Anexo 4.

²⁷ O relatório pode ser acedido aqui: http://d3f5055r2rwsy1.cloudfront.net/images/cooperacao/relat_acompnh_ened14.pdf

Desenvolvimento 2010-2015 (ENED)”, cumprindo, desta forma, o previsto na tipologia 6.2.3.

6.3 Avaliação da ENED

6.3.1 Conceção do sistema de avaliação

6.3.2 Avaliação intermédia

6.3.3 Avaliação final

	2015
	Comissão de Acompanhamento da ENED
6.3.1	1
6.3.2	-
6.3.3	1

Durante o ano de 2015 foram dados todos os passos necessários para a implementação do processo de avaliação da ENED em 2016, entre outros:

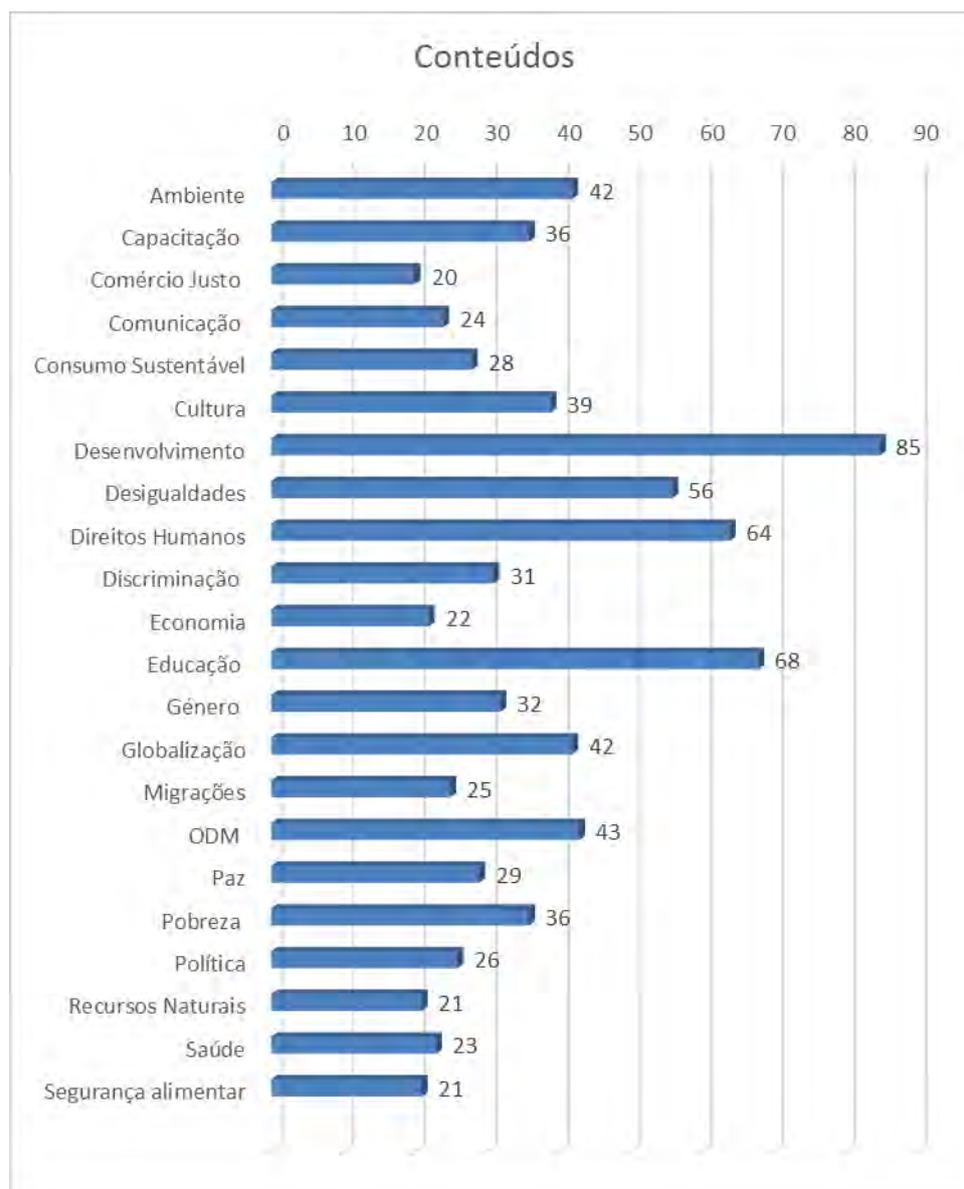
- definição dos Termos de Referência;
- definição do processo a seguir para a seleção da entidade avaliadora;
- definição das entidades a contactar;
- início do processo de seleção dos candidatos.

E - APRESENTAÇÃO DE DADOS POR CRITÉRIO

CONTEÚDOS

No relatório relativo a 2015 voltamos a analisar os dados relativos aos conteúdos abordados pelas entidades nas suas atividades.

Observem-se os resultados obtidos²⁸:



²⁸ Utilizamos, como conteúdos a assinalar pelos inquiridos, uma listagem adaptada do relatório europeu *Development Education & Awareness Raising Study Final Report*.

A observação permite-nos identificar os mesmos 3 grupos que no relatório do ano anterior²⁹:

- temáticas mais trabalhadas, com mais de 60 referências – desenvolvimento, educação e direitos humanos, as mesmas dos anos anteriores;
- temáticas mediamente referidas (entre 30 a 60 referências) – ambiente, capacitação, cultura, desigualdades sociais, género, globalização, ODM e pobreza; a este grupo juntam-se, este ano discriminação;
- temáticas menos trabalhadas, até 30 referências – comércio justo, comunicação, economia, migrações, paz, política, recursos naturais & energia, saúde e segurança alimentar. Diminuem, no ano de 2015, as referências a consumo sustentável.

Como a recolha de dados não foi realizada através de um inquérito “fechado”, *online*, mas sim pelo preenchimento de grelhas, assistiu-se a uma multiplicidade de outros temas sugeridos. Apesar de alguns poderem ser incluídos nas categorias anteriormente fixadas, achamos por bem identificá-los todos:

- Agricultura
- Associativismo/participação
- Avaliação e impacto de projetos
- Idosos e isolamento
- Interculturalidade
- Interdependência
- Jornalismo
- Justiça Social
- Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ou agenda pós 2015)
- Património
- Poder da ação individual e de grupo
- Refugiados
- Solidariedade

²⁹ Para uma leitura comparativa com 2014, consultar o gráfico da página 51 do Relatório de Acompanhamento 2014.

PARCERIAS

A exemplo dos relatórios dos anos anteriores observou-se a tendência sobre a prática de trabalho em parceria, em Portugal. Após uma análise dos dados, obteve-se o seguinte gráfico³⁰:



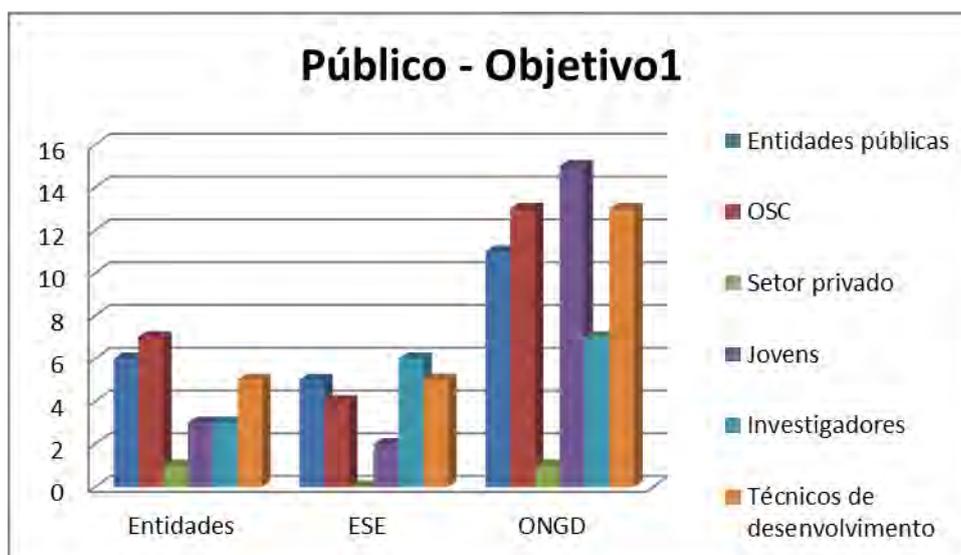
Da análise dos dados recolhidos, observa-se a mesma tendência do ano anterior, um número muito expressivo dos projetos/atividades são executados em parceria - 75% -, sendo que 25% aparecem com a indicação da própria organização como única entidade executora. Isto permite concluir, a exemplo dos anos anteriores, que, apesar de poder haver um caminho a fazer de estreitamento de relações entre os diversos atores a intervir em ED, em Portugal, os dados mostram que há prática efetiva de trabalho em parceria e redes.

³⁰ Para uma leitura comparativa com 2014, consultar o gráfico da página 53 do Relatório de Acompanhamento 2014.

PÚBLICOS

Na categorização por públicos mantiveram-se as categorias encontradas e validadas nos relatórios anteriores. Salienta-se que o critério utilizado, para análise do público, não é o número absoluto de grupos destinatários das atividades, uma vez que não existe acesso a esses dados, mas o número de referências aos vários tipos de público nos inquéritos.

Para o ano de 2015 foram encontrados os seguintes dados:



Da observação do gráfico anterior, referente ao objetivo 1, pode-se salientar, face aos dados de 2014³¹:

- uma diminuição generalizada em todas as categorias de públicos das atividades/projetos das entidades subscritoras do PA da ENED, diminuição muito acentuada no caso dos “jovens” (de sublinhar que o IPDJ não executou as atividades previstas para 2015);
- a relevância dos públicos “entidades públicas” e “OSC”, para as entidades subscritoras do PA da ENED;
- o aumento dos públicos indicados pelas ESE, nomeadamente relativamente aos investigadores e técnicos de desenvolvimento.

Mantêm-se do ano anterior:

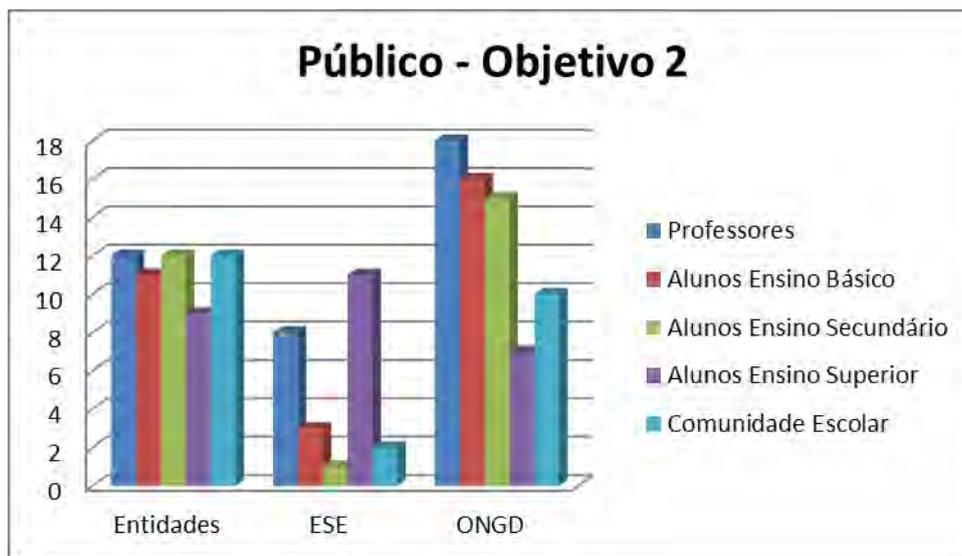
- os valores relativos às ONGD;

³¹ Para uma leitura comparativa com 2014, consultar o gráfico da página 54 do Relatório de Acompanhamento 2014.

- a relevância geral sentida nas categorias “entidades públicas” e “OSC”, nos três tipos de entidades, o que se revela coerente num objetivo dedicado à capacitação das entidades públicas e das organizações da sociedade civil.

De salientar que enquanto os valores relativos a “investigadores” e “técnicos de desenvolvimento” têm sofrido alguma evolução ao longo dos anos, o reporte de atividades destinadas ao “setor privado” têm-se mantido com valores pouco expressivos.

Passando à análise dos dados do objetivo 2, obteve-se o seguinte cenário³²:



Este objetivo, uma vez que se dedica à educação formal, engloba os seguintes públicos-alvo – docentes, discentes do ensino básico, secundário e superior e comunidade escolar.

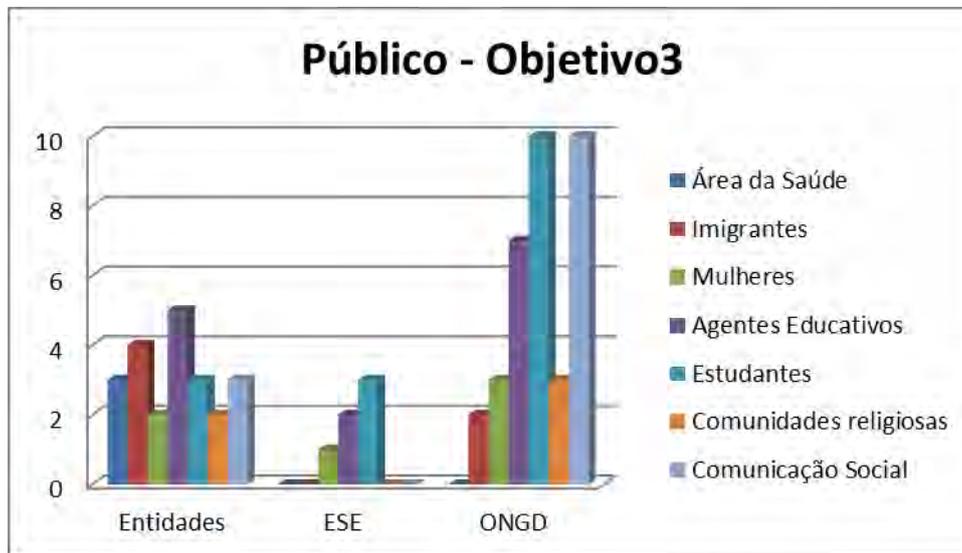
Apesar de no geral os valores absolutos terem diminuído, salienta-se:

- a manutenção das atividades/projetos reportados pelas entidades, apresentando uma grande homogeneidade entre todas as categorias. De concluir ainda a relevância dada à comunidade escolar como um todo;
- as ESE confirmam as tendências que já vêm desde 2012: os/as estudantes do ensino superior como público de eleição e a presença significativa do trabalho com docentes;
- as ONGD mantêm-se como principais atores das atividades neste objetivo (não esquecer que representam uma população muito mais significativa do que a das outras tipologias de entidades). De salientar a sua aposta forte na formação de docentes

³² Para uma leitura comparativa com 2014, consultar o gráfico da página 55 do Relatório de Acompanhamento 2014.

(público que se destaca) e o caráter transversal da sua atuação, ao estarem representados os diversos níveis de ensino no seu campo de ação.

Passando, em seguida, à observação do gráfico correspondente às atividades do objetivo 3, direcionado para a educação não formal³³:



Mantém-se a observação da especialização de algumas entidades, sendo o público marcado pela missão das próprias instituições.

Observa-se uma diminuição dos valores absolutos de todas as categorias, especialmente no reporte realizado pelas Entidades subscritoras do PA da ENED. A diminuição relativa aos “agentes educativos” e “estudantes” é mesmo muito acentuada.

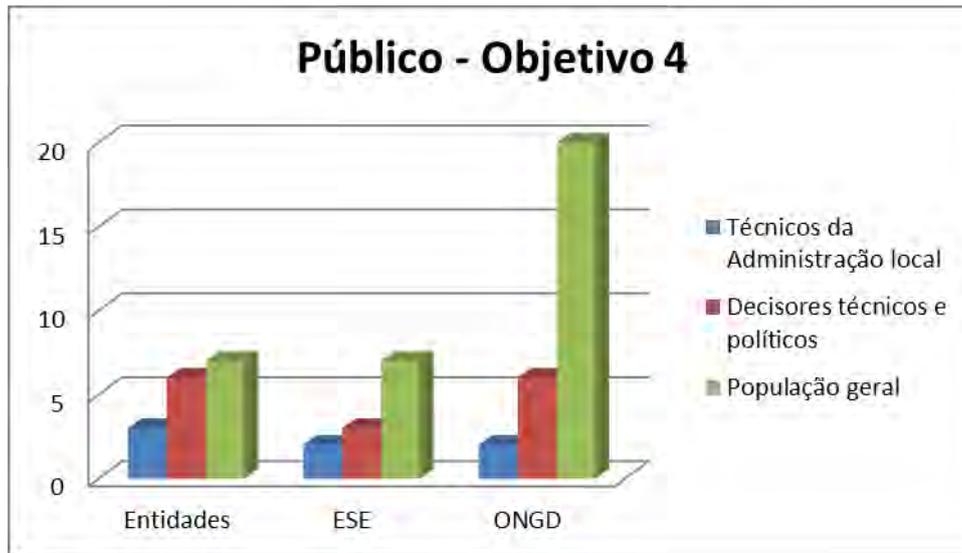
Mantém-se a relevância dos “agentes educativos” nos três tipos de entidade, mas, como já apontava o relatório anterior, as referências a “estudantes” sofreram um aumento considerável, sendo, nas ESE e nas ONGD o público mais referido.

De reforçar, ainda, o aumento relativo à comunicação social, muito referenciada pelas ONGD.

Tenham-se em atenção, agora, os públicos do objetivo 4³⁴:

³³ Para uma leitura comparativa com 2014, consultar o gráfico da página 56 do Relatório de Acompanhamento 2014.

³⁴ Para uma leitura comparativa com 2014, consultar o gráfico da página 57 do Relatório de Acompanhamento 2014.



Este objetivo, como referido, prende-se com duas áreas principais – a sensibilização e a influência política, portanto, é de esperar que se encontrem categorias de públicos que entronquem nestas duas áreas, como a população em geral, pessoal técnico da administração local e indivíduos em cargos de tomada de decisão técnica e política.

Assim, verifica-se a tendência generalizada nos objetivos anteriores de uma diminuição das referências aos públicos. Nas entidades, por exemplo, este ano, observa-se uma diminuição dos valores do envolvimento da “população geral”. No caso das ESE, a sua ação concorrente para o objetivo 4 não é muito expressiva e passa, sobretudo, por campanhas de sensibilização dedicadas ao público em geral, a exemplo dos anos anteriores, tendo, no entanto, os valores dedicados a pessoal técnico da administração local e indivíduos em cargos de tomada de decisão técnica e política subido ligeiramente.

Por último, no caso das ONGD, mantém-se a maior expressividade na categoria “população em geral”, com valores absolutos mais elevados, e um ligeiro decréscimo dos valores dedicados aos técnicos da administração local.

Uma vez que existia a possibilidade de escolha da opção “Outros”, seguida da sua identificação, apresenta-se a lista destes outros públicos identificados:

- Agentes da Guarda Nacional Republicana, da Marinha e da Polícia de Segurança Pública
- Crianças e famílias
- Equipas dinamizadoras e membros dos Bancos do Tempo

- Jovens raparigas
- ONG Ambientais (2 referências)
- População do bairro x
- Profissionais de psicologia

Este ano voltam a encurtar-se as opções alternativas surgidas, uma vez que em 2012 se apresentaram 13, em 2013 passaram para 20, em 2014³⁵ diminuem para 14 e este ano apenas são sugeridas 7.

³⁵ Para uma leitura comparativa com 2014, consultar os dados da página 57 e 58 do Relatório de Acompanhamento 2014.

ENTIDADES FINANCIADORAS

A análise das entidades financiadoras também pareceu relevante no sentido de se perceber quem está a financiar as atividades de ED em Portugal e como isso influencia a sustentabilidade e a continuidade das mesmas.

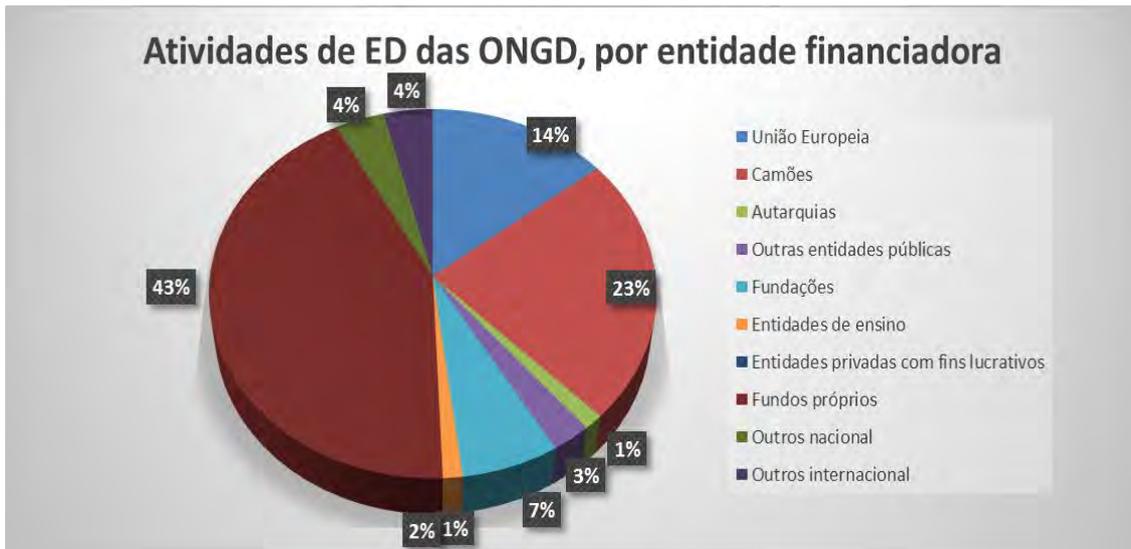
Mantiveram-se as categorias já utilizadas nos dois relatórios anteriores:

- União Europeia
- Conselho da Europa
- CICL³⁶
- Autarquias
- Outras Entidades públicas
- Fundações
- Entidades de ensino
- Entidades privadas com fins lucrativos
- Fundos próprios
- Outros de carácter Nacional
- Outros de carácter Internacional

De salientar, nos três tipos de instituições, que, geralmente, o financiamento das atividades é misto, ou seja, provém de diversas entidades financiadoras e não de apenas de uma.

Note-se ainda que as percentagens apresentadas nestes gráficos não se referem ao volume de financiamento, mas ao número de vezes que estas entidades são referenciadas como financiadoras das atividades reportadas nos inquéritos preenchidos pelas entidades.

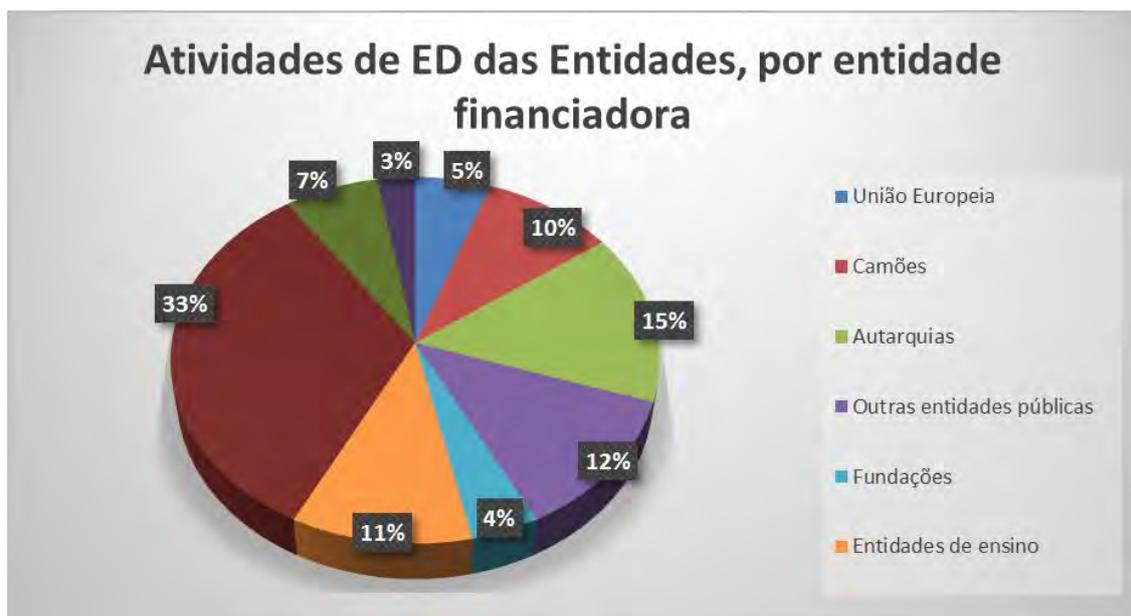
³⁶ O CICL, um dos elementos da Comissão de Acompanhamento, teve, ao longo do ano de 2015, um papel fundamental como financiador de projetos na área da Educação para o Desenvolvimento. De realçar que o próprio Instituto procura integrar a ENED no seu modo de financiamento ao pedir que, nas candidaturas, as ONGD indiquem já os objetivos para as quais se propõem concorrer. Ver Anexo 3.



Assim, em 2015³⁷, para as ONGD, mantém-se a predominância da rubrica “fundos próprios”, tendo aumentado o seu valor percentual (de 39% para 43%), o que significa que grande parte das atividades reportadas é realizada recorrendo em parte ou na totalidade a fundos próprios das instituições. Este aumento percentual tem vindo a verificar-se nos últimos anos.

Para além dos fundos próprios, convém destacar: o CICL, como entidade financiadora referenciada mais frequentemente (23%, tendo aumentado 3% face à percentagem do ano anterior) e a União Europeia (14%).

O valor atribuído às fundações (7%), embora menor, ainda se destaca, tendo diminuído as referências a “outros nacional”, que passou de 10% para 4%.



³⁷ Para uma leitura comparativa com 2014, consultar o gráfico da página 60 do Relatório de Acompanhamento 2014.

Face ao ano anterior³⁸, verificam-se algumas alterações. Mantém-se a grande predominância dos valores de “fundos próprios”, 35% - recordemos que, como algumas destas entidades são públicas, têm um orçamento específico decorrente do Orçamento de Estado -, no entanto, há uma diminuição significativa das referências à União Europeia (14% para 5%), a outras entidades públicas (17% para 12%) e às Fundações (12% para 4%). Em sentido contrário, assiste-se a um aumento das referências ao CICL (1% para 10%), às autarquias (13% para 15%) e às entidades de ensino, nomeadamente os Institutos Politécnicos (0% para 11%).



As ESE, enquanto entidades públicas com financiamento próprio, mantêm o seu carácter particular³⁹ - volta a verificar-se a grande predominância dos “fundos próprios”, aumentando de 63% para 84%. Seguem-se, com uma referência, o CICL, a União Europeia, as Autarquias e categoria “outros nacional”, com a especificação de voluntariado.

³⁸ Para uma leitura comparativa com 2014, consultar o gráfico da página 61 do Relatório de Acompanhamento 2014.

³⁹ Para uma leitura comparativa com 2014, consultar o gráfico da página 62 do Relatório de Acompanhamento 2014.

COBERTURA GEOGRÁFICA

Para a análise da distribuição geográfica das atividades/projetos reportados, manteve-se o critério estabelecido nos relatórios anteriores da classificação geográfica assente na Nomenclatura de Unidades Territoriais para fins Estatísticos, conhecida como NUTS de nível II⁴⁰.

Para além das categorias Norte, Centro, Lisboa, Alentejo e Algarve –, Região Autónoma dos Açores e Região Autónoma da Madeira, mantiveram-se ainda as Nacional e Internacional.

Na análise dos dados considera-se ser importante, a exemplo dos relatórios anteriores, observá-los por tipo de instituição, separadamente.

Comece-se, então, com a leitura dos dados relativos às atividades promovidas pelas entidades subscritoras do Plano de Ação da ENED⁴¹:



Da observação do gráfico devem-se salientar algumas alterações: vê-se reforçado o papel preponderante das atividades referenciadas como a nível nacional, tendo passado de 48% para 63%, bem como as realizadas internacionalmente, que passa de 20% para 27%, ambas somando 90% das atividades/projetos reportados. Este número muito significativo destas categorias pode prender-se com o facto de muitas das

⁴⁰ Esta classificação divide o território português, de acordo com o Regulamento (CE) n.º 1059/2003 do Parlamento Europeu e do Conselho de 26 de maio de 2003, em sub-regiões de três níveis. Para o relatório achou-se por bem utilizar as sub-regiões definidas no segundo nível (NUTS II), que comportam as seguintes regiões: Portugal Continental – Norte, Centro, Lisboa, Alentejo e Algarve –, Região Autónoma dos Açores e Região Autónoma da Madeira.

⁴¹ Para uma leitura comparativa com 2014, consultar o gráfico da página 63 do Relatório de Acompanhamento 2014.

atividades, apesar de se localizarem fisicamente num só local, pretenderem abranger públicos de todo o país ou mesmo internacionalmente.

De salientar o desaparecimento de todas as outras áreas geográficas, com exceção de Lisboa e Centro.

Note-se que duas das entidades subscritoras do PA da ENED não realizaram as suas atividades, o que pode contribuir, de alguma forma, para estes resultados.



Observando o gráfico correspondente aos dados recolhidos junto das ESE⁴², verifica-se que esta categoria apresenta uma distribuição dos dados menos concentrada, geograficamente, uma vez que as ESE respondentes se encontram distribuídas pelo território nacional – ESE de Bragança, Porto e Viana do Castelo, na região Norte, de Castelo Branco e de Leiria, da região Centro, de Lisboa, da região com o mesmo nome e de Portalegre da região Alentejo.

Assim, a região Norte mantém a sua preponderância, (48%). Alentejo (9%), Centro (8%) e Lisboa (4%) aparecem referenciadas por esta ordem, comprovando a proveniência geográfica das instituições de ensino superior acima mencionadas.

De salientar os valores muito expressivos das referências às categorias nacional e internacional, ambas somando 31% do valor total.

⁴² Para uma leitura comparativa com 2014, consultar o gráfico da página 64 do Relatório de Acompanhamento 2014.



Da análise do gráfico dos dados recolhidos junto das ONGD⁴³, é possível observar:

- a manutenção da predominância do caráter nacional das atividades, seja através de campanhas de sensibilização nacionais, seja pela seleção dos públicos-alvo, sobretudo escolas e autarquias, com dispersão geográfica por todo o território;
- o papel ainda muito central de Lisboa como região de concentração de atividades - 21% das atividades/projetos -, facto que não é de admirar tendo em conta a localização da sede das ONGD participantes no nosso relatório;
- o caráter significativo das atividades internacionais (19%);
- valores no Norte na ordem dos 11%, no Alentejo com 7% (categoria que sofreu o maior aumento), no Centro com 5% e no Algarve com 3% cada um, mostrando já alguma dinâmica de atores fora da região de Lisboa e Vale do Tejo;
- o reaparecimento de valores relativos às Regiões Autónomas, somando 1 referência cada uma.

⁴³ Para uma leitura comparativa com 2014, consultar o gráfico da página 65 do Relatório de Acompanhamento 2014.



Por último, este gráfico permite ter uma visão global da distribuição total das atividades, por unidade territorial, sendo possível comparar os três tipos de instituições (13 Entidades subscritoras do PA, 8 ESE e 21 ONGD)⁴⁴.

⁴⁴ Para uma leitura comparativa com 2014, consultar o gráfico da página 66 do Relatório de Acompanhamento 2014.

CONCLUSÕES

Da análise dos dados recolhidos no presente relatório, pensa-se ser possível retirar algumas conclusões.

Conclusões

- Metodologia de elaboração do relatório

A metodologia de recolha de dados do presente relatório manteve as alterações registadas no relatório do ano anterior, decorrentes da existência de uma base de dados anterior resultante do processo de Planificação de 2015. Assim, foram enviadas, a todas as instituições envolvidas no processo da referida planificação, as respetivas informações, no sentido de estas confirmarem a execução total ou parcial do que estava previsto ou de informarem da sua não execução e de acrescentarem a realização de atividades não mencionadas anteriormente. Para as instituições não envolvidas no processo de planificação anteriormente referido, foram enviadas grelhas de recolha de dados para serem preenchidas.

- Cobertura dos Objetivos

- No presente relatório foram recebidos 110 inquéritos/grelhas com informação relevante sobre atividades/projetos realizados, menos 17 do que no ano anterior, tendo esta situação condicionado os valores absolutos de todo o relatório.

- Na distribuição dos inquéritos por objetivo, verificou-se a manutenção do objetivo 2 como o objetivo mais coberto e o objetivo 1 como o objetivo menos coberto, tendo-se alterado o lugar dos objetivos 3 e 4, passando o objetivo 3 para segundo mais coberto e o 4 para terceiro lugar.

- Ao nível da distribuição do tipo de atividades a que nos referimos pela tipologia de atores, as ONGD mantêm a sua posição de maior representatividade (é de salientar também que é a tipologia de atores mais numerosa), nomeadamente no que se refere ao número de projetos de ED. De salientar a não execução de atividades de duas entidades subscritoras do PA da ENED, motivo que influencia os valores da referida tipologia de autores.

- Foi reportada a existência de 35 projetos de ED, 28 nas ONGD, 2 nas ESE e 5 nas entidades subscritoras. É importante sublinhar o valor dos projetos face às outras tipologias, uma vez que cada um dos projetos engloba uma grande multiplicidade de atividades, estruturadas e continuadas no tempo.

- A exemplo do ano anterior, existe um número significativo de outro tipo de projetos que englobam atividades de ED e mantém-se a grande expressividade de atividades não inseridas em qualquer tipo de projeto, representando o maior número de atividades reportadas, como é compreensível.

- No objetivo 1 (capacitação e diálogo institucional), há a destacar face ao relatório anterior uma redução das referências que se traduz também numa redução de projetos na área da ED (de 10 para 6). As variações verificam-se pela diminuição quer do número de projetos nas entidades subscritoras (de 4 para 2) quer nas ONGD (de 5 para 3). No entanto, é de lembrar que diminuíram quer o número de entidades executantes quer o número de ONGD a participar no processo de recolha de dados. As outras tendências gerais mantêm-se, nomeadamente a presença predominante, neste objetivo, das entidades subscritoras do PA da ENED.

Face à cobertura das medidas verifica-se que, apesar de se manterem as tendências gerais, se encontram algumas alterações: as medidas que estão menos cobertas e, portanto, a necessitar de maior atenção, continuam a ser as 1.4, 1.5 e 1.6, que se referem, respetivamente, à investigação e produção de conhecimento relevante para a capacitação dos atores de ED, à criação de oportunidades regulares de aprofundamento da reflexão e partilha de experiências, informação, metodologias e recursos pedagógicos entre organizações e a mecanismos de consulta e participação no desenho e avaliação dos instrumentos de política na área da ED, embora a medida 1.6 seja, de facto, a que apresente valores mais baixos. De realçar: a alteração na medida mais coberta deste primeiro objetivo, que deixa de ser a 1.2., disponibilização de informação sobre a ED e passa a ser a 1.7, atividade de organização e dinamização de momentos de troca de experiências sobre ED, quer a nível nacional como a nível internacional; a manutenção da importância atribuída às medidas 1.2 e 1.1, ligada à formação de agentes de ED, ambas em segundo lugar, com os mesmos valores; e a ligeira recuperação dos valores relativos às medidas 1.4 (investigação e produção de conhecimento relevante para a capacitação dos atores de ED) e 1.5 (criação de oportunidades regulares de aprofundamento da reflexão e partilha de experiências, informação, metodologias e recursos pedagógicos entre organizações).

- No objetivo 2, dedicado à educação formal, mantêm-se as tendências relativamente aos projetos de ED (há o aumento de 1 projeto da parte das ESE e a diminuição de 1 projeto nas entidades subscritoras e nas ONGD). Verificam-se, no entanto, as seguintes alterações: o aumento de atividades inseridas noutra tipo de projetos, retomando os valores de 2013 (de 4 para 8) e a diminuição das atividades não inseridas em projeto (de 23 para 19). De salientar que as ONGD são a tipologia de entidade que mais dados apresenta para este objetivo e que este é o objetivo para o qual as ESE mais contribuem, como seria expectável. Relativamente à cobertura das medidas, mantêm-se algumas tendências, como a clara predominância da medida 2.3, relativa à promoção do trabalho colaborativo entre estabelecimentos de educação e outras entidades públicas e da sociedade civil, e o menor relevo das medidas 2.1. (integração da ED na formação inicial de docentes), 2.4 (formação contínua para profissionais de educação), 2.5 (investigação em ED nas instituições de ensino superior), 2.6 (afirmação das escolas e agrupamentos como organizações de educação para a cidadania que inclua a dimensão do desenvolvimento), respetivamente. No entanto, há aspetos a salientar: o acentuado aumento do número de referências relativas às medidas do objetivo 2 (de 95 no ano anterior para 117, no presente relatório, número ainda superior aos 113 de 2013), o que marca o aumento dos valores absolutos de quase todas as medidas, com exceção da medida 2.1, que se refere à integração da ED na formação inicial de docentes; a franca evolução da medida 2.2, com um aumento de 9 referências, relativa à elaboração e divulgação de materiais pedagógicos. Nas medidas 2.4 e 2.6, referentes a atividades como a formação contínua para profissionais de educação e a criação de condições para a afirmação das escolas e agrupamentos como organizações de educação para a cidadania que inclua a dimensão do desenvolvimento, assiste-se a uma ligeira subida dos valores absolutos. A medida 2.5 mantém-se a medida do objetivo 2 com o menor número de iniciativas reportadas em 2015, evidenciando a necessidade do reforço de trabalhos de investigação em ED nas instituições de ensino superior, apesar de já se ter verificado um ligeiro aumento dos valores.

- No objetivo 3, dedicado à educação não formal, há um aumento do número de projetos nas ONGD, de 7 para 9, assistindo-se à diminuição de um projeto nas entidades subscritoras. Os valores referentes às atividades inseridas noutra tipo de projeto mantêm-se, apesar de com uma nova distribuição ao nível dos atores. Verifica-se ainda uma diminuição dos valores das atividades não inseridas em projeto. A predominância das ONGD enquanto atores privilegiados neste objetivo mantém-se, tendo reforçado a sua posição com

mais projetos do que no ano anterior. No presente relatório, ao contrário do acontecido no do ano anterior, verifica-se uma diminuição das referências, ao nível das medidas, no objetivo 3, tendo-se passado de 136, em 2014, para 111, no ano agora em análise (ainda que longe das 92 referências do ano de 2013). No entanto, apesar da retração dos números absolutos, é interessante verificar que as tendências gerais da distribuição das referências pelas medidas se mantêm: a medida 3.2, relativa ao incremento de atividade de ED em contexto não formal, mantém-se a mais coberta no objetivo 3; as medidas 3.1, referente à promoção do reconhecimento das organizações da sociedade civil enquanto importantes dinamizadoras de atividades de educação não formal de ED, e 3.4, referente à promoção de materiais e recursos que, no relatório anterior, apesar de serem as únicas com um aumento do número de referências, mantêm-se como as menos expressivas dentro do objetivo, embora agora a menor distância das outras medidas, e as medidas 3.3, formação de agentes de ED, e 3.5, dedicada à troca de experiências entre educação formal e não formal, a nível nacional e internacional, mantêm os seus lugares, apesar de terem perdido em valores absolutos de referências.

- O objetivo 4 está direcionado para atividades de sensibilização e influência política, sendo que as quatro primeiras medidas nos remetem para a sensibilização e as quatro últimas para a influência política. Neste objetivo mantém-se a tendência de diminuição no número de projetos reportados – de 10 para 8 projetos – mantendo-se apenas os projetos realizados pelas ONGD. Verifica-se ainda uma diminuição das atividades não inseridas em projeto. Mantém-se o papel preponderante das ONGD na execução de atividades/projetos neste objetivo. Relativamente à cobertura das medidas podemos observar: uma diminuição do número de referências às medidas do objetivo 4, de 110 (em 2014) para 94, contrariando a tendência verificada no relatório anterior; a manutenção da grande preponderância da medida 4.1, referente a informação sobre atividades de promoção de ações de sensibilização; o reforço da medida 4.3, ligada à sensibilização através da comunicação social, como segunda medida mais coberta, mantendo a tendência anterior; a ligeira subida da medida 4.4, dedicada à promoção da participação em ações de sensibilização de âmbito internacional que permitam ampliar os respetivos impactos. Dentro das medidas de influência política (medidas 4.5, 4.6, 4.7 e 4.8) a medida 4.5, relativa à promoção de ações de influência política, mantém o seu lugar de destaque e a medida 4.7, relativa à promoção de ações de influência política que consolidem a articulação com vários tipos de *media* e jornalistas, diminui o seu valor, mantendo o último lugar neste objetivo.

- Análise por critérios específicos: temáticas, parcerias, públicos, entidades financiadoras e geográficos

- Ao nível das temáticas ou conteúdos analisados, manteve-se a categorização do relatório anterior: temáticas mais trabalhadas, com mais de 60 referências, temáticas mediamente trabalhadas (entre 30 a 60 referências) e temáticas menos trabalhadas, até 30 referências. Os grupos sofreram apenas ligeiras alterações:

- temáticas mais trabalhadas, com mais de 60 referências – desenvolvimento, educação e direitos humanos, as mesmas dos anos anteriores;

- temáticas mediamente referidas (entre 30 a 60 referências) – ambiente, capacitação, cultura, desigualdades sociais, género, globalização, ODM e pobreza; a este grupo junta-se, este ano, a discriminação;

- temáticas menos trabalhadas, até 30 referências – comércio justo, comunicação, economia, migrações, paz, política, recursos naturais & energia, saúde e segurança alimentar. Diminuem, no ano de 2015, as referências a consumo sustentável.

Como a recolha de dados não foi realizada através de um inquérito “fechado”, *online*, mas sim pelo preenchimento de grelhas, assistiu-se a uma multiplicidade de outros temas sugeridos.

- Parcerias: observou-se a mesma tendência da prática generalizada de trabalho em parceria verificando-se valores dentro da média dos anos anteriores - 75% projetos realizados em parceria (o relatório do ano anterior apresentava uma percentagem de 77%).

- Públicos: relevância dos seguintes públicos:

- Objetivo 1 – Entidades públicas e OSC.

- Objetivo 2 – Professores, alunos de três níveis de ensino (básico, secundário e universitário) e comunidade escolar;

- Objetivo 3 – Estudantes, comunicação social e agentes educativos;

- Objetivo 4 – População em geral e decisores técnicos e políticos.

Assinale-se que esta categorização não tem a ver com o número absoluto de públicos destinatários, mas com a frequência de referenciação aos tipos de público antes identificados.

De salientar, para cada objetivo:

. 1, a diminuição da referência a “jovens”, o aumento das categorias “investigadores”, “técnicos de desenvolvimento” e a manutenção da quase ausência de referências ao “setor privado”;

. 2, a grande homogeneidade entre todas as categorias. A forte aposta das ONGD na formação de professores e o carácter transversal da sua atuação, ao estarem representados quase todos os diversos níveis de ensino no seu campo de ação. A relevância dada à comunidade escolar como um todo.

. 3, observou-se uma acentuada diminuição da referência a “agentes educativos” e “estudantes”, nomeadamente pelas entidades subscritoras. De reforçar, ainda, o aumento relativo à comunicação social, muito referenciada pelas ONGD.

. 4, mantém-se a tendência do grande enfoque na população em geral, facto compreensível num objetivo em parte dedicado à sensibilização.

- Entidades financiadoras: verifica-se, nos três tipos de instituições, que, geralmente, o financiamento das atividades é misto, ou seja, provém de diversas entidades financiadoras e não de apenas de uma. Mantém-se a predominância da rubrica “fundos próprios” em todo o tipo de entidades, o que significa que grande parte das atividades reportadas é realizada recorrendo em parte ou na totalidade a fundos próprios das instituições. Para além dos fundos próprios convém destacar: o CICL, como entidade financiadora referenciada mais frequentemente, a União Europeia, as entidades de ensino, as autarquias, as fundações, “outras entidades públicas” e “outros nacional”. Note-se que as percentagens não concernem ao volume de financiamento, mas à frequência de referenciação das entidades financiadoras.

- Cobertura geográfica: salienta-se o valor significativo do somatório das atividades integradas nas categorias “nacional” e “internacional” (ambas somando 90% das atividades/projetos reportados, no caso das entidades subscritoras, por exemplo). De uma forma geral, verifica-se que a distribuição geográfica das atividades encontra-se muito relacionada com a existência de atores na mesma Região, com preponderância da Região de Lisboa, nos casos das entidades subscritoras do PA e das ONGD. De salientar, no entanto, as referências às regiões Norte, Centro, Alentejo e Algarve mostrando já alguma

dinâmica de atores fora da região de Lisboa e Vale do Tejo. Os valores relativos às Regiões Autónomas reapareceram, tendo sido alvo de uma referência. Nos dados recolhidos junto das ESE, observa-se uma melhor distribuição dos dados, geograficamente, uma vez que também se recolheram dados de mais ESE, distribuídas pelo território nacional.

▪ Conclusões gerais

- Receberam-se respostas das quatro instituições constituintes da Comissão de Acompanhamento da ENED, de todas as demais instituições subscritoras do Plano de Ação da ENED (embora duas tivessem reportado a não execução das atividades previstas), de 28 ONGD registadas na Plataforma Nacional (embora 7 tenham reportado a não execução de atividades de ED), e de 8 Escolas Superiores de Educação.

- Comparativamente ao relatório anterior, podemos verificar que se perderam 5 entidades, todas ONGD. De salientar que se verificou a manutenção de todos os atores das entidades subscritoras do PA da ENED, apesar de duas entidades terem reportado não terem conseguido executar as atividades planeadas.

- Relativamente à participação das ESE, foi mantido o contacto próximo com as oito que já têm participado nos relatórios anteriores, tendo sido ainda realizado um encontro alargado com a presença de quase todas as Escolas, de forma a estreitar relações. A grande novidade nesta tipologia de instituições foi a de ter presente, este ano, a própria ARIPese como promotora e executante de atividades.

- Foram reportados 35 (32%) projetos de ED (menos 6 do que no ano anterior, mantendo-se no entanto, a percentagem do total), 32 (29%) atividades inseridas noutro tipo de projetos (mais 5 do que no ano anterior) e 43 atividades avulsas (menos 16 do que no ano anterior), não inseridas em nenhum projeto, representando estas 39% das grelhas preenchidas, de um total de 110 (menos 17 do que em 2014, contrariando uma tendência ascendente verificada de 2013 para 2014).

- Este ano, a exemplo do ano anterior, e pela especificidade do processo de recolha de dados, pode-se analisar um âmbito novo, comparando os dados da planificação com os do relatório de execução. Analisando estes dados, conclui-se que das 127 grelhas preenchidas e recebidas (menos 13 do que em 2014): 105 se referiam a atividades/projetos realizados; 2 a atividades/projetos realizados com alterações; 6 a atividades/projetos parcialmente realizados. 4 entidades tinham participado no

processo de planificação e não confirmaram os seus dados para o presente relatório (3 ONGD e uma ESE); 3 entidades não tinham participado no processo de planificação e enviaram agora os seus dados (2 ONGD e uma ESE) e 11 reportaram a impossibilidade de cumprir algo previsto durante o processo da planificação.

- No ano de 2015, realizaram-se as IV Jornadas de Educação para o Desenvolvimento, sob o tema “A Avaliação no contexto da Educação para o Desenvolvimento”, que tiveram lugar no dia 29 de abril de 2015, na Sala A da Fundação Cidade de Lisboa e congregaram 58 participantes em representação de entidades do Estado e da sociedade civil, incluindo a maior parte dos membros do chamado grupo das entidades subscritoras do Plano de Ação da Estratégia Nacional de Educação para o Desenvolvimento (ENED) e vários outros atores da ED em Portugal.

- Das atividades transversais de planificação, acompanhamento e avaliação da ENED, foram levados a cabo, durante o ano de 2015: um relatório de acompanhamento (2014), um encontro entre todas as entidades subscritoras do Plano de Ação da ENED, vários encontros com subgrupos das mesmas e 11 reuniões da Comissão de Acompanhamento.

- No ano de 2015 foi ainda publicado o Despacho n.º 9815/2015 que determinou o prolongamento da vigência da ENED até dezembro de 2016, bem como do protocolo de colaboração entre as entidades subscritoras do Plano de Ação da ENED, documentos fundamentais para colmatar o previsível hiato temporal entre o fim da vigência da ENED e o início da vigência de um novo quadro estratégico da ED em Portugal.

- No segundo semestre teve início o processo de Avaliação externa final da ENED: elaboração dos Termos de Referência para o lançamento de convites a 8 entidades, das quais 6 apresentaram as respetivas candidaturas, às quais se juntou uma 7ª (não prevista, mas aceite); apreciação das candidaturas e contactos complementares, com vista à seleção da entidade a contratar.

G – ANEXOS

- 1 - Termos de referência do próprio relatório
- 2 - Quadro das entidades que foram contactadas e sua adesão
- 3 - Projetos aprovados na linha de financiamento de ED do CICL, em 2014
- 4 - Algumas referências e atividades internacionais relacionadas com a ENED
- 5 - Apresentação sumária dos projetos e atividades reportados
- 6 - Ano Europeu para o Desenvolvimento - Programa de Trabalho Nacional

ANEXO 1

Termos de Referência

Relatório de Acompanhamento da ENED - 2015

1. Enquadramento

Em 26 de novembro de 2009, foi publicado em Diário da República o documento de orientação da Estratégia Nacional de Educação para o Desenvolvimento 2010-2015 (ENED), aprovado através de despacho conjunto do Secretário de Estado dos Negócios Estrangeiros e da Cooperação e do Secretário de Estado Adjunto e da Educação. A 22 de abril de 2010, o respetivo Plano de Ação foi subscrito, através de protocolo, por 14 instituições públicas e organizações da sociedade civil envolvidas no processo de elaboração:

- IPAD (atual Camões – Instituto da Cooperação e da Língua);
- DGIDC - Direção-Geral de Inovação e Desenvolvimento Curricular do Ministério da Educação (atual DGE - Direção-Geral da Educação);
- Plataforma Portuguesa das ONGD;
- CIDAC – Centro de Intervenção para o Desenvolvimento Amílcar Cabral;
- Agência Portuguesa do Ambiente (APA);
- ACIDI – Alto Comissariado para a Imigração e o Diálogo Intercultural (atual Alto Comissariado para as Migrações);
- APEDI – Associação de Professores para a Educação Intercultural;
- ARIPESE - Associação de Reflexão e Intervenção na Política educativa das Escolas Superiores de Educação;
- Comissão para a Cidadania e Igualdade de Género;
- Comissão Nacional Justiça e Paz;
- Comissão Nacional da UNESCO;
- Conselho Nacional da Juventude;
- CPADA – Confederação Portuguesa das Associações de Defesa do Ambiente;

- IPJ - Instituto Português da Juventude (atual Instituto Português do Desporto e Juventude).

O documento de orientação contempla 4 objetivos específicos e 26 medidas. O Plano de Ação compreende 57 tipologias de atividades e indicadores, cujo seguimento incumbe a uma Comissão de Acompanhamento composta por 4 das 14 entidades subscritoras, a saber: CICL; DGE; Plataforma Portuguesa das ONGD; CIDAC. O Plano de Ação contempla a elaboração de um relatório anual de acompanhamento da ENED, aqui designado de relatório anual global de atividades da ENED.

No seguimento da subscrição do Plano de Ação, foram concebidos um calendário de planeamento e um dispositivo de acompanhamento e avaliação, que carecem da devida operacionalização.

Neste dispositivo de acompanhamento e avaliação, encontram-se previstos os instrumentos para a elaboração do relatório anual global de atividades da ENED.

2. Objetivos

O principal objetivo do presente relatório é o de monitorizar a execução da ENED em Portugal, no ano de 2015.

Este objetivo geral desdobra-se em diversos objetivos específicos:

- identificar as medidas que estão a ser cobertas e as que não estão a ser cobertas pelas atividades em curso;
- reconhecer os principais atores que intervêm na área de ED em Portugal.
- identificar os públicos-alvo das atividades de ED;
- identificar as temáticas serem trabalhadas pelas organizações;
- identificar as áreas geográficas de maior e de menor intervenção;
- identificar os principais entidades financiadoras das atividades da ENED;
- obter uma perspetiva evolutiva face ao relatório dos anos anteriores;
- ler criticamente os resultados, permitindo formular conclusões e recomendações.

Para além destes objetivos específicos que se pretendem alcançar, também se considera que o relatório anual é um passo importante para:

- analisar o processo de planeamento, acompanhamento e monitorização da ENED, permitindo o ajuste do mesmo;
- contribuir para a avaliação do mecanismo de avaliação da ENED.

3. Metodologia

Os relatórios anuais são elaborados com base na recolha de informação conseguida junto da Comissão de Acompanhamento da ENED, junto das instituições subscritoras do Plano de Ação da ENED, junto das Organizações Não Governamentais para o Desenvolvimento (ONGD) ou doutros atores que concorram para a execução da estratégia nacional.

Esta recolha de dados é realizada tendo por base o dispositivo de acompanhamento e avaliação elaborado para o efeito, tendo sido enviado um formulário online a cada entidade, para que pudesse preencher os respetivos dados.

Os contactos são feitos através do correio eletrónico e por via telefónica, após indicação da Comissão de Acompanhamento.

Os dados recolhidos são tratados estatisticamente de acordo com as linhas de análise definidas pela equipa de avaliação, em conjunto com a Comissão de Acompanhamento.

As sucessivas versões provisórias do relatório devem ser validadas pela Comissão de Acompanhamento e, posteriormente, pelas demais entidades subscritoras do Plano de Ação e por outros intervenientes na recolha de dados.

O relatório anual deve ser elaborado durante o 1.º semestre do ano subsequente ao qual se reporta, no entanto, e uma vez que este ano é o ano final da execução do atual documento da ENED, prevê-se uma 1ª versão do relatório a ser enviada à Comissão de Acompanhamento até ao dia 30 de abril de 2016.

4. Conteúdo

O relatório anual tem a seguinte estrutura:

- Nota introdutória – apresentação do enquadramento da elaboração do relatório; apresentação das entidades responsáveis pelo relatório e pela sua execução;
- Objetivos do relatório – apresentação dos objetivos do relatório;

- Metodologia – apresentação do processo de recolha dos dados; justificação das opções tomadas e das limitações do relatório;
- Apresentação dos dados por tipologia de atividades – apresentação do número de atividades efetuadas em cada tipologia de atividade, para perceção do nível de cobertura da ENED; é importante incluir uma explicação de cada uma das medidas e tipologias, para facilitar a sua compreensão; é ainda essencial ensaiar explicações para as categorias de tipologias inteiramente não cobertas;
- Apresentação de dados por critérios – análise dos dados por critérios pré-definidos; são tidos em conta, sempre que possível, os seguintes critérios: local de realização das atividades, público a quem se dirigem, temáticas, responsáveis pela promoção, execução, parcerias e entidades financiadoras;
- Conclusões e recomendações – apresentação das conclusões e recomendações agrupadas por objetivo; são tidas em conta a existência de efeitos indiretos e as aprendizagens com os processos.
- Anexos – apresentação dos quadros de recolha de dados e de outros documentos importantes; os presentes Termos de Referência também constam dos mesmos anexos.

5. Resultados esperados e cronograma

O cronograma deste último ano de execução da atual ENED é o seguinte:

- Uma recolha dos dados junto às instituições dinamizadoras de atividades da ENED, referidas anteriormente – até março de 2016;
- Uma primeira versão do relatório para aprovação pela Comissão de Acompanhamento – até final de abril de 2016;
- Uma versão do relatório para aprovação pelas diversas instituições que forneceram dados para o relatório anual – até ao final de junho de 2016;
- Uma versão final do relatório anual – até ao final do ano de 2016.

6. Responsável pela redação

A redação do relatório está a cargo do Gabinete de Estudos para a Educação e Desenvolvimento (GEED) da Escola Superior de Educação (ESE) do Instituto Politécnico de Viana do Castelo (IPVC), uma vez que é a instituição responsável pelo projeto

"Capacitação da Escola Superior de Educação do Instituto Politécnico de Viana do Castelo em Educação para o Desenvolvimento (ED) e em matéria de planeamento, acompanhamento e avaliação da Estratégia Nacional de Educação para o Desenvolvimento 2010-2015 (ENED)", objeto do contrato-programa celebrado entre o IPAD e a Fundação Fernão de Magalhães para o Desenvolvimento, em nome do IPVC, em 2011.

7. Responsável pela aprovação e divulgação

A aprovação e divulgação do relatório são da competência da Comissão de Acompanhamento da ENED, constituída pelo CICL, pela DGE, pela Plataforma Portuguesa das ONGD e pelo CIDAC.

ANEXO 2

Quadro das entidades que foram contactadas e sua adesão

Comissão de Acompanhamento – GT1	Sem resposta	Respondem que não têm	Enviam
Camões – Instituto da Cooperação e da Língua, IP			X
CIDAC – Centro de Intervenção para o Desenvolvimento Amílcar Cabral	Responde enquanto ONGD – x		
Direção-Geral da Educação			X
Plataforma Portuguesa das ONGD			X

Instituições Públicas	Sem resposta	Respondem que não têm	Enviam
APA – Agência Portuguesa do Ambiente			X
ACM – Alto Comissariado para as Migrações			X
CIG – Comissão para a Cidadania e Igualdade de Género			X
Comissão Nacional da UNESCO			X
Instituto Português do Desporto e da Juventude		X	
Organizações da Sociedade Civil	Sem resposta	Respondem que não têm	Enviam
APEDI – Associação de Professores para a Educação Intercultural			X
ARIPESE			X
CPADA – Confederação Portuguesa das Associações de Defesa do Ambiente (DELEGOU NA ASPEA)			X
Comissão Nacional Justiça e Paz		X	
Conselho Nacional da Juventude			X

ONGD CONTACTADAS	RECOLHA DE DADOS		
	Sem resposta	Respondem que não têm	Enviam
1. ACEP - Associação para a Cooperação Entre os Povos			X
2. ACGB – Associação de Cooperação com a Guiné-Bissau	X		
3. ADDHU - Associação de Defesa dos Direitos Humanos	X		
4. ADPM - Associação de Defesa do Património de Mértola			X
5. ADRA - Associação Adventista para o Desenvol., Recursos e		X	
6. AidGlobal – Acção e Integração para o Desenvolvimento			X
7. AJAP - Associação dos Jovens Agricultores de Portugal	X		
8. AMU - Cooperação e Solidariedade Lusófona por um Mundo	X		
9. APCD - Associação Portuguesa de Cultura e Desenvolvimento	X		
10. APDES - Agência Piaget para o Desenvolvimento	X		

11. APF - Associação para o Planeamento da Família	X		
12. APOIAR - Associação Portuguesa de Apoio a África	X		
13. ATA - Associação Tropical Agrária	X		
14. Atlas - Associação de Cooperação para o Desenvolvimento	X		
15. Batoto Yetu (Associação Cultural e Juvenil)	X		
16. CARITAS PORTUGUESA	X		
17. CEAUP - Centro de Estudos Africanos da Universidade do			X
18. CHAPITÔ	X		
19. CIDAC - Centro de Intervenção para o Desenvolvimento			X
20. Conceitos do Mundo	X		
21. CPR - Conselho Português para os Refugiados			X
22. EAPN Portugal	X		
23. EPAR - Desenvolvimento, Ensino, Formação e Inserção CLR	X		
24. Equipa d'África (Associação)		X	
25. FEC - Fundação Fé e Cooperação			X
26. Fundação Bomfim		X	
27. Fundação Champagnat	X		
28. Fundação Cidade de Lisboa			X
29. Fundação Gonçalo da Silveira			X
30. Fundação Teresa Regojo	X		
31. G.A.S. Porto - Grupo de Acção Social do Porto		X	
32. GRAAL - Associação de Carácter Social e Cultural			X
33. GTO Lx - Grupo Teatro do Oprimido de Lisboa	X		
34. HELPO		X	
35. IED - Instituto de Estudos para o Desenvolvimento	X		
36. IMVF - Instituto Marquês de Valle Flôr			X
37. ICE – Instituto das Comunidades Educativas	X		
38. ISU - Instituto de Solidariedade e Cooperação Universitária	X		
39. Leigos Para o Desenvolvimento	X		
40. Ligar à Vida - Associação de Gestão Humanitária para o Desenvolvimento	X		
41. Médicos do Mundo	X		
42. Memórias e Gentes - Associação Humanitária	X		
43. Meninos do Mundo	X		
44. MSH - Missão Saúde para a Humanidade	X		
45. MONTE - Desenvolvimento Alentejo Central – ACE			X
46. Mundo a Sorrir - Associação de Médicos Dentistas Solidários		X	
47. OIKOS - Cooperação e Desenvolvimento			X
48. OMAS - Leigos da Boa Nova	X		
49. ORBIS - Cooperação e Desenvolvimento	X		
50. PAR - Respostas Sociais			X
51. PRO DIGNITATE - Fundação de Direitos Humanos	X		
52. Raia Histórica - Associação de Desenvolvimento do Nordeste	X		
53. Rosto Solidário			X
54. Sapana	X		
55. Saúde em Português	X		

56. SOLSEF - Sol sem Fronteiras			X
57. SOPRO – Solidariedade e Promoção			X
58. TERRAS DENTRO - Associação para o Desenvolvimento	X		
59. TESE - Associação para o Desenvolvimento			X
60. URBÁFRICA/UCCLA – União das Cidades Capitais de Língua			X
61. UMP – União das Misericórdias Portuguesas		X	
62. UNICEF (Comité Português para a)	X		
63. Veterinários Sem fronteiras	X		
64. VIDA - Voluntariado Internacional para o Desenvolvimento			X
65. VITAE - Associação de Solidariedade e Desenvolvimento	X		
66. WACT			X
Totais = 66	38	7	21

ESE	Enviam
Instituto Politécnico de Bragança	X
Instituto Politécnico de Castelo Branco	X
Instituto Politécnico de Leiria	X
Instituto Politécnico de Lisboa	X
Instituto Politécnico de Portalegre	X
Instituto Politécnico do Porto	X
Instituto Politécnico de Santarém	X
Instituto Politécnico de Viana do Castelo – Gabinete de Estudos para a Educação e Desenvolvimento	X

ANEXO 3

Dados relativos aos projetos aprovados na fase de candidatura de 2015, na linha de financiamento do CICL para projetos de ED

ONGD	Projeto	Medidas da ENED
CIDAC	Do Campo para o Prato, o Direito a Alimentação e a Soberania Alimentar em Debate (2.ª Fase)	4.1.1; 4.1.2; 4.3; 4.3.1
FEC	Crianças com direitos: Educar para a proteção e defesa universal do direito da criança (2.ª Fase)	2.2.1; 2.3.1; 2.6.1; 4.1.1; 4.1.2; 4.1.3
FEC	Semear Portugal, Semear Angola - Soberania e Direito à Alimentação (2.ª Fase)	4.4.1; 4.1.2; 4.2.1; 4.5.1; 4.5.2; 4.6.1; 4.8.1
FGS	Sinergias ED: Conhecer para Melhor Agir - Promoção da Investigação sobre a Ação na ED em Portugal (2.ª Fase)	1.1; 1.2; 1.3; 1.4; 1.5; 1.7; 2.2; 2,5
IMVF	Desafiar a Crise - Promover a Justiça Global e o Envolvimento dos Cidadãos em Tempos de Incerteza (3.ª Fase)	4.1; 4.1.1; 4.3; 4.3.1; 4.3.2; 4.4; 4.4.1; 4.6; 4.7; 4.7.1; 4.8; 4.8.1
IMVF	Despertar para a Educação Global – Reforçar as Competências dos Membros das Organizações da Sociedade Civil Europeias (3.ª Fase)	3.1; 3.2; 3.3; 3.3.1; 3.3.3; 3.4; 3.4.1; 3.5; 3.5.1; 3.5.3
IMVF	Museu Mundial (3.ª Fase)	3.2; 3.3; 3.4; 3.5
IMVF	Redes para o Desenvolvimento (2.ª Fase)	1.1; 1.2; 1.5; 1.7
OIKOS	Integrar para Alimentar - Conhecimento, Saúde e Sustentabilidade (2.ª Fase)	4.5; 4.6
CIDAC	Desafios globais: reforçar a ECG em meio escolar para responder aos contextos da atualidade	2.2; 2.3; 2.4; 2.5; 2.6; 1.2; 1.4; 1.7
CIDAC	O Comércio Justo em Portugal: conhecer, compreender, problematizar	4.1; 4.2; 4.3
AIDGLOBAL	Educar para Cooperar: a Rota Histórica das Linhas de Torres e a Cidadania Global	1.2; 1.3; 1.4; 2.2; 2.3; 2.4
FEC	Juntos pela mudança: ação conjunta por estilos de vida sustentáveis	2.2.2; 2.6.1; 4.1.1; 4.2.1; 4.4.1; 4.5.1; 4.8.1

ANEXO 4

Algumas referências e atividades internacionais relacionadas com a ENED

A nível internacional, tem sido efetuado um trabalho sistemático através da presença de representantes de Portugal em diversos *fora*, onde a ENED tem sido mencionada ou reconhecida. Apresentam-se em seguida alguns desses momentos:

- GENE - Global Education Network Europe:

- Reuniões do GENE 32 (Viena, 19-21 de março) e 33 (Bruxelas, 5-7 de novembro): prestação de informação sobre a execução da ENED no quadro do intercâmbio de experiências;
- Referências à ENED no quadro de preparação do estudo “*GENE Survey on Global Education in Europe*”;
- Alusão à ENED efetuada por um membro da Direção do GENE nas IV Jornadas de ED (Lisboa, 29 de abril);
- Menção da ENED no *peer review* à ED na Irlanda em Portugal: o relatório final do GENE foi lançado a 25 de novembro em Dublin.

- Centro Norte-Sul do Conselho da Europa:

- Menção à ENED no quadro do 3.º Congresso (Zagreb, 26-28 de novembro de 2015).

- Comissão Europeia e Conselho da União Europeia:

- Referência à ENED no quadro de execução do programa de trabalho nacional do Ano Europeu para o Desenvolvimento 2015.
- Alusão à ENED no quadro da participação na 123.ª reunião do Comité DCI (Instrumento de Financiamento Cooperação para o Desenvolvimento) - Programa Temático Organizações da Sociedade Civil e Autoridades Locais (Bruxelas, 11 de junho).
- Referência à ENED no contexto da reunião de consulta aos Estados-Membros promovida pela Comissão sobre o modelo de financiamento de projetos de ED (Bruxelas, 22 de setembro de 2015).

- Referência à ENED em vários contributos para o Conselho relativos a diferentes documentos relevantes, designadamente no quadro do Ano Europeu para o Desenvolvimento 2015.

- Nações Unidas

- Referência à ENED no quadro dos contributos para a preparação da execução da Agenda Pós-2015.

- CAD-OCDE

- Referência expressa à ENED no relatório final do exame 2015 a Portugal do Comité de Ajuda ao Desenvolvimento (CAD) da OCDE: *“Portugal has been praised for its good work in awareness raising for development: Portugal has its own National Strategy on Development Education 2010-2015 (IPAD 2010), which aims to integrate development and global citizenship into Portugal’s formal and informal education system. Portugal’s leadership in development education is the result of years of engagement with different actors from government and civil society, and dedicated funding to support development education NGOs from Camões I.P. Portugal’s activities in this area have been peer reviewed and praised by different international bodies such as the Global Education Network Europe (GENE 2014) and the European Commission (EU 2012).”*

ANEXO 5

Apresentação sumária dos projetos e atividades reportados

OBJETIVO 1

Projetos de Educação para o Desenvolvimento

Nome da instituição	Designação do projeto	Descrição das atividades do projeto
AIDGLOBAL - Acção e Integração para o Desenvolvimento Global	Educar para Cooperar – a Rota Histórica das Linhas de Torres e a Cidadania Global	A 1.1 - Apresentação do projeto às direções dos Agrupamentos Escolares dos seis concelhos; A 1.2 - Realização de seis ações de formação creditadas, uma em cada Município parceiro, em modalidade de curso, com 25h cada; A 1.3. - Realização de dois workshops sobre Educação para o Desenvolvimento; A 1.4. - Realização de um Círculo de Aprendizagem com 6 sessões de duas horas sobre as oportunidades de ligação do património da RHLT à Cidadania Global.
Fundação Gonçalo da Silveira (FGS)	Sinergias ED: Conhecer para Melhor Agir - Promoção da Investigação na ED em Portugal	1 - Criação e consolidação de uma linha de investigação em ED no CEAUP; 2- Realização de um inquérito nacional sobre perceções e práticas de ED junto de atores relevantes; 3- Produção de artigos e ensaios de reflexão sobre conceitos, temáticas e metodologias em ED; 4- Criação e edição de uma revista científica digital sobre ED com Peer-Review; 5- Conferência Internacional sobre ED; 6- Prémio "Melhores Artigos em ED "; 7- Identificação e associação ao projeto de Organizações da Sociedade Civil e Instituições do Ensino Superior; 8- Encontros com as Organizações da Sociedade Civil e as Instituições de Ensino Superior associadas ao projeto; 9- Produção de Estudos de Caso de projetos de ED feitos em parceria pelas Organizações da Sociedade Civil e Instituições de Ensino Superior; 10- Divulgação da bibliografia de ED existente nos Centros de Recursos especializados do país; 11- Lançamento e dinamização de um website com informação, comunicações e discussão sobre ED; 12- Construção de materiais e referenciais de formação para a capacitação das OSC e das Instituições de Ensino Superior; 13- Experimentação dos referenciais de ED criados; 14- Encontro final para a apresentação dos referenciais construídos e validados.

GEED - Escola Superior de Educação do Instituto Politécnico de Viana do Castelo	Capacitação da Escola Superior de Educação do Instituto Politécnico de Viana do Castelo em Educação para o Desenvolvimento (ED) e em matéria de planeamento, acompanhamento e avaliação da Estratégia Nacional de Educação para o Desenvolvimento 2010-2015 (ENED)	A1,1, Participar na elaboração e aplicar os instrumentos de recolha de dados; A1,2, Tratar, analisar e divulgar os dados recolhidos; A2,1, Recolher e tratar informação dos Planos Anuais das 14 entidades subscritoras do Plano de Ação; A2,2, Elaborar um Plano Anual Global de atividades; A3,1, Recolher e tratar informação dos Relatórios Anuais das 14 entidades subscritoras do Plano de Ação; A3,2, Elaborar um Relatório Anual Global de atividades; A3,3, Elaborar um relatório de Avaliação Intermédia (2012-2013); A3,4, Elaborar um Relatório de Avaliação final (2015-2016); A4,1, Recolher e tratar a informação de apoio à equipa internacional do Global Education Network Europe (GENE) encarregue da realização do peer review (2012-2013); A4,2, Elaborar a memória das duas reuniões anuais com as 16 IP e OSC envolvidas na elaboração da ENED; A5,1, Recolher informação e adquirir recursos bibliográficos e multimédia especializados na área de ED; A5,2, Participar em eventos nacionais e internacionais relevantes para a área de ED; A6,1, Partilhar experiências e aprendizagens com as Escolas Superiores de Educação, no quadro dos encontros anuais da ARIPESE.
IMVF - Instituto Marquês de Valle Flôr	Redes para o Desenvolvimento: Educação Global para uma Cooperação mais Eficiente	1.1 - Fortalecimento das Redes de Municípios; 1.2 - Capacitação: Formação e Mesas-Redondas; 2.1 - Jornadas com oradores do Sul; 2.2 - Fortalecimento da Plataforma Virtual; 2.3 - Reciclagem de conhecimento e informação; 3.1 - Conferência Internacional sobre Cooperação Descentralizada; 4.1 - Intercâmbio de metodologias e materiais de formação de Educação para o Desenvolvimento; 4.2 - Elaboração de Materiais de Educação para o Desenvolvimento inovadores e perfis de países; 4.3 - Exposições temáticas e itinerantes de Educação para o Desenvolvimento; 4.4 - Eventos de Educação para o Desenvolvimento; 5.1 - Estratégia e Plano de Ação para a Educação e Cooperação para o Desenvolvimento; 5.2 - Reuniões a nível Regional, Nacional e Europeu; 5.3 - Encontros entre Municípios e Atores Não-Estatais.
Plataforma Portuguesa das ONGD	Estratégia Nacional de Educação para o Desenvolvimento	Participação no processo de avaliação da ENED 2009-2015 e no processo de reflexão e definição do seu seguimento depois de 2015

Atividades inseridas noutro tipo de projetos

Nome da instituição	Designação do projeto	Descrição das atividades do projeto
Alto Comissariado para as Migrações, IP (ACM)	Programa de Apoio ao Associativismo Imigrante 2015 (PAAI 2015)	O PAAI 2015 consiste no apoio financeiro às associações de imigrantes e estrutura-se em três linhas prioritárias de intervenção, a que correspondem três vertentes de apoio: 1) Vertente Acolhimento e Integração – iniciativas de apoio à plena integração dos imigrantes na sociedade, através de projetos dirigidos aos imigrantes e suas famílias, que facilitem o acesso a bens e serviços fundamentais para o exercício de direitos e deveres na sociedade portuguesa; 2) Vertente Valorização da Diversidade – iniciativas que tenham em vista a mudança de mentalidades, a prevenção de atitudes discriminatórias e a promoção de competências de diálogo intercultural; iniciativas de divulgação da cultura do país de origem, como contributo para a construção de um modelo intercultural de sociedade; 3) Vertente Reconhecido Mérito – iniciativas que possuem características particularmente inovadoras e de qualidade reconhecida. Esta última vertente inclui uma alínea específica para Iniciativas desenvolvidas no âmbito da Estratégia Nacional de Educação para o Desenvolvimento (ENED).
Comissão para a Cidadania e Igualdade de Género - CIG	Programa de Ação Contra a Mutilação Genital Feminina (MGF)	Eliminação da prática da MGF: cursos de formação de profissionais de saúde; ações de sensibilização dirigidas às comunidades de imigrantes; atribuição do Prémio Contra a MGF "Mudar aGora o Futuro" destinado a ONG; colaboração dos meios de comunicação social na divulgação dos efeitos da MGF; protocolo entre a CIG e a Associação de Estudantes Guineenses de Lisboa.
Plataforma Portuguesa das ONGD	Contrato Programa Plataforma Camões 2014-2018	Sessão de reflexão, entre ONGD, sobre questões de avaliação e impacto dos projetos de ED
Plataforma Portuguesa das ONGD	Contrato Programa Plataforma Camões 2014-2018	Formação em Avaliação de Impacto e Mapeamento de Resultados no contexto de projetos de ED

Atividades não inseridas em projetos

Nome da instituição	Descrição da Atividade
APA - Agência Portuguesa do Ambiente	ECOTECA DO ZAMBUJAL Iniciativas de educação ambiental (EA) e educação para o desenvolvimento sustentável (EDS), em contexto de ED, na sequência do Programa de Acção "Zambujal Melhora", findo em 2012
APA - Agência Portuguesa do Ambiente	SEMINÁRIO NACIONAL SOBRE CIDADANIA E SUSTENTABILIDADE Seminário nacional fazendo a apresentação pública dos projetos de EA e EDS promovidos por professores em regime de mobilidade ME/MAMAOT no contexto das decisões do GTEAS – Grupo de Trabalho da Educação Ambiental para a Sustentabilidade
ARIPESSE – Associação de Reflexão e Intervenção na Política Educativa das Escolas Superiores de Educação	Realização de um Encontro: 1. Seminário sobre ED a cargo de La Salette Coelho; 2. Apresentação/Discussão dos trabalhos desenvolvidos em várias ESE no âmbito da ED.

Centro de Estudos Africanos da Universidade do Porto – CEAUP	Participação em Congressos/Conferências com comunicações sobre as suas áreas temáticas de trabalho - educação para o desenvolvimento
CIDAC - Centro de Intervenção para o Desenvolvimento Amílcar Cabral	Centro de Recursos para o Desenvolvimento, em Lisboa - oferece um acervo documental sobre os PALOP e Timor Leste, antes e depois das independências e sobre questões ligadas ao Desenvolvimento; promove ações de sensibilização e de formação sobre várias temáticas; vende publicações editadas pelo CIDAC
Escola Superior de Educação e Ciências Sociais do Instituto Politécnico de Leiria	Realização de teses em educação e desenvolvimento comunitário, por parte dos alunos de mestrado (2º ano)
GEED - Escola Superior de Educação do Instituto Politécnico de Viana do Castelo	Curso Livre “Cooperação, Cidadania e Desenvolvimento” - Curso de introdução à cooperação e educação para o desenvolvimento e voluntariado, fundamental para preparar os candidatos que participam nos projetos de voluntariado para a cooperação e para apoiar na sensibilização e promoção de projetos de Educação para o Desenvolvimento
GEED - Escola Superior de Educação do Instituto Politécnico de Viana do Castelo	Participação em Congressos/Conferências com comunicações sobre as suas áreas temáticas de trabalho - educação para o desenvolvimento
GEED - Escola Superior de Educação do Instituto Politécnico de Viana do Castelo	Participação em grupos de investigação sobre as suas temáticas de trabalho – Educação para o Desenvolvimento – em parceria com outras instituições

OBJETIVO 2

Projetos de Educação para o Desenvolvimento

Nome da instituição	Designação do projeto	Descrição das atividades do projeto
AIDGLOBAL - Ação e Integração para o Desenvolvimento Global	"Educar para Cooperar" - Loures (3ª edição)	A 1,1 - Planificação e calendarização das atividades na escola parceira; A 1,2 - Apresentação do projeto à comunidade escolar; A 1,3 - Semana de Educação para o Desenvolvimento (planeamento); A 1,4 - Dinamização de um quadro informativo para alunos e professores; A 1,5 - Avaliação diagnóstica (macro) na Escola EB 2,3 do Alto do Moinho; A 2,1 - Planificação da integração das temáticas de ED nas disciplinas; A 2,2 - Abordagem das temáticas de ED nas aulas ; A 2,3 - Avaliação diagnóstica (micro) na turma escolhida; A 3,1 - Ação de informação nos concelhos de turma (planeamento); A 3,2 - Partilha de boas práticas nos Departamentos Disciplinares (planeamento); A 3,3 - Ação de formação para professores do 2º e 3º ciclos da escola (planeamento); A 4,1 - Criação e divulgação de materiais de apoio; A 4,2 - Apresentação pública do projeto ao Concelho de Loures; A 4,3 - Dinamização do site do projeto “Educar para Cooperar” (planeamento); A 4,4 - Disseminação mediática do projeto ; A 4,5 - Participação em Conferências, Seminários e Encontros de professores a nível nacional (planeamento); A 4.6 - Workshops com os discentes de cursos de formação inicial de professores; A 4.7 - Elaboração de um manual com os exemplos de integração da ED no currículo do 2º ciclo; A 4.8 - Encontro de encerramento do projeto.

CIDAC - Centro de Intervenção para o Desenvolvimento Amílcar Cabral	Co-construindo uma Rede de Educação para a Cidadania Global no meio escolar	Realização de 3 oficinas temáticas e metodológicas a partir de temas escolhidos no âmbito da Rede ECG; apoio ao funcionamento de 2 grupos de trabalho temáticos, por ano, a partir de necessidades expressas pelos atores educativos participantes da Rede ECG; dinamização do funcionamento da Biblioteca Básica do Desenvolvimento; dinamização do funcionamento do Banco de Recursos de ECG; dinamização da comunicação da Rede ECG para o exterior; dinamização do funcionamento da Rede ECG; apoio a 2 dinâmicas locais, por ano, a partir de necessidades locais diagnosticadas pelos atores educativos; realização de uma oficina, por ano, de partilha, metodologicamente orientada, de experiências educativas no âmbito da ECG; realização de 1 Encontro nacional, por ano
Direção-Geral da Educação	Programa de Atividades integrado no Contrato-Programa entre DGE, Camões-ICL, CIDAC e Fundação Gonçalo da Silveira	(i) Referencial de Educação para o Desenvolvimento para a educação pré-escolar e para os ensinos básico e secundário: orientação pedagógica; aprovação do documento; tratamento gráfico e divulgação; (ii) Divulgação Web e junto de escolas/agrupamentos de escolas de projetos e outras iniciativas de Educação para o Desenvolvimento; (iii) Ação de formação contínua sobre Educação para o Desenvolvimento: orientação pedagógica; aprovação; solicitação da acreditação.
Fundação Gonçalo da Silveira (FGS)	Site e Newsletter M-Igual?	1 - Atualização do site M-igual? com notícias, no âmbito da Educação para o Desenvolvimento/Educação para a Cidadania Global, direcionadas para escolas, alunos e professores; 2 - Criação e envio de uma newsletter semanal, no âmbito da Educação para o Desenvolvimento/Educação para a Cidadania Global, para agentes educativos que tenham manifestado interesse em receber novidades nesta área; 3 - Interligação e comunicação com os agentes educativos que nos contactam
GEED - Escola Superior de Educação do Instituto Politécnico de Viana do Castelo	Global Schools: EYD 2015 to embed Global Learning in primary education	A1.1.1: Estabelecimento de Grupos de Coordenação em cada país (Steering Committees); A1.1.2: Estabelecimento de um Grupo de Coordenação Internacional (International Steering Committee); A1.1.3: Participação em Seminários da linha EuropeAid; A1.2.1: Estabelecimento de um grupo de especialistas em ED a nível local; A1.2.2: Estabelecimento de um grupo científico internacional; A1.3.1: Investigação comparativa e qualitativa sobre práticas na formação de professores; A1.4.1 Seminário Internacional sobre o Ano Europeu do Desenvolvimento 2015 para Autoridades Locais; A1.4.2 Formação decisores políticos e técnicos a nível local; A2.1.1 Pesquisa, elaboração, revisão/monitorização e publicação de recursos educativos em 9 línguas; A2.2.1 Formação inicial e contínua de professores através de cursos introdutórios, avançados e formação de pares; A2.2.2 Programa europeu de intercâmbio articulado em visitas de estudo recíprocas (países organizados em pares); A2.2.3 Seminário internacional para partilha de boas práticas na formação de professores em ED e no ensino da ED; 2.3.1 Formação para organizações da sociedade civil em temáticas e metodologias de ED; A3.1.1: Organização de “mesas redondas” nacionais envolvendo múltiplos parceiros; A3.1.2: Organização de eventos nas escolas (AED 2015 e pós-2015) - workshops, dias escolares, dias “portas abertas” sobre ED; A3.2.1 Participação na e Expo 2015 e outros eventos de relevo; A4.1.1 Apresentação de resultados às Autoridades locais e nacionais de Educação através de encontros regulares e de documentos de trabalho; A4.1.2 Organização de 10 seminários nacionais no final do projeto, destinados a autoridades locais e nacionais, escolas de formação de professores, universidades, escolas, professores e atores não

		estatais envolvidos nas atividades escolares; A4.1.3 Organização de 1 Conferência Internacional destinada a autoridades locais e nacionais, escolas de formação de professores, universidades, escolas, professores e atores não estatais envolvidos nas atividades escolares; A4.1.4 Participação em eventos nacionais e europeus organizados por atores chave em ED; A4.2.1 Criação de um site dedicado ao projeto; A4.2.2 Disseminação através dos sites dos parceiros e de ferramentas online
Sol Sem Fronteiras - Associação de Solidariedade Jovens Sem Fronteiras	Escolinhas Solidárias	O projeto Escolinhas Solidárias, direcionado aos alunos do Pré-Escolar e do 1º Ciclo do Ensino Básico, e o projeto Escolas Solidárias, direcionado aos alunos dos 2º e 3º Ciclos do Ensino Básico e Ensino Secundário, visa despertar a consciência dos mais novos para as temáticas de solidariedade, equidade, justiça e inclusão através da dinamização de uma sessão de cerca de 60 minutos onde se analisam as principais diferenças existentes nas condições de vida das diversas populações, de países mais e menos desenvolvidos. A partir desta análise, procura-se estimular os alunos a desempenharem um papel mais ativo na sua comunidade escolar, sugerindo formas e ações de voluntariado e solidariedade que os próprios podem desenvolver para beneficiar quem mais precisa em seu redor.
Sol Sem Fronteiras - Associação de Solidariedade Jovens Sem Fronteiras	Microprojeto: Água: de todos para todos	Dinamização de 3 sessões de educação não formal em contexto formal com o objetivo de consciencializar as crianças de uma turma de 1º ano para um problema específico do desenvolvimento, a escassez de água, com vista à mudança de mentalidades e comportamentos, no âmbito do consumo responsável da água, inculcando valores como a sustentabilidade, o bem-comum, a interdependência, a cooperação, o respeito, a empatia, a preservação e a vida com os seguintes objetivos específicos: 1. Sensibilizar para a importância da água potável enquanto recurso finito e essencial à vida; 2. Informar e consciencializar para as várias realidades de acesso à água potável; 3. Consciencializar para o impacto da má gestão da água; 4. Formar para o consumo responsável da água.
União das Cidades Capitais de Língua Portuguesa, UCCLA	Aprender para o Desenvolvimento	Rede Municipal de Educação para a Cidadania Global; Círculo de Estudos creditado (Formação de Professores em Educação para a Cidadania Global); Plataforma Web e Newsletter Escolas de Desenvolvimento; Workshops escolares de Educação para a Cidadania Global (formação em exercício); Projetos Educativos em Educação para a Cidadania Global; Fórum; Edição de material pedagógico; Feira de Projetos, Ideias e Materiais.
VIDA - Voluntariado Internacional para o Desenvolvimento Africano	PLANETA VIDA - The next generation	Dinamizar, promover e atualizar os conteúdos do Planeta Vida; Apoio à criação de Clubes de Desenvolvimento nas escolas. Realização de uma Oficina de partilha de ferramentas e metodologias com professores.

Atividades inseridas nouro tipo de projetos

Nome da instituição	Designação do projeto	Descrição das atividades do projeto
ASPEA - Associação Portuguesa de Educação Ambiental	XIX Conferência da Caretakers of the Environment International	Conferência internacional na temática da literacia dos oceanos para professores e alunos do ensino secundário. Programa de 1 semana a consultar em http://cei2015portugal.wix.com/cei2015portugal
Comissão para a Cidadania e a Igualdade de Género	Implementação dos Guiões de Educação Género e Cidadania	Integração da dimensão de género e da temática da igualdade e das relações sociais entre os sexos na prática educativa formal: sensibilização de autarquias; formação de profissionais de educação, de psicologias e pessoal técnico da administração local; produção e distribuição de materiais pedagógicos; apoio aplicação de materiais pedagógicos e à prática docente; acompanhamento das dinâmicas organizacionais escolares; divulgação de resultados e das boas práticas; formação de aprofundamento e follow-up, em contexto escolar, da formação realizada no ao anterior; estabelecimento de parcerias institucionais com o ensino superior e realização de 29 ações de formação acreditadas sobre Género e Cidadania, num total de 1142 horas (214horas em e-learning), acreditadas pelo CCPFC, dirigidas a profissionais de educação, do pré-escolar ao ensino secundário, promovidas por 11 instituições (1 da administração pública e 10 do ensino superior) em colaboração com a CIG.
Comissão Nacional da UNESCO	Década Internacional para Aproximação de Culturas	Ações de divulgação; formação; seminários.
Comissão Nacional da UNESCO	2015 - Ano Internacional da Luz	Divulgação; formação; conferências e seminários; workshops; concursos escolares.
Comissão Nacional da UNESCO	Estratégia Internacional da Rede das escolas associadas da UNESCO 2014/21 "Construir uma Cidadania Global e promover um Desenvolvimento Sustentável"	Divulgação junto das comunidades educativas; conferências; seminários; formação.
Conselho Nacional de Juventude (CNJ)	Programa de mentoria entre estudantes do ensino secundário e estudantes do ensino superior – projeto piloto	Objetivos: - Promover o associativismo estudantil nas escolas secundárias, posicionando-o como agente de promoção de participação e cidadania na sua comunidade envolvente - Capacitar jovens estudantes do ensino secundário para serem dirigentes associativos, alertando-os para os desafios e oportunidades inerentes à função - Promover a relação entre escolas do ensino secundário e as do ensino superior - Estreitar relações entre estudantes do ensino secundário e do ensino superior, promovendo um melhor conhecimento e familiarização daquele nível de ensino, as suas ofertas e possíveis caminhos -Aprofundar o contacto dos estudantes do ensino superior com toda a comunidade educativa, dando-lhes a oportunidade de criar e manter relações com escolas do ensino secundário Atividade: Criação de um Programa de Mentoria, com mentores e multiplicadores (projeto-piloto)

Escola Superior de Educação de Lisboa do Instituto Politécnico de Lisboa (ESELx)	Educação para a Cidadania Global	(1) Realização de seminários, abertos à comunidade, dinamizados por especialistas de diversas áreas de intervenção e estudo sobre os seguintes temas: Direitos Humanos e da Criança, Cidadania e Género, Educação Sexual, e Educação para o Desenvolvimento. Este conjunto de seminários são uma componente de quatro unidades curriculares (UC) eletivas, com as designações dos temas referidos, integradas no plano de estudos da Licenciatura em Educação Básica. A UC de Educação para o Desenvolvimento funciona em conjunta com a UC de Arte e Comunidade da Licenciatura em Artes Visuais e Tecnologias constituindo assim uma extensão da Educação para o Desenvolvimento a espaços não formais. Cada uma destas UC confere 3 créditos e são oferecidas também como UC isoladas, podendo ser frequentada por qualquer interessado; (2) Desenvolvimento de atividades com parceiros no âmbito da Educação não formal (3) Integração, em conjunto com várias universidades europeias, da European Network of Masters in Children's Rights; (4) Participação ativa na Rede Social de Lisboa; (5) Realização de ações de formação contínua para professores e educadores no âmbito da cidadania e género
SOPRO	Um Euro Faz Sorrir	Sensibilização de alunos através de palestras sobre: ODM, Direitos Humanos, Voluntariado, Pobreza.

Atividades não inseridas em projetos

Nome da instituição	Descrição da Atividade
APA - Agência Portuguesa do Ambiente	ACÇÕES DE FORMAÇÃO INSERIDAS NO DESENVOLVIMENTO DE PROJECTOS PROMOVIDOS PELAS ONGA VOCACIONADOS PARA O PÚBLICO ESCOLAR Apoio à realização / organização de ações de formação no âmbito do desenvolvimento de projetos promovidos pelas ONGA vocacionados para o público escolar (Eco-Escolas, JRA, Olimpíadas do Ambiente, Jovens Cientistas e Investigadores, ...)
APEDI-Associação de Professores para a Educação Intercultural	Ações de curta duração para professores; encontros de esclarecimento e animação em escolas
Centro de Estudos Africanos da Universidade do Porto – CEAUP	Publicação de artigos de temáticas de ED na revista Africana Studia do CEAUP
Centro de Estudos Africanos da Universidade do Porto – CEAUP	Criação/consolidação de uma linha de investigação em ED
CIDAC - Centro de Intervenção para o Desenvolvimento Amílcar Cabral	Proposta didática "Conectando Mundos" - plataforma pedagógica com propostas de atividades sobre um tema para trabalho dos alunos/as, dos 6 aos 17 anos, com os seus professores/as.
CIDAC - Centro de Intervenção para o Desenvolvimento Amílcar Cabral	12 Sessões de Sensibilização temáticas para alunos/as dos ensinos Básico, Secundário, Profissional e Superior, em 12 escolas, sobre Comércio Justo, Consumo Responsável e ED
Escola Superior de Educação do Instituto Politécnico de Bragança	Lecionação de Unidades Curriculares no âmbito da formação inicial dos cursos de educadores e professores, nomeadamente: -Ética, educação e cidadania -Cidadania e educação -Ética ambiental -Problemas sociais contemporâneos

	-Pedagogia e Inovação em Educação da Criança -Prática de Ensino Supervisionada -Educação para o desenvolvimento
Escola Superior de Educação do Instituto Politécnico de Bragança	Orientação de trabalhos finais no âmbito dos mestrados em formação de professores e educadores.
Escola Superior de Educação do Instituto Politécnico de Bragança	É um projeto que procura aprofundar a problemática que envolve a construção de práticas de cidadania e o desenvolvimento de iniciativas que facilitem a sua aprendizagem. Saliencia-se a relevância do mesmo para a promoção de uma literacia cidadã no quadro de uma educação para o desenvolvimento.
Escola Superior de Educação do Instituto Politécnico de Portalegre	Estudo das práticas educativas promotoras da educação para o desenvolvimento, junto das professoras cooperantes e junto das estudantes dos cursos de Licenciatura em Educação Básica e de Mestrado em Educação Pré Escolar.
Escola Superior de Educação do Instituto Politécnico do Porto	Unidade Curricular de "Globalização e Cooperação para o Desenvolvimento" da qual a ED é um dos conteúdos programáticos centrais.
Fundação Gonçalo da Silveira (FGS)	Colaboração com os 3 Colégios da Companhia de Jesus em Portugal: 1 - Apoio à formação dos grupos de voluntariado dos colégios, na área da Educação para a Cidadania Global; 2 - Apoio a projetos temáticos (Comércio Justo; Direito à Educação); 3 - Colaboração com o grupo "Diálogos" do Instituto Nun'Álvares, na vertente da igualdade do Género.
GEED - Escola Superior de Educação do Instituto Politécnico de Viana do Castelo	Apoio à Unidade Curricular Iniciação à Prática Profissional III da ESE-IPVC - Dinamização de vinte e sete sessões (54 horas) correspondentes ao 2ºciclo do EB da IPP3, em parceria com os agrupamentos de escolas do Concelho, no âmbito da Educação para o Desenvolvimento, Está ainda disponível para todo o acompanhamento aos estagiários e para as visitas às escolas cooperantes
GEED - Escola Superior de Educação do Instituto Politécnico de Viana do Castelo	Mestrado em Supervisão Pedagógica - dinamização de sessões com seminários na área da Educação para o Desenvolvimento
IMVF - Instituto Marquês de Valle Flôr	Dinamização de atividades de ED nas escolas.
Sol Sem Fronteiras - Associação de Solidariedade Jovens Sem Fronteiras	Palestra "O nosso mundo, a nossa dignidade, o nosso futuro"
Sol Sem Fronteiras - Associação de Solidariedade Jovens Sem Fronteiras	Sessão de ED "Problemas de desenvolvimento - o que fazer?"
Sol Sem Fronteiras - Associação de Solidariedade Jovens Sem Fronteiras	2 sessões de ED "Pegada Solidária e Interdependência"

OBJETIVO 3

Projetos de Educação para o Desenvolvimento

Nome da instituição	Designação do projeto	Descrição das atividades do projeto
AIDGLOBAL - Ação e Integração para o Desenvolvimento Global	Dinamização do Movimento Formiga Juju em Portugal	A Formiga Juju é a personagem principal de três contos infantis criados por um grupo de cidadãos moçambicanos para responder ao desafio da promoção da literacia junto de crianças moçambicanas, em situação de vulnerabilidade, despertando nelas a criatividade e o gosto pela leitura. Motivada pelas mensagens transmitidas pelas histórias, a AIDGLOBAL assumiu a dinamização do Movimento Formiga Juju em Portugal como mais um dos seus projetos de Educação para a Cidadania Global. Nos contos sobrelevam valores como a solidariedade, a diversidade, a criatividade, a união, a inclusão, a participação, a defesa do meio ambiente e a cidadania. Em 2015, a AIDGLOBAL promoveu cinco sessões de leitura dramatizada dos contos da Formiga Juju em bibliotecas e outros locais públicos.
ASPEA - Associação Portuguesa de Educação Ambiental	III Congresso Internacional de Educação Ambiental dos Países e Comunidades de Língua Portuguesa	O programa do III Congresso Internacional de Educação Ambiental dos Países e Comunidades de Língua Portuguesa dá continuidade à metodologia dos congressos anteriores, contribuindo para a formulação de políticas públicas que ajudem ao fortalecimento da educação ambiental nos países Lusófonos e Galiza. A estrutura do congresso foi idealizada com base nas sugestões e contributos resultantes do processo participativo na REDELUSO. As manhãs integram sessões plenárias e as tardes sessões paralelas e trabalho de grupo dentro e fora de portas. Os fins de tarde e noites serão preenchidas com um programa de animação cultural integrado e envolvendo a comunidade local. Ver programa da conferência em http://aspea.org/
ASPEA - Associação Portuguesa de Educação Ambiental	Quinta Ecológica da Moita	A Quinta Ecológica da Moita resulta da parceria entre a ASPEA e a SCMA com vista à dinamização, por parte da ASPEA, de atividades de Educação Ambiental e de desenvolvimento local, na Mata da Moita, propriedade da SCMA, suportado por um programa anual de atividades.
CIDAC - Centro de Intervenção para o Desenvolvimento Amílcar Cabral	Acima da Média! Descodificação dos media ao serviço da cidadania global	Recolha e análise de recursos existentes sobre a temática educação para os media e desenvolvimento); conceção e realização de um curso de formação de formadores; ações práticas de sensibilização.
Graal	Banco de Tempo e Comércio Justo: Reforçando Outras Economias	Elaboração e divulgação de 2 artigos sobre “Comércio Justo” e “Consumo Responsável”; Produção de 1 vídeo sobre consumo responsável; Conceção, aplicação e divulgação de um instrumento de análise crítica dos consumos pessoais e institucionais; Elaboração e publicação de três fichas-pedagógicas sobre “Outras Economias”, “Comércio Justo” e “Consumo Responsável”. Comemorações do Dia Mundial do Comércio Justo, em 6 localidades diferentes do país, envolvendo, em média 25 pessoas, de entre os membros do Banco de Tempo e público em geral; Realização de 2 oficinas de formação, dirigidas a 18 animadores dinamizadores dos Bancos de Tempo tendo em vista a capacitação temática e metodológica destes atores para

		que possam promover a continuidade da reflexão sobre “outras economias” e desenvolver iniciativas de sensibilização para o Consumo Responsável e o Comércio Justo
IMVF - Instituto Marquês de Valle Flôr	Museu Mundial	A1.1 – Recolha de exemplos de boas práticas metodológicas de educação global; A1.2 – Conduzir um inquérito aos técnicos e visitantes dos museus; A1.3 – Organizar um workshop conceptual para todos os parceiros e outros peritos; A1.4 – Desenvolver 40 ferramentas inovadoras de educação global; A2.1 – Desenvolver e aplicar 10 ferramentas inovadoras de educação global para serem incluídas nas exposições dos museus; A2.2 – Elaborar e divulgar roteiros e catálogos das exposições para visitantes que incluam referências aos temas globais; A2.3 – Organizar 5 formações internas dirigidas aos guias dos museus participantes; A2.4 – Produzir e divulgar um folheto de promoção da educação global nas exposições dos museus; A2.5 – Organizar uma semana de inauguração para cada museu; A2.6 – Ter em exibição nos 5 museus, durante pelo menos um ano, as exposições que incluem as ferramentas inovadoras de educação global; A3.1 – Documentar o desenvolvimento e a produção das ferramentas inovadoras de educação global; A3.2 – Avaliar o uso prático das ferramentas nas exposições; A3.3 – Organizar um workshop de multiplicação com a duração de dois dias; A3.4 – Estabelecer e disseminar uma base de dados de multiplicadores online; A3.5 – Elaborar e disseminar uma versão e-book de 130 páginas da base de dados; A3.6 – Elaborar e divulgar um mini manual de 10 páginas para promover a educação global nos museus; A3.7 – Divulgar a abordagem inovadora em 4 conferências europeias; A4.1 – Organizar 8 cursos de formação externos para técnicos de museus e ONGD; A4.2 – Organizar e promover 8 mesas redondas para museus e ONGD; A5.1 – Estabelecer as regras de gestão global do Projeto num workshop inicial de parceiros; A5.2 – Organizar e orientar 6 reuniões de coordenação e planeamento com todos os parceiros; A5.3 – Organizar 15 reuniões de parceiros via skype; A5.4 – Gerir o sistema de acompanhamento, controlo financeiro, administração e avaliação interna do Projeto; A5.5 – Implementar e monitorizar o plano de visibilidade; A5.6 – Participar no Seminários organizados pela EuropeAid; A5.7 – Realizar uma auditoria financeira; A5.8 – Realizar uma avaliação externa
IMVF - Instituto Marquês de Valle Flôr	Despertar para a Educação Global – Reforçar as competências dos membros das Organizações da Sociedade Civil europeias	A1.1 – Elaborar um estudo sobre cursos de formação de educação global e educação de adultos para voluntários em cada país participante; A1.2 – Organizar um workshop sobre teorias e práticas de educação global e educação de adultos; A1.3 – Produzir e aprovar um currículo formativo; A1.3.1 – Organizar 4 reuniões de peritos; A1.3.2 – Organizar 6 reuniões de planeamento; A1.4 – Implementação de 5 cursos de introdução à Educação Global; A1.5 – Implementação de cursos teste em cada país; A1.6 – Desenvolvimento e produção do manual de formação; A2.1 – Organizar o Congresso “WeltWeitWissen”; A2.2 – Workshop de Avaliação; A2.3 – Divulgação do material conceptual a 400 ONGD europeias; A3.1 – Organização de mesas redondas e reuniões com membros do Parlamento, membros do governo, decisores políticos e representantes da sociedade civil em cada país; A3.2 – Evento dentro do edifício do Parlamento; A3.3 – Conferência Regional sobre temas do desenvolvimento; A3.4 – Organizar um diálogo político com atores chave nos ministérios e no parlamento; A4.1 – Estabelecer as regras de gestão global do Projeto; A4.2 – Organizar e orientar 3 reuniões de coordenação e planeamento

		com todos os parceiros; A4.3 – Gerir o sistema de acompanhamento, controlo financeiro, administração e avaliação interna do Projeto; A4.4 – Realizar uma auditoria financeira; A4.5 – Participar em duas reuniões anuais com a Comissão Europeia; A4.6 – Desenvolver e implementar uma estratégia de comunicação e visibilidade para as atividades do projeto.
IMVF - Instituto Marquês de Valle Flôr	Rotas Urbanas Interculturais	A1: Reunião de Lançamento; A2: Pesquisa participativa em "Rotas Urbanas Interculturais" que permitam compreender a contribuição da migração para a sociedade de acolhimento e o valor da diversidade cultural; A3: Identificação de potenciais "guias" migrantes; A4: Identificação dos formadores e definição do programa de formação; A5: 1 Formação em "Rotas Urbanas Interculturais" em Florença, Génova, Lisboa, Marselha, Milão, Paris, Roma e Valencia; A6: Atualização da pesquisa com os formandos; A7: Criação de uma rede europeia de " Rotas Urbanas Interculturais " em matéria de migração ("MygranTour"); A8: Promoção da Campanha de comunicação; A9: Criação e definição de conteúdos para o site "Rotas Urbanas Interculturais"; A10: Definição de módulos pedagógicos e informativos sobre migrações urbana e diversidade cultural, ligados e coordenados com as "Rotas Urbanas Interculturais"; A11: Início das "Rotas Urbanas Interculturais" em Florença, Génova, Lisboa, Marselha, Milão, Paris, Roma e Valencia; A12: Revisão e sistematização da pesquisa; A13: Primeira formação sobre os módulos pedagógicos e informativos desenvolvidos; A14: Início da formação sobre os módulos pedagógicos e informativos desenvolvidos; A15: 2 Formação em "Rotas Urbanas Interculturais" em Florença, Génova, Lisboa, Marselha, Milão, Paris, Roma e Valencia; A16: Recolha de Boas Práticas; A17: Publicação e disseminação dos resultados da pesquisa e das Boas Práticas; A18: Conferência Final em Bruxelas.
Par - Respostas Sociais	Radar - Comunicação e Desenvolvimento	As principais atividades do projeto, são: A1.1 - Criação de página web do projeto, com informação e recursos de apoio sobre a temática da Comunicação das problemáticas do Desenvolvimento; A1.2 - Evento de apresentação pública do projeto; A1.3 - Realização de dois (2) Seminários de âmbito nacional subordinados ao tema da importância da Comunicação Social, e da utilização de uma linguagem tecnicamente correta, na comunicação das problemáticas do Desenvolvimento; A1.4 - Compilação e publicação das principais conclusões dos Seminários; A2.1 - Criação de Grupo de Trabalho Nacional sobre a Ética na Comunicação das problemáticas do Desenvolvimento; A2.2 - Criação de Manual de Ética na Comunicação das problemáticas do Desenvolvimento; A2.3 - Apresentação pública do Manual; A3.1 - Realização de quatro (4) Ações de Formação, com componente teórica e prática, destinadas a técnicos de ONGDS nacionais, estudantes e profissionais da Comunicação Social sobre como comunicar as temáticas do Desenvolvimento com uma linguagem tecnicamente adequada; A3.2 - Compilação e publicação dos melhores trabalhos jornalísticos desenvolvidos durante as Ações de Formação pelos formandos; A3.5 - Cobertura jornalística de evento em país da CPLP.
Rosto Solidário (ONGD)	É de Género?	Formação de formadores a agentes juvenis voluntários; Jovens de 10 grupos de jovens formados pelos Agentes Juvenis; Implementação de ações de sensibilização pelos grupos de jovens; Sistematização de práticas e publicação de manual; Ações de sensibilização e divulgação; Em conformidade com o cronograma do projeto, até ao final de 2014, as atividades

		<p>realizadas do projeto É de Género foram as seguintes:</p> <ul style="list-style-type: none"> - Formação de Formadores a 20 agentes juvenis voluntários, em Igualdade de Género, Diversidade e Cidadania Global; - Formação a 10 grupos e associações juvenis, sobre os temas principais do projeto, promovida pelos agentes juvenis; - Realização de ações de sensibilização transversais a todo o projeto (particularmente dirigidas às escolas).
WACT – We are changing together	WACT SPIRIT	<p>O projeto WACT Spirit é uma formação em empreendedorismo social orientada para estudantes universitários e composta por 4 módulos (inspiração, construção, implementação e avaliação). Os dois primeiros módulos estão divididos em 14 sessões e ocorrem durante 4 meses na NOVA SBE de Fevereiro a Maio. Entre Julho e Setembro, por um período de 6 semanas, os projetos são implementados em S. Tomé. O módulo inspiração tem como objetivo apresentar uma contextualização do setor social, assim como consciencializar o formando para os problemas sociais de São Tomé e Príncipe, motivando-o para o seu papel de agente da mudança. O módulo Construção tem como objetivo potenciar o desenho de um projeto social empreendedor, ajustado à realidade e problemáticas deste país, através de uma abordagem estruturada de acordo com as fases de evolução de um projeto sustentável e não assistencialista. O módulo de implementação tem como objetivo preparar a implementação e implementar o projeto, promovendo a adaptação a essa realidade sociocultural o trabalho conjunto com as comunidades em prol do seu desenvolvimento. Por último, o módulo Avaliação que acontece ao longo da formação e tem como objetivo garantir o rigor e a qualidade dos projetos, visando o desenvolvimento de competências técnicas, pessoais e sociais dos formandos, através de feedback crítico e construtivo. São, em média, 30 formandos por ano, desde 2008, com mais de 50 projetos implementados. Os principais financiadores são os próprios formandos que pagam 1300€. Outros apoios pontuais e parceiros como o IEFP, Sonae, e BISTP contribuem para o sucesso deste projeto.</p>

Atividades inseridas noutro tipo de projetos

Nome da instituição	Designação do projeto	Descrição das atividades do projeto
Associação de Defesa do Património de Mértola - ADPM	Centro de Informação Europe Direct do Baixo Alentejo	Entrevistas a representantes de parceiros locais e/ou Associações Locais de diferentes países PALOP que beneficiam ou beneficiaram de projetos de cooperação financiados pela UE, a integrar em programa noticioso numa rádio local; Comemoração do Dia da África; Participação na iniciativa "Dias do Desenvolvimento; Campanha de Recolha de Livros "1 Livro, 2 Crianças"; Workshops de Danças e Músicas Africanas; atividade: "A Europa és tu".
Comissão Nacional da UNESCO Ministério dos Negócios Estrangeiros	Celebração do 70º aniversário da UNESCO	Divulgação; seminários; conferências; workshops;

Comissão Nacional da UNESCO Ministério dos Negócios Estrangeiros	10º Aniversário da Convenção sobre a Proteção e a Promoção da Diversidade das Expressões Culturais	Divulgação, seminários, conferências, trabalho em rede com outras Redes UNESCO; promoção de atividades nas escolas e nas comunidades
Comissão Nacional da UNESCO Ministério dos Negócios Estrangeiros	14º Encontro Nacional das Escolas Associadas da UNESCO	Encontro que visa reunir as 69 escolas da Rede portuguesa e representantes das CN's da CPLP
Comissão Nacional da UNESCO Ministério dos Negócios Estrangeiros	Celebração de efemérides no âmbito das Nações Unidas	Divulgação, formação, Encontros, seminários, workshops,
Comissão Nacional da UNESCO Ministério dos Negócios Estrangeiros	Edição de materiais	Edição de folhetos, kits educativos, outro material
Comissão Nacional da UNESCO Ministério dos Negócios Estrangeiros	Formação	Formação na área da cidadania global; educação para o património; desenvolvimento sustentável
Conselho Nacional de Juventude (CNJ)	Academia de Desenvolvimento Juvenil	<p>A Academia de Desenvolvimento Juvenil (ADJ), que promove cursos de formação de formadores desde 2006, tornou-se no espaço de maior visibilidade e reconhecimento no desenvolvimento de competências na área da Educação Não Formal em Portugal.</p> <p>Objetivo geral: capacitar jovens e trabalhadores juvenis com competências na área da Educação Não Formal.</p> <p>Objetivo específico: promover cursos de formação de formadores, baseados em metodologias de Educação Não Formal, em três áreas: Educação Não Formal; Educação para os Direitos Humanos e Educação para a Saúde.</p> <p>Públicos-alvo:</p> <ul style="list-style-type: none"> - Jovens e trabalhadores juvenis, especialmente envolvidos em atividades de Educação Não Formal; - Formadores e multiplicadores ativos no sistema de educação formal (professores); - Funcionários públicos do Instituto Português do Desporto e Juventude ou funcionários de outras instituições públicas com trabalho relevante na área da Juventude e/ou Educação com Jovens. <p>Resultado esperado: Capacitação de 30 formandos.</p>

Conselho Português para os Refugiados - CPR	Migrações Forçadas e Desenvolvimento	- Ações de sensibilização nas Escolas (1º, 2º e 3º Ciclo e Ensino Secundário); - Ações de sensibilização em Estabelecimentos de Ensino Superior; - Ações de sensibilização junto de profissionais de comunicação social; - 1 workshop M&D
Escola Superior de Educação do Instituto Politécnico de Bragança	Histórias da Ajudaris	A ESEB constitui-se como parceira da Associação Ajudaris na ilustração de histórias e na promoção do livro de histórias sobre questões de cidadania
FEC - Fundação Fé e Cooperação	aTerra - Políticas Globais e Estratégias Locais para o Desenvolvimento Sustentável	Hortas e Oficinas Pedagógicas; Workshops Alimentação; Produção de Recursos Pedagógicos; Encontros "À conversa com..."; Oficinas intergeracionais; Almoço do Mundo; Escola de Verão para o Desenvolvimento Sustentável; Livro digital de Histórias de Vidas Sustentáveis.
Graal	Girl Effect	Elaboração de fichas pedagógicas de preparação de grupos de raparigas, de diferentes países, para o CSW; Desenvolvimento de iniciativas de sensibilização de jovens raparigas para as questões do desenvolvimento, nomeadamente, no contexto de grupos informais e campos de férias.

Atividades não inseridas em projetos

Nome da instituição	Descrição da Atividade
APA - Agência Portuguesa do Ambiente	BOLSA DE PROFESSORES AO ABRIGO DO PROTOCOLO DE 2005 ENTRE O MINISTÉRIO QUE AS TUTELAS DO AMBIENTE E DA EDUCAÇÃO QUE DESENVOLVEM ACTIVIDADES DE EA E EDS EM ONGA E OUTRAS INSTITUIÇÕES Apoio às entidades que requisitam intervenção para acompanhamento técnico-pedagógico dos seus projetos mediante critérios de avaliação de eficiência e eficácia, e da qualidade dos mesmos
APA - Agência Portuguesa do Ambiente	APOIO A PROJETOS QUE INCENTIVAM ACÇÕES DE EA E EDS Apoio técnico e logístico para ações concretas de projetos desenvolvidos por OSC e outras entidades (ex. ABAE/Bandeira Azul; ABAE/EcoEscolas; GEOTA/Coastwatch; Fundação da Juventude/Concurso de Jovens Cientistas; etc.)
APA - Agência Portuguesa do Ambiente	REGISTO NACIONAL DE ONGA E EQUIPARADAS (RNOE) Gestão e manutenção do RNOE, acompanhando-as no cumprimento das exigências para a manutenção desse registo. Novo registo digital e disponibilização online
Graal	Sessão com Elena Lasida sobre "O sentido do Outro: a Crise, uma oportunidade para reinventar laços"

OBJETIVO 4

Projetos de Educação para o Desenvolvimento

Nome da instituição	Designação do projeto	Descrição das atividades do projeto
ACEP	Projeto "Aquele outro mundo que é o mundo" - o mundo dos media e o mundo do desenvolvimento	Uma iniciativa que pretende contribuir para melhorar a qualidade da relação entre profissionais do jornalismo e comunicação e profissionais do Desenvolvimento, melhorando o conhecimento mútuo entre atores dos media, da comunicação e do desenvolvimento e cooperação. Além de desenvolver espaços de informação, debate e formação especializados, esta ação procurará incentivar a criação de conteúdos públicos sobre o desenvolvimento.
CIDAC - Centro de Intervenção para o Desenvolvimento Amílcar Cabral	Do campo para o prato: o direito à alimentação e à soberania alimentar em debate	2 Círculos de Leitura; 4 conferências; publicação online das 4 conferências; 2 Seminários; 2 entrevistas a órgãos de comunicação de referência; 4 dossiês temáticos digitais; 6 visitas de estudo a 6 experiências de produção e consumo alternativos; 6 sessões coletivas de reflexão sobre as experiências visitadas.
FEC - Fundação Fé e Cooperação	Semear Portugal, Semear Angola	Lançamento do Diagnóstico sobre a soberania alimentar e políticas setoriais à escala global e local, com enfoque nos casos de Portugal e Angola; realização de dois Estudos de Caso em Portugal e Angola sobre direito à alimentação; Apresentação do Relatório Final dos Estudos de Caso; Dinamização de programas de rádio em Portugal e Angola sobre soberania alimentar; Dinamização da Campanha de Sensibilização SEMEAR; Apresentação dos Estudos de Caso e Recomendações a decisores políticos internacionais e nacionais; Organização de lobby meetings (Embaixada Portuguesa e Embaixada Angolana em Bruxelas; Embaixada Angolana em Portugal; Embaixada Portuguesa em Angola; eurodeputados portugueses no Parlamento Europeu); Apresentação dos estudos de caso aos representantes de Portugal e Angola no Comité de Segurança Alimentar da FAO; Produção de Documentário que evidencie as realidades e as interdependências no contexto da soberania alimentar, através de estudos de caso; Apresentação e reflexão sobre o Documentário junto de atores relevantes com influência no contexto das políticas setoriais, em Portugal e em Angola; Dinamização complementar do documentário nas redes sociais; Conceção do Kit com compilação dos recursos do projeto.
FEC - Fundação Fé e Cooperação	Crianças com Direitos - Educar para a proteção e defesa universal do direito da criança -	Produção, edição e distribuição do livro de histórias "10 Crianças 5 Direitos"; Conceção do caderno didático-pedagógico a integrar o livro de histórias "10 Crianças 5 Direitos"; Produção de Maleta da História "10 Crianças 5 Direitos"; Produção, edição e distribuição do CD de músicas infantis "Crianças com Direitos"; Formação de 20 jovens em PhotoVoice (10 em Portugal e 10 na Guiné-Bissau); Ações de PhotoVoice realizadas pelos 20 jovens formados; Criação do Mupi "Crianças com Direitos", utilizando as fotografias, e respetivas legendas, produzidas nas ações de PhotoVoice; Criação de 10 e-Postais "Crianças com Direitos", utilizando as fotografias, e respetivas legendas, produzidas nas ações de PhotoVoice; Conceção e produção de mensagens multimédia (SMS e MMS), utilizando as fotografias produzidas nas ações de PhotoVoice; Criação de autocolantes "Crianças com Direitos", utilizando as fotografias produzidas nas ações de PhotoVoice; Gestão de contactos para seleção das organizações beneficiárias das atividades de educação para os direitos da criança; Preparação das atividades de sensibilização; Realização de atividades de educação para o direito da criança, nos três domínios artísticos (literatura, música e fotografia); Conceção de Ações de Comunicação "Crianças com Direitos", protagonizada por crianças; Lançamento das

		Ações de Comunicação "Crianças com Direitos"; Dinamização da Ação de Comunicação "Crianças com Direitos", através da afixação de mupis na rua; Dinamização da Ação de Comunicação "Crianças com Direitos", através da transmissão de 5 spots "Crianças com Direitos" na TV e rádio; Dinamização da Ação de Comunicação "Crianças com Direitos", através da distribuição dos e-Postais; Preparação e organização do Seminário Internacional "Crianças com Direitos"
FEC - Fundação Fé e Cooperação	Juntos pela Mudança - Ação Conjunta por Estilos de Vida Sustentáveis	Dois representantes do projeto participam na delegação da CIDSE na Cimeira COP21 em Paris; Desenvolvimento de um site internacional para apoiantes e grupos/comunidades; Disseminação de um vídeo que conta a história de mudança sistémica; Três workshops destinados aos agentes multiplicadores do projeto; Recolha de boas práticas e histórias de mudança no livro "Histórias de Mudança – Vidas Sustentáveis"; Residência artística sob o tema "Vidas Sustentáveis"; Prémio da Mudança; Caminhada nacional por uma vida mais sustentável – "Caminhar Pela Mudança"; Elaboração de um "manifesto político" nacional sobre consumo sustentável de alimentos e energia; Disseminação de um "manifesto político" europeu sobre consumo e produção sustentável de alimentos e energia produzido pela CIDSE
IMVF - Instituto Marquês de Valle Flôr	Desafiar a Crise - Promover a Justiça Global e o envolvimento dos Cidadãos em tempos de incerteza	A1,1 – Organizar um inquérito sobre "Atitudes Públicas em prol do desenvolvimento global" entre 3600 jovens adultos em 6 países; A1,2 – Organizar 18 seminários em universidades, clubes de jovens e movimento de jovens, envolvendo 360 jovens adultos em 6 países, e identificar 60 "defensores globais" em todos os países parceiros; A1,3 – Produzir um Manual de Advocacy para jovens sobre como se podem empenhar nas interdependências globais (120 cópias em papel para os jovens "defensores" e uma versão PDF para a plataforma online); A1,4 – Criar uma plataforma online para a Ação, alojada num site já existente, de forma a atrair e a conseguir a participação ativa de cerca de 1200 pessoas em todos os países; A1,5 – Organizar um Fórum Mundial de Jovens no 2º ano e produzir uma declaração dos jovens; A1,6 – Organizar pelo menos 6 reuniões com diferentes atores a nível europeu para divulgar os resultados da ação em toda a Europa; A1,7 – Desenvolver um conjunto de pelo menos 60 "Diários Globais" para serem publicados na plataforma online; A2,1 – Organizar 6 workshops liderados pelos "defensores globais", contando com a participação de pelo menos 120 técnicos de ONGD; A2,2 – Organizar 6 webinars com peritos do sul contando com, pelo menos, 120 participantes de ONGD; A2,3 – Envolver representantes da ED dos 27 países membros da UE; A2,4 – Organizar 6 reuniões com representantes de redes de OSC e Plataformas (uma por cada país parceiros) para assegurar que a campanha é disseminada através dos seus canais de advocacy; A3,1 – Mapeamento dos contactos dos media; A3,2 – Produzir um guia para os media, em 6 línguas diferentes, tendo em conta as especificidades de cada país, que será distribuído gratuitamente entre os jornalistas com o objetivo de os informar sobre a abordagem multinível que os media deveriam ter nos assuntos de desenvolvimento; A3,3 – Organizar um total de 6 seminários dirigidos a 240 estudantes de jornalismo em 6 países; A3,4 – Promover a cobertura mediática dos temas de justiça global no âmbito das presidências da Irlanda, Grécia e Itália, em 2013/2014; A4,1 – Uma ação de advocacia a nível local/nacional é levada a cabo em cada um dos países parceiros liderada pelos "defensores globais"; A4,2 – Assegurar que os projetos Presidência da Irlanda, Grécia e Itália em 2013/2014 serão influenciados por esta Ação; A4,3 – É elaborada uma Iniciativa de Cidadania Europeia baseada nos assuntos tratados nesta ação no 2º ano; A5,1 – Coordenação e Gestão do Projeto; A5,2 – Participar na reunião anual da Comissão Europeia em Bruxelas; A5,3 – Desenvolver um plano de ação de visibilidade e comunicação de acordo com as

		regras da UE; A5,4 – Organizar e orientar 3 reuniões de parceiros e 9 reuniões de coordenação e planeamento, via webex, com todos os parceiros; A5,5 – Monitorizar e avaliar a implementação de atividades, concretização de resultados e objetivos, e fazer a gestão financeira do Projeto, todos os anos a nível interno, e no final do projeto a nível externo
IMVF - Instituto Marquês de Valle Flôr	ECONOMIA SOCIAL E SOLIDÁRIA – Uma abordagem para o Desenvolvimento Sustentável no Ano Europeu para o Desenvolvimento (AED) e pós-2015	A1.1 - Identificação de Boas Práticas em 9 Países em Desenvolvimento e em 46 Territórios/Regiões na UE.; A1.2 - Workshops Participativos (Dialogue-Oriented); A1.3 Reportagens Vídeo; A2.1 Formação de Multiplicadores; A2.2 Eventos Locais; A2.3 Reuniões Internacionais; A2.4 Atividades de Advocacia; A2.5 Embaixador do Projeto; A2.6 Produtos Gráficos Específicos; A3.1 Reunião de Lançamento da Campanha na Expo Milão 2015; A3.2 Promover uma Tour de Oradores de Países em Desenvolvimento; A3.3 Criar uma App: Mapa Interativo para Versão On-Line e Smartphone; A3.4 Participar em Concursos e Festivais de Cinema; A3.5 Criar, Alimentar e Disseminar um Sítio Web e Facebook; A3.6 Lançar e Promover uma Campanha Media no AED 2015; Atividades Transversais: A0.1 Coordenação Geral; A0.2 Monitorização e Reporting; A0.3 Avaliação Interna e Externa; A0.4 Plano de Comunicação e Visibilidade; A0.5 Participação nos Seminários EuropeAid.
IMVF - Instituto Marquês de Valle Flôr	Fruta Tropical Justa - Promover as frutas tropicais justas no Ano Europeu para o Desenvolvimento e pós-2015: Mobilizar os cidadãos europeus para agirem em prol de cadeias de fornecimento de fruta tropical mais justas	A1.1: Organizar duas mesas redondas de um dia (uma em Riga, uma em Estugarda) para pelo menos 20 organizações da sociedade civil; A1.2: Desenvolver um currículo de formação; A1.3: Produzir materiais de formação sobre temas de campanha e diretrizes; A1.4: Executar quatro formações a nível da UE de dois dias para técnicos das OSC, multiplicadores e ativistas; A1.5: Executar 22 formações nacionais para multiplicadores e ativistas; A2.1: Organizar uma conferência de imprensa centralizada em Bruxelas no âmbito da EYD 2015; A2.2: Organizar 11 eventos com media (reuniões / conferências / workshops) a nível nacional; A2.3: Lançar 64 comunicados de imprensa, incluindo nove press releases produzidos sobre questões da UE; A2.4: Produzir 18 briefings para a imprensa (em papel) a nível nacional; A2.5: Organizar entrevistas com a imprensa; A2.6: Organizar 11 exposições fotográficas; A2.7: Organizar três viagens de jornalistas de uma semana para 12 jornalistas a países produtores na América Latina e África Subsaariana; A3.1: Adaptar e traduzir o logo do Projeto; A3.2: Conduzir cinco estudos de caso sobre as cadeias de valor / atores corporativos / alternativas de comércio justo; A3.3: Produzir e utilizar online e ferramentas para as redes sociais; A3.3.1: Estabelecer um website multilingue centralizado; A3.3.2: Usar boletins online, sites e contas de redes sociais dos parceiros; A3.3.3: Duas ferramentas / jogos interativos online; A3.3.4: Três clipes de filmes online; A3.3.5: 14 Infografias; A3.3.6: Um documentário interativo; A3.4: Produzir e traduzir ferramentas materiais impressos; A3.4.1: 12.000 flyers nacionais em onze línguas; A3.4.2: 8.000 bolsas e 60 mil adesivos e crachás com logotipo da campanha / mensagens; A3.4.3: 10 briefings flyer com base em estudos etc.; A3.5: Organize uma petição online; A3.6: Organizar pelo menos 12 ações urgentes; A3.7: Apresentar o Projeto em 91 seminários / palestras para professores, estudantes, durante conferências, etc.; A3.8: Organize 85 stands em feiras, exposições, conferências a nível nacional; A3.9: Organizar um evento público (Flash Mob) dentro EXPO 2015, em Milão e um stand de informação por 30 dias; A3.10: Organizar 50 ações públicas durante Dias Internacionais; A3.11: Organizar 6 tours para speakers do Sul; A3.12: Produzir e divulgar uma curta-metragem para destacar os tópicos do MFF e AED2015; A3.13: Criar uma plataforma com imagens, histórias para outras OSC, multiplicadores, etc.; A3.14: Estabelecer um regime de subgranting para as OSC; A4.1: Monitoramento dos processos políticos importantes, incluindo UNGP a nível da UE e MS,

		<p>especialmente através de comissionamento pesquisa jurídica; A4.2: 10 briefings do Projeto para lobby e advocacia; A4.3: Conduzir 119 atividades de lobby de segmentação da UE e decisores políticos em todos os países, exceto Malta; A4.4: Organizar uma viagem para quatro deputados de diferentes países para Camarões; A4.5: Organizar dois seminários de meio-dia em Bruxelas para cerca de 20 participantes; A4.6: Executar 124 discussões bilaterais com os tomadores de decisão de empresas em três anos; A4.7: Organizar uma conferência de multistakeholders pan-Europeus em Bruxelas para destacar o AED2015; A4.8: Organizar dois encontros nacionais multifacetados para apresentar os resultados da investigação em DE e TI; A4.9: Participar regularmente nas reuniões dos grupos do WBF e Conferência Global em 2016; A5.1 Envolver mais membros nas atividades EUROBAN, especialmente do NMS; A5.2 Configurar uma subseção EUROBAN no site; A5.3 Organizar duas reuniões EUROBAN por ano; A5.4 Desenvolver uma estratégia de captação de recursos sustentáveis para garantir a existência da rede EUROBAN depois que o projeto terminou; A5.5 Fixar a representação de EUROBAN em conferências e reuniões internacionais; A5.6. Fortalecer a participação da sociedade civil e membros EUROBAN apoio e parceiros do Sul para ficar no Fórum Mundial da Banana (WBF); A6.1 Organização do encontro inicial (4 dias); A6.2: Organização de 4 reuniões de coordenação e avaliação (Bolonha, Bruxelas, Viena, Berlim); A6.3: Organização de teleconferências mensais; A6.4 Participação dos técnicos do projeto nas formações e seminários; A6.5 Implementação de 3 auditorias; A6.6 realização de uma avaliação externa final; A6.7 Participação do coordenador geral nos encontros anuais da UE em Bruxelas e preparação dos resumos dos estudos de caso europeus anuais; A6.8 Desenvolvimento e implementação de um plano de visibilidade baseado nas diretrizes de visibilidade da UE.</p>
--	--	--

Atividades inseridas noutra tipo de projetos

Nome da instituição	Designação do projeto	Descrição das atividades do projeto
Conselho Nacional de Juventude (CNJ)	Encontro Nacional de Juventude	<p>Atividade com a duração de 3 dias e que envolveu 300 jovens. Atividades: programa de três dias, com grupos de trabalho, workshops e momentos lúdico-culturais e criativos.</p> <p>Objetivos:</p> <ul style="list-style-type: none"> - Promover o Diálogo Estruturado, no âmbito Quadro de Cooperação Europeia em Matéria de Juventude - Proporcionar espaços para a participação política dos jovens, em assuntos que lhes dizem respeito - Promover um espaço plural, inclusivo e de construção, onde jovens de diferentes backgrounds e origens sociais podem cooperar e partilhar experiências e saberes, acedendo a uma oferta variada, quer ao nível político, como formativo e lúdico-cultural.
Conselho Nacional de Juventude (CNJ)	Semana da Juventude da CPLP	<p>Atividades: Festival da Lusofonia (componente lúdica e intercultural) e Seminário sobre Futuro Estratégico da CPLP e agenda pós-2015</p> <p>Objetivo global: Promover a cultura lusófona e o debate em torno do futuro da CPLP entre a juventude e decisores políticos.</p> <p>Objetivos específicos: Aprofundar o intercâmbio cultural entre os jovens da CPLP, através das artes; partilhar boas práticas de cooperação entre o espaço da CPLP; debater o papel da juventude no desenvolvimento estratégico do espaço lusófono e da agenda global pós-2015,</p>

		perspetivando o futuro da CPLP. Local: Guiné-Bissau
Fundação Cidade de Lisboa	Passaporte para a Cidadania	A1 - CLAIL - Centro Local de Apoio à Integração de Imigrantes; A2 - Cursos de Português - Língua e Cultura; A3 - Rostos da minha cidade - experiências interculturais (integra ações no âmbito da ED) A4 - Seminário - Espaço de diálogo intercultural (integra ações no âmbito da ED)
Fundação Cidade de Lisboa	Academia CV - Capacitar e valorizar	Eixo 1 - Capacitar e Valorizar para o sucesso escolar: A1 - Criar e capacitar voluntários da Academia CV; A2 - Realizar sessões de apoio escolar e socioeducativo; A3 - Realizar sessões de apoio ao envolvimento parental; Eixo 2 - Capacitar e Valorizar para a cidadania global: A4 - Espaço de reflexão CV ; A5 - Espaço de ação CV. Só o eixo 2 integra ações de ECG.
Oikos - Cooperação e Desenvolvimento	MediARTE Norte - Educar para a Igualdade de Género através da Arte Multimédia.	Percurso interativos on line de (in)formação sobre Igualdade de género; Sessões (in)formativas presenciais sobre Igualdade de Género; Formação de Núcleos de Educação para a Cidadania na Região Norte; Criação de uma "Galeria Virtual de PAA" que integram atividades de Género; Concurso de curtas "Muda o filme".
Plataforma Portuguesa das ONGD	Contrato Programa Plataforma Camões 2014-2018	Tertúlia sobre a "Justiça Social precisa de Cidadãos e Cidadãs"
Plataforma Portuguesa das ONGD	Ano Europeu para o Desenvolvimento	Organização da "Semana do Desenvolvimento", inserida no Âmbito da Comemoração do Ano Europeu para o Desenvolvimento. Incluirá diversos tipos de atividades (workshops, tertúlias, exibição de filmes, exposições, animação cultural, em vários pontos do país e dirigidas a diferentes públicos.

Atividades não inseridas em projetos

Nome da instituição	Descrição da Atividade
APA - Agência Portuguesa do Ambiente	CURSOS DE FORMAÇÃO E SENSIBILIZAÇÃO PARA OS TEMAS DA EA E EDS, COM ÊNFASE NA DIMENSÃO AMBIENTAL, PARA ENTIDADES COM AUTORIDADE PARA FAZER CUMPRIR A LEGISLAÇÃO E OS VALORES NESTAS MATÉRIAS Capacitação de agentes especializados no cumprimento da lei na área do ambiente e da sustentabilidade
APA - Agência Portuguesa do Ambiente	INICIATIVAS DIVERSAS E CONCURSOS COM SUPORTE E REPERCUSSÃO NAS REDES SOCIAIS Promoção da sensibilização da população em geral através de iniciativas (concursos, exposições, ...) focalizados em temas da atualidade que se relacionem com o ambiente e o desenvolvimento sustentável, que fomentem a cidadania e o espírito crítico
CIDAC - Centro de Intervenção para o Desenvolvimento Amílcar Cabral	1 sessão temática de sensibilização e elaboração de 2 documentos sobre o TTIP - Trans Atlantic Trade and Investment Partnership
Comissão para a Cidadania e a Igualdade de Género	Divulgação dos Guiões de Educação Género e Cidadania junto das autarquias e sensibilização, acompanhamento e apoio das mesmas, no quadro dos Planos Municipais para a Igualdade, relativamente à integração da dimensão de género e da igualdade entre os sexos em contexto educativo formal e não formal.

<p>Escola Superior de Educação do Instituto Politécnico de Castelo Branco</p>	<p>Tema: Educação para o desenvolvimento no projeto “Há Festa no Campo”- Envelhecimento e Solidão na União de freguesias do Freixal e Juncal do Campo Contextualização: O projeto “Há Festa no Campo” pressupõe o desenvolvimento local através da arte e cultura, sendo apoiado pela Fundação Calouste Gulbenkian no âmbito do programa Partis. Objetivo: Este trabalho é realizado no âmbito da unidade curricular de Sociologia e Demografia do Envelhecimento, do Mestrado em Gerontologia Social, sob a coordenação da Professora Dr.ª Maria João Moreira do Instituto Politécnico de Castelo Branco, da Escola Superior de Educação. Com este trabalho pretende-se abordar a temática do envelhecimento, isolamento e solidão e como estes são percebidos e sentidos pelos habitantes da União de freguesias do Freixal e Juncal do Campo. Neste sentido tenciona-se, compreender de que forma este projeto contribui para a implementação da educação para o desenvolvimento desta população, através do incentivo à participação em atividades de carácter social e cultural. Outro dos objetivos prende-se ainda por perceber a importância que o papel do interventor social pode significar no combate ao isolamento e solidão através do desenvolvimento comunitário.</p>
<p>Fundação Gonçalo da Silveira (FGS)</p>	<p>Campanha minerais livres de conflito: 1 - Divulgação da petição pública; 2 - Conceção e envio de cartas de sensibilização aos eurodeputados portugueses, alertando para a importância do seu voto no parlamento europeu sobre esta matéria; 2 - Divulgação de materiais pedagógicos no âmbito dos minerais livres de conflito.</p>
<p>GEED - Escola Superior de Educação do Instituto Politécnico de Viana do Castelo</p>	<p>Comemoração de efemérides - Semana da Campanha Global pela Educação (abril) Dia Mundial da Diversidade Cultural para o Diálogo e o Desenvolvimento (21 maio), Dia de África (25 maio), Dinamização do Dia Mundial para a Erradicação da Pobreza (17 outubro), Dia Internacional do Voluntariado (5 dezembro), entre outros</p>
<p>GEED - Escola Superior de Educação do Instituto Politécnico de Viana do Castelo</p>	<p>Promoção, na ESE-IPVC, de um ciclo de cinema comentado com o objetivo de envolver toda a comunidade em tertúlias que possibilitem reflexões sobre temas centrais no mundo atual</p>
<p>GEED - Escola Superior de Educação do Instituto Politécnico de Viana do Castelo</p>	<p>Dinamização do blogue e da página de facebook do GEED com atividades ou notícias dentro do âmbito de temáticas da ED</p>
<p>Graal</p>	<p>Palestra sobre Geoeconomia: fronteiras das políticas económicas mundiais, por um membro da FAO, no âmbito do Ciclo de Debates mensais "Terraço em Diálogo"</p>

ANEXO 6

Ano Europeu para o Desenvolvimento

Programa de Trabalho Nacional promovido pelo CICL

Descrição das atividades do projeto

O Programa de Trabalho Nacional AED incluiu um vasto conjunto de atividades, entre as quais se destacam:

- 1) Campanha de comunicação, informação e imagem - no âmbito desta campanha, com base em 3 histórias de projetos da cooperação portuguesa, produziram-se spot de rádio e televisão, os quais passaram nos vários canais da RTP, na Rádio Renascença e nos canais de comunicação dos CTT; Autoridade Tributária; Grupo Luz Saúde; Observador; Diário de Notícias; Público; Cinemas Nós. Foram igualmente distribuídos cartazes e mupis por diferentes institucionais, com uma vasta abrangência geográfica e sectorial e produzidas 12 fichas temáticas alusivas aos 12 temas do AED2015.
- 2) Assessoria de Imprensa - foram produzidos 5 dossiers de imprensa e 26 notas de agenda, permitindo a publicação de 25 artigos de opinião e 343 artigos com notícias e referências às temáticas do desenvolvimento, em 159 diferentes órgãos de comunicação social nacionais e regionais.
- 3) Facebook e Website - página do facebook AED alcançou cerca de 5300 gostos, com alguns dos posts a ter um alcance superior a 100 000 mil pessoas. Foram publicadas 655 posts no facebook e 93 artigos no website, salientando-se o facto da página AED em versão portuguesa ter sido a 2ª mais visitada, logo a seguir à versão inglesa, no conjunto de todas as páginas EU.
- 4) Cerimónia de Abertura AEd (14 de fevereiro 2015) - em parceria com a Câmara Municipal do Porto, nos Paços do Concelho da Cidade. Contou com a presença do Secretário de Estado dos Negócios Estrangeiros e da Cooperação; do Dr. Jorge Sampaio; do Presidente da CM Porto; da Presidente do Camões, I.P. e da Embaixadora AED2015. Estiveram presentes cerca de 80 convidados.
- 5) Exposição de rua itinerante - Produzida em parceria com a Associação Procur.arte e com a colaboração de vários outros parceiros do AED, entre os quais se destacam ONGD; Agência Lusa; Autarquias e Universidades, esta exposição foi composta por duas estruturas modulares (com cerca de 10m de comprimento por 2m de altura e largura), na qual estavam representados os 12 temas do AED, através de fotografias, mensagens, citações e pequenos textos, com a particularidade de ter iluminação noturna. A exposição foi inaugurada no dia 9 de maio, na Praça Martim Moniz em Lisboa, numa cerimónia que contou com a presença do Comissário Europeu Carlos Moedas, tendo posteriormente passado por Serralves, no âmbito de Serralves em Festa; pela Praça da Trindade no Porto e pela Praça exterior do Mercado Municipal da cidade de Faro, sendo que regressou a Lisboa em dezembro, para o encerramento do Ano Europeu. Estima-se que visitaram esta exposição cerca de 100,000 pessoas.
- 6) Semana do Desenvolvimento - Organizada pela Plataforma Portuguesa das ONGD, esta atividade contribuiu para a apropriação por parte da OSC dos objetivos do AED, reforçando a relevância das parcerias no âmbito da informação e sensibilização para as temáticas do desenvolvimento, num trabalho de apropriação por parte das ONGD que se deseja contínuo e sustentável. Entre 13 e 17 de maio destacaram-se as seguintes atividades: workshops; uma feira do livro; tertúlias; teatros; conferências; atividades com escolas; um concerto em parceria com a Conexão Lusófona; a publicação de um encarte sobre o AED no jornal Público e a participação no Programa da RTP2 "Sociedade Civil". Nestas atividades participaram, de acordo com os dados da Plataforma, cerca de 1000 pessoas, com difusão num total de 53 canais de comunicação.
- 7) Conferência Internacional "O Desenvolvimento Global é Realizável?" - a conferência internacional do AED teve como objetivo incentivar o debate e a reflexão sobre a nova agenda pós-2015; os ODS e as temáticas do desenvolvimento. Realizada em parceria com o IMVF, o ECDP e a UNRIC, esta conferência reuniu 330 participantes e 25 oradores.
- 8) Prémio de Investigação para o Desenvolvimento - Considerando a relevância de se "contribuir para o reforço da capacidade de produção de conhecimento e influência de políticas públicas, por parte das ONGD portuguesas, assim como para a aproximação destes atores a instituições científicas e de ensino superior, designadamente através do apoio à sistematização científica de dados e resultados de projetos de cooperação para o desenvolvimento recentemente concluídos ou a finalizar", foi instituído o prémio de investigação para o desenvolvimento, em parceria com a Fundação Calouste Gulbenkian. Em 2015 foram apresentadas 9 candidaturas, das quais foram selecionadas duas.
- 9) Prémio de Jornalismo AED - em 2015 foram recebidas 68 candidaturas de jornalismo, premiando-se em exaequo os trabalhos "A Fronteira da Hipocrisia" da TVI e "O Amor não Mata" da SIC, com menções honrosas para "As nossas Malalas" do Expresso; "A Sul da Sorte" da Rádio Renascença e Diário do Alentejo.
- 10) Cerimónia de Encerramento - em parceria com a Câmara Municipal de Lisboa, realizou - se a 15 de dezembro a cerimónia de encerramento com a presença da SENE; Presidente e da CM Lisboa; Prof. José Tolentino Mendonça; Embaixadora AED.